



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 5ª REGIÃO

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Eletrônico

ANO 12 Nº 2.840 (TRIBUNAL / MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS)

40 PÁGINAS

Disponibilização: terça-feira, 17 de setembro de 2019.

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho
MARIA DE LOURDES LINHARES LIMA DE OLIVEIRA

VICE-PRESIDENTE

Desembargadora do Trabalho
DÉBORA MARIA LIMA MACHADO

CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora do Trabalho
DALILA NASCIMENTO ANDRADE

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora do Trabalho
MARIZETE MENEZES CORRÊA

DIRETOR-GERAL

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Sílvia Renata Rocha Pereira

SECRETÁRIA-GERAL JUDICIÁRIO

Manuela Rocha Barbosa de Menezes

Endereço: Rua Bela Vista do Cabral, 121 - Nazaré
40055-000 - Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3319.7070
Diagramação: Seção de Mídias Gráficas do TRT5
E-mail: grafica@trt5.jus.br

TORNA PÚBLICO que o Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a matéria tratada na ADI 5090, qual seja:

“Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, cujo objeto é composto por uma expressão contida no art. 13, caput, da Lei nº 8.036/1990 e pelo art. 17, caput, da Lei nº 8.177/1991. Os dispositivos questionados preveem a correção dos depósitos nas contas vinculadas ao FGTS pela taxa referencial (TR)” (Despacho de 19/03/2014 – DJE nº 58, divulgado em 24/03/2014 – Rel. Ministro Luís Roberto Barroso).

Salvador, 17 de setembro de 2019.

MARIA DE LOURDES LINHARES
Desembargadora Presidente

EDITAL Nº 18, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, Desembargadora Maria de Lourdes Linhares, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o disposto nos artigos 14, 26, IV, e 45, I, do Regimento Interno deste Regional, **TORNA PÚBLICO** que no dia **23 de setembro de 2019**, a partir das **16 horas**, será realizada a **2ª Sessão Solene do Tribunal Pleno** do presente exercício, na Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda, andar térreo do edifício-sede deste Tribunal, situado à Rua Bela Vista do Cabral, 121, Nazaré, especialmente destinada à **recepção** da Excelentíssima Magistrada **Ana Paola Santos Machado Diniz** no cargo de **Desembargadora do Trabalho** deste Regional, na vaga decorrente do falecimento do Excelentíssimo Desembargador Paulo Sérgio Silva de Oliveira Sá.

Salvador, 17 de setembro de 2019

MARIA DE LOURDES LINHARES
Desembargadora Presidente

EDITAL 017/2019

APRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, e no despacho exarado nos autos do PROAD Nº 8865/2019, RESOLVE: Art. 1º. TORNAR PÚBLICA a existência de vaga para exercer a titularidade nas seguintes Varas do Trabalho deste Quinto Regional: 1. 3ª Vara do Trabalho de Feira de Santana, em decorrência da aposentadoria da Excelentíssima Magistrada ROSEMEIRE LOPES FERNANDES; 2. 2ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista, em decorrência da aposentadoria do Excelentíssimo Magistrado LUIZ ANTÔNIO SILVA VASCONCELOS; 3. 34ª Vara do Trabalho de Salvador, em decorrência da Promoção, por merecimento da Excelentíssima Magistrada ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ; 4. 35ª Vara do Trabalho de Salvador, em decorrência da aposentadoria da Excelentíssima Magistrada SILVANA MARIA DIAS DE REZENDE; 5. 28ª Vara do Trabalho de Salvador, em decorrência da aposentadoria da Excelentíssima Magistrada MARYLUCIA LEONESY DA SILVEIRA. Art. 2º. As vagas supracitadas deverão ser preenchidas mediante processo de remoção dos Senhores Juízes Titulares das Varas do Trabalho desta Região, bem como as vagas decorrentes das sucessivas remoções, prevalecendo a antiguidade no cargo, observando-se o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Edital, de acordo com o artigo 654, parágrafo 5º, alínea “a”, da Consolidação das Leis do Trabalho.

Atos da Presidência

AVISO Nº 0008, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DO TRABALHO MARIA DE LOURDES LINHARES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício Eletrônico nº 11210/2019, da lavra do Excelentíssimo Ministro Luís Roberto Barroso, Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.090/DF, com pedido de medida cautelar, comunicando os termos da decisão proferida nos autos da referida ADI, nos seguintes termos: “Considerando: (a) a pendência da presente ADI 5090, que sinaliza que a discussão sobre a rentabilidade do FGTS ainda será apreciada pelo Supremo e, portanto, não está julgada em caráter definitivo, estando sujeita a alteração (plausibilidade jurídica); (b) o julgamento do tema pelo STJ e o não reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo, o que poderá ensejar o trânsito em julgado das decisões já proferidas sobre o tema (perigo na demora); (c) os múltiplos requerimentos de cautelar nestes autos; e (d) a inclusão do feito em pauta para 12/12/2019, defiro a cautelar, para determinar a suspensão de todos os feitos que versem sobre a matéria, até julgamento do mérito pelo Supremo Tribunal Federal.”

Art. 3º Considerando o quanto decidido no Processo Virtual nº 8865/2019, os pedidos formulados pelos magistrados titulares de Varas do Trabalho deste Quinto Regional, já deverão indicar, por ordem de preferência, as Varas do Trabalho que lhes interessar, com exceção da Vara do Trabalho de Itamaraju. Art. 4º. Revoga-se o Edital nº 011/2019, publicado no DJE do TRT5, na edição de 15/08/2019. (PROAD 8865/2019).

PROCESSOS

PROAD 8531/2019

Requerente: Ana Cristina de Souza Macedo

Assunto: Isenção de Imposto de Renda

Despacho: Indeferido o pedido de isenção de Imposto de Renda, considerando que a servidora ANA CRISTINA DE SOUZA MACEDO está em atividade e a legislação pertinente somente autoriza a isenção do imposto de renda aos servidores aposentados, inclusive em face do Acórdão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho CSJT-PCA-10351-80.2018.5.90.0000 que desconstituiu o acórdão do Órgão Especial do TRT da 4ª Região, proferido em 23 de novembro de 2018, nos autos do processo administrativo nº 0003630-04.2018.5.04.0000, a fim de restabelecer a decisão prolatada em 06 de junho de 2018, por meio da qual a Exma Desembargadora Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região indeferiu o pedido de concessão do benefício de isenção do imposto de renda retido na fonte (IRPF) formulado e, por corolário, a pretensão quanto à restituição dos valores descontados a esse título.

PROAD 8812/2019

Requerente: Elder Cassimiro Lira

Assunto: Redistribuição

Despacho: Diante do exposto e considerando que inexistia neste Regional concurso público válido ou em andamento para provimento do cargo de Técnico Judiciário/Administrativa, determino a adoção das providências necessárias à formalização da presente redistribuição de cargos, devendo-se observar que o ato da publicação da redistribuição dos cargos deverá ser simultâneo nos Tribunais envolvidos.

PROAD 9364/2019

Requerente: 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas

Assunto: Arquivamento de Sindicância

Despacho: Considerando que não foi apontada qualquer transgressão a dever funcional, acolho o relatório de Análise da Sindicância apresentado (documento 8), determinando o arquivamento do feito, em conformidade com o artigo 145, inciso I, da Lei 8.112/90.

PORTARIAS

DESIGNAÇÃO

2009/2019-SUZANA MARIA SANTOS PATARO-SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA-FC02 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2-01/10/2019 (Processo PROAD: 10316/2019).

DESLIGAMENTO

2008/2019-KELLY AZEVEDO TEIXEIRA DA ROCHA-SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA-FC02 ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 2-01/10/2019 (Processo PROAD: 10316/2019).

DIÁRIAS

1974/2019 - JOALVO CARVALHO DE MAGALHAES FILHO - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - VARA DO TRABALHO DE IPIAÚ - FÉRIAS DO JUIZ AUXILIAR - 4 e 1/2 - 22/09/2019 a 26/09/2019.

1976/2019 - FIRMO FERREIRA LEAL NETO - JUIZ TITULAR DE VARA DO TRABALHO - FLORIANÓPOLIS/BA - PARTICIPAR DE PROGRAMA DE INOVAÇÃO - 3 e 1/2 - 13/09/2019 a 16/09/2019.

1982/2019 - FELIPE BORGES CUNHA - ANALISTA JUDICIÁRIO - BRASÍLIA/DF - PARTICIPAR DE REUNIÃO - 1 e 1/2 - 10/09/2019 a 11/09/2019.

1983/2019 - FERNANDO SA MENEZES - ANALISTA JUDICIÁRIO - EUNÁPOLIS/BA - FISCALIZAR SERVICOS DE REFORMA - 2 e 1/2 - 10/09/2019 a 12/09/2019.

Corregedoria

Férias

Processo PROAD: 9524/2019

Magistrado(a): Soraya Gesteira de Azevedo Lima Marques

Despacho: DEFIRO o pedido formulado pela Juíza Soraya Gesteira de Azevedo Lima Marques referente à alteração do gozo das férias deferidas a partir de 17/09/2019, relativas ao 2º período do exercício de 2019, para que se iniciem em 21/10/2019.

Publique-se.

Processo PROAD: 6612/2019

Magistrado(a): Angélica de Mello Ferreira

Despacho: DEFIRO o pedido formulado pela Juíza Angélica de Mello Ferreira referente à alteração do gozo das férias deferidas a partir de 14/10/2019, relativas ao 2º período do exercício de 2016, para que se iniciem em 11/11/2019.

Publique-se.

Vice-Corregedoria

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª. VARA DO TRABALHO DE JUAZEIRO

PROAD Nº 6915/2019

Correção Ordinária realizada no período de 09 e 10 de setembro de 2019.

Em 09 de setembro de 2019 a Exm^a. Vice-Corregedora Regional, **Desembargadora do Trabalho MARIZETE MENEZES CORRÊA**, instalou a Correção Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Juazeiro, designada conforme Edital n.º 03/2019, divulgado no Diário de Justiça Eletrônico, Ano 11, nº 2.762, em 29/05/2019. A equipe da Vice-Corregedoria Regional esteve composta dos seguintes servidores: **Adriana de Carvalho Luz**, Assistente Administrativo 4, **Daniela Pinheiro Bahiense**, Assessora Chefe, **Heliane Tinoco Andrade**, Chefe de Seção; **Jéferson Freitas da Silva**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança; **José Antônio Mello de Uzêda**, Chefe de Gabinete; **Manoel Messias de Carvalho**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança e **Renata Oliveira dos Santos**, Assistente Administrativo.

Presentes Exm^{os}. Juiz Titular, Dr. Mário Vivas de Souza Durando, o Diretor da Secretaria, Luís Anselmo Ribeiro de Oliveira, bem como os seguintes Servidores da Vara: Alberto da Silva Nascimento, Ana Cristina dos Santos Valverde, Ana Raquel Barros Lopes, Célia Maria Fernandes de Souza, Hugo Ventura de Lima Oliveira, José Murilo Barbosa Duete, Maria José de Macedo Sobral, Samuel Freitas de Macedo e Yuri Bacelar Matos.

Jurisdição da Unidade abrange o respectivo Município e os de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho.

Lei de Criação: n.º 4.124 de 27/08/1962

Data de Instalação: 28/02/1966

Data Instalação do PJe: 24/10/2014

Data última correição: 03 a 04/09/2018

Acervo Físico/Acervo Total: 294 processos – 9,47%

Acervo PJe/Acervo Total: 2.813 processos – 90,53%

Faixa de Quantidade de Processos: 1.001 a 1.500

Após constatações feitas com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos deste TRT, dos dados estatísticos

do Sistema e-Gestão, da Ferramenta BI – *Business Intelligence*, do Sistema e-Correição, dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Gestão Estratégica, bem como nos esclarecimentos prestados pela Vara do Trabalho, a Exm^a. Vice-Corregedora Regional registrou as observações e recomendações constantes desta Ata.

Os dados estatísticos desta Ata foram coletados nos sistemas acima mencionados em 06/09/2019, referindo-se ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. As demais informações foram obtidas a partir da resposta do Diretor da Secretaria ao Questionário Pré-Correição encaminhado ao Núcleo de Correições em 02/09/2019 e das constatações decorrentes da inspeção processual e vistoria de papéis.

I – ESTRUTURA FUNCIONAL DA UNIDADE

1. JUÍZES

O Exm^o. Juiz, Dr. Mário Vivas de Souza Durando, exerce a titularidade da Vara desde 07/11/2006 e, de acordo com as informações cadastrais constantes no Sistema de Recursos Humanos deste TRT, reside na cidade de Juazeiro.

O Exm^o. Juiz Substituto, Dr. José Luiz da Costa Paiva, foi designado para atuar na Unidade em 22/10/2018.

Durante o período correicionado foram convocados para atuar na unidade os Magistrados abaixo relacionados:

JUIZ	INÍCIO DA CONVOCAÇÃO	FIM DA CONVOCAÇÃO
Anderson Rico Moraes Nery	24/04/2018	26/04/2018
Anderson Rico Moraes Nery	14/05/2018	17/05/2018
Alfredo Vasconcelos Carvalho	04/06/2018	07/06/2018
Joalvo Carvalho de Magalhães Filho	03/07/2018	05/07/2018
Gabriela de Carvalho Meira Pinto	09/07/2018	12/07/2018
Mariella de Oliveira Garziera	16/07/2018	19/07/2018
Maíra Guimarães Araújo de La Cruz	23/07/2018	25/07/2018
Paula Leal Lordelo Lino	30/07/2018	01/08/2018
Thiago Barbosa Ferraz de Andrade	20/08/2018	23/08/2018
José Luiz da Costa Paiva	17/09/2018	20/09/2018
Maurício Lopez Freitas	24/09/2018	27/09/2018
Anderson Rico Moraes Nery	01/10/2018	04/10/2018
Anderson Rico Moraes Nery	08/10/2018	11/10/2018

1.1. Afastamentos/Licenças (exceto Férias) no período correicionado:

Durante o ano de 2018 bem como o ano de 2019, até o término dos trabalhos correicionais, não houve afastamentos/licenças (exceto férias) dos Magistrados que atuam na Unidade.

2. SERVIDORES

2.1. Lotação

Verificou-se, com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos, que a Vara correicionada tem a lotação de **13 (treze)** servidores e, no período correicionado, a unidade teve alteração de **04 (quatro)** servidores, conforme quadro abaixo.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NO TRT	LOTAÇÃO	
				INÍCIO	FIM
Alberto da Silva Nascimento	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria	28/09/1998	31/03/2006	
Ana Cristina dos Santos Valverde	Analista Judiciário / Judiciária	Assistente Administrativo 2	30/10/2006	01/07/2010	
Ana Raquel Barros Lopes	Analista Judiciário / Judiciária	Secretário de Audiência	03/02/2015	31/08/2015	
Arielson Gomes da Silva	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	23/01/2004	10/05/2004	31/01/2019
Célia Maria Fernandes de Souza	Cedido Por Outro Órgão	Secretário de Audiência	06/10/2017	06/10/2017	
George Bringel Mota	Analista Judiciário / Administrativa		13/10/2009	11/02/2016	01/02/2018
Helder Vainer Nascimento Marques	Analista Judiciário / Administrativa		15/07/2014	03/11/2015	
Hugo Ventura de Lima Oliveira	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	01/02/2018	01/02/2018	
José Murilo Barbosa Duete	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente	13/01/2014	13/01/2014	
Luís Anselmo Ribeiro de Oliveira	Técnico Judiciário / Administrativa	Diretor de Secretaria	06/04/1998	04/08/1998	
Marcelo de Lima Pereira	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	09/02/2004	21/03/2005	
Maria José de Macedo Sobral	Analista Judiciário / Administrativa	Assistente Administrativo 2	11/02/1988	17/10/1995	
Samantha Mendes Freire Silva	Analista Judiciário / Judiciária	Assistente de Juiz	16/04/2010	03/10/2016	
Samuel Freitas de Macedo	Analista Judiciário / Judiciária		07/03/2012	01/09/2017	
Yuri Bacelar Matos	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Juiz	015/02/2018	01/02/2019	

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

Observa-se que o quadro de lotação atual da unidade é adequado para o seu porte: 1.001 a 1.500.

2.2. Afastamentos/Licenças (exceto férias)

ANO ANTERIOR:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Alberto da Silva Nascimento	4
Samantha Mendes Freire Silva	6
Hugo Ventura de Lima Oliveira	15

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Maria José de Macedo Sobral	5
Helder Vainer Nascimento Marques	150
Samuel Freitas de Macedo	8
TOTAL	188

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

ANO ATUAL:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Ana Raquel Barros Lopes	60
Maria Jose de Macedo Sobral	2
TOTAL	62

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

II – SITUAÇÃO PROCESSUAL – PRODUTIVIDADE DA VARA

Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, durante o ano correicionado até a data de geração da presente Ata, (06/09/2019), a situação da movimentação processual da Vara inspecionada é a que se vê das tabelas constantes deste capítulo.

1. PROCESSOS RECEBIDOS E PRODUTIVIDADE DA VARA:

TIPO	SITUAÇÃO		2017	2018	2019
Conhecimento	Recebidos		1.393	819	596
	Solucionados	Com Exame de Mérito	867	629	451
		Sem Exame de Mérito	259	161	76
		Conciliados	460	408	246
	Percentual		113,85%	146,28%	129,70%
Liquidação	Conciliados		0	4	3
	Iniciada		568	401	317
Execução	Encerrada		461	464	236
	Conciliados		4	6	21
	Percentual		81,16%	115,71%	74,45%
Sentenças	Ilíquidas (total sentenças - líquidas)		154	172	307
	Líquidas		453	250	15
	Percentual		74,63%	59,24%	4,66%
	Cumpridas		22	0	0
Cartas	Não Cumpridas		18	20	16
	Percentual		55%	0%	0%

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.1. Processos em Andamento:**Sistema: LEGADO**

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
	Aguardando primeira audiência	0	0,14

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando encerramento da instrução	8	4,02
	Aguardando prolação de sentença	3	1,48
	Aguardando cumprimento de acordo	9	33,91
	Solucionados	0	0
	Pendentes de finalização	124	170,50
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	0,05
	Pendentes de finalização	8	39,55
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	80	395,82
	Encerrados pendentes de finalização na fase	0	0,68
	Pendentes de finalização	93	510,78
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	5,51
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	75,49
	TOTAL	325	1.237,92

(Fonte: e-Gestão e BI)

Sistema: PJe

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	131	219,22
	Aguardando encerramento da instrução	123	231,69
	Aguardando prolação de sentença	89	139,93
	Aguardando cumprimento de acordo	157	182,07
	Solucionados pendentes de finalização na fase	0	0
	Pendentes de finalização	1.358	1.851,58
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	2	0,57
	Pendentes de finalização	225	271,08
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	980	1.051,14
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1	1,60
	Pendentes de finalização	1.019	1.321,72

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	45,51
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	201,70
TOTAL		4.086	5.517,81

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.2. Incidentes Processuais e Embargos de Declaração:

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
	01/01/2018 a 31/12/2018		Atual
Embargos de Declaração	255	346	16
Exceções de Incompetência	80	75	2
Antecipações de Tutela	132	287	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	7	13	1
Embargos à Execução	27	70	1
Embargos à Arrematação	1	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	1	16	0
TOTAIS	503	809	20

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.3. Recursos:

Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2018

TIPO	NOVOS	ADMITIDOS	NÃO ADMITIDOS
Recurso Ordinário	648	616	8
Recurso Adesivo	59	51	2
Agravo de Petição	38	18	0
Agravo de Instrumento	2	0	Sem Informação
TOTAIS	747	685	10

(Fonte: e-Gestão e BI)

2. PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO (em dias)

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Prolação da Sentença na fase de Cognição	Rito Sumaríssimo	134,61	93,86	92,76
	Exceto Rito Sumaríssimo	238,44	303,23	279,33
Encerramento da Liquidação	Rito Sumaríssimo	356,59	547	555,60
	Exceto Rito Sumaríssimo	658,38	562,46	859,14

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Extinção da Execução	Rito Sumaríssimo	1.489,54	818,58	572,17
	Demais Ritos (Entes Privados)	1.489,18	1.327,91	1.265,89
	Demais Ritos (Entes Públicos)	2.216,30	2.434,84	2.116,21

(Fonte: e-Gestão)

3. PAUTAS DE AUDIÊNCIAS

Consoante informado no Questionário Pré-Correição, a pauta da Unidade mantém, em média, a seguinte estrutura:

JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	Una	Inicial	Instrução	Conciliação	Intervalo entre Audiências	Total
Segunda	Manhã	05	03	04	01	10 min	13
	Tarde						
Terça	Manhã	05	03	04	01	10min	13
	Tarde						
Quarta	Manhã	05	03	04	01	10min	13
	Tarde						
Quinta	Manhã	05	03	04	01	10min	13
	Tarde						
Sexta	Manhã						
	Tarde						

Foi informado pelo Diretor da Unidade que, até o dia da elaboração das respostas ao Questionário Pré-Correição, 02/09/2019, as audiências estavam sendo designadas para as datas abaixo indicadas.

JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

TIPO	AUDIÊNCIAS INAUGURAIS DE AÇÕES DISTRIBUÍDAS NESTA DATA E AUDIÊNCIAS ADIADAS, HOJE, FORAM DESIGNADAS PARA QUANDO?	REALIZADA NESTA DATA FORA DESIGNADAS HÁ QUANTOS DIAS?
INICIAIS/ Ord	09/10/2019	45 dias
INICIAIS/ Sum	09/10/2019	37 dias
UNAS/ Ord	-	-
UNAS/Sum	09/10/2019	37 dias
INSTRUÇÕES/ Ord	07/10/2019	44 dias
INSTRUÇÕES/ Sum	07/10/2019	-----
CONCILIAÇÃO	---	41 dias

3.1 Prazos Médios para Realização de Audiências*

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017		2018		2019	
		VT	TRT	VT	TRT	VT	TRT
Realização da 1ª	Rito Sumaríssimo	41,24	80,13	42,63	83,15	40,02	77,30
Audiência	Exceto Rito Sumaríssimo	60,51	105,34	58,10	121,00	46,70	76,21
Encerramento da	Rito Sumaríssimo	162,04	138,15	88,47	105,42	88,69	116,87
Instrução	Exceto Rito Sumaríssimo	246,12	272,91	316,89	324,85	263,60	327,19

(Fonte: Sistema e-Gestão).

(*) Os prazos médios consideram o número de dias decorridos entre as datas dos eventos – inicial e final – independente dos períodos de suspensão do expediente, cadastrados nos sistemas SAMP e PJ-e, inclusive do recesso forense.

Verifica-se que os prazos **não obedecem** ao previsto no art. 74, § 2º, do Provimento CR nº 04/2012, embora estejam abaixo da média do interstício praticado pelas Unidades do Regional.

3.2 Informações Sobre a Organização da Pauta

Ainda sobre a Pauta, o Diretor informou que:

a) a Unidade mantém Salas de Audiências configuradas para designação automática de audiência em todos os processos distribuídos, aptos à inclusão em pauta;

b) os Juízes se abstêm de realizar audiência inicial nas reclamações trabalhistas em que seja reclamado ente da Fazenda Pública, ou faculta a este seu comparecimento à sessão inaugural em casos de litisconsórcio com entes de Direito Privado, conforme recomendação CR nº 003/2017. Ademais, “Nesta Unidade não há registro de processo contra Ente Público que tenha havido audiência inaugural. Logo, todos os processos ingressos em face de ente público, no momento oportuno, ficaram conclusos para sentença”;

c) as reclamações que demandam perícia são mantidas fora de pauta;

d) nas ações com pedido de realização de prova pericial, a prova oral não é colhida em audiência antes da realização da prova técnica;

e) Em relação ao pedido de homologação do acordo previsto no art. 855-B da CLT, o Juízo adota o seguinte procedimento: “Comprovação do vínculo laboral/análise do período trabalhado/Baixa na CTPS/Discreminação das verbas constantes do acordo/Advogados distintos representando as partes.”, sem incluir o feito em pauta.

4. PROCESSOS PENDENTES DE DESPACHO/CUMPRIMENTO DETERMINAÇÕES:

Segundo informações constantes do Questionário Pré-Correição, até 02/09/2019, existiam:

a) **58 (cinquenta e oito) processos pendentes para elaboração de despacho**, datando o mais antigo de **20/08/2019**;

b) **187 (cento e oitenta e sete) processos pendentes de cumprimento de despachos ou outras determinações judiciais**, datando o mais antigo de **01/08/2019**.

Outrossim, durante os trabalhos correicionais, apurou-se que existem **97 (noventa e sete) processos pendentes de elaboração de cálculos**, sendo que todos estão **há menos de 40 (quarenta) dias úteis** com os Calculistas do Juízo, datando o mais antigo de **18/07/2019**. O Diretor registrou que os Calculistas utilizam o PJ-e-Calc.

Consta, ainda, do Questionário Pré-Correição que o Gestor da Unidade consulta e confere, periodicamente, os relatórios fornecidos pelo Sistema BI e do e-Gestão (Resumo/Espelho/Gerencial). Destacou, também, que os servidores da Unidade não utilizam as abas específicas disponibilizadas para as Varas no BI.

Nessa ordem de ideias, noticiou o Diretor que distribui a demanda de serviços, quanto ao cumprimento das determinações judiciais, “por dígitos”. Relativamente à tarefa de minutar os despachos, sua divisão é feita entre os Assistentes e o Diretor.

Além disso, segundo o relato do Questionário Pré-Correição, quanto ao cumprimento das determinações judiciais e os prazos administrativos, o controle ocorre: “Acessando o referido sistema de modo a detectar possíveis atrasos.”.

A Vara não prioriza os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento (ou garantia da execução), a fim de acelerar a execução, na hipótese de não terem sido quitados.

Por outro lado, a Unidade prioriza os atos processuais referentes aos processos com créditos a serem liberados.

As questões urgentes, no PJ-e, são controladas e identificadas por meio dos filtros/alertas e pelo GIGS.

**III – ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE -
PRODUTIVIDADE – PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO****1. ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE**

Conforme dados constantes do Questionário Pré-Correição, o Exmº. Juiz Titular, Dr. Mário Vivas de Souza Durando, comparece à Unidade, todas as semanas, de segunda a sexta-feira, enquanto que o Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. José Luiz da Costa Paiva o faz, em semana de audiência de segunda a quinta-feira.

2.PRODUTIVIDADE**JUIZ TITULAR: MÁRIO VIVAS DE SOUZA DURANDO**

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	248	283	175
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	486	443	252
Extintos com resolução de mérito	31	21	32
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	63	71	19
Arquivamento	53	44	32
Desistência	24	23	14
Outras decisões sem resolução de mérito	39	4	0
TOTAL	944	889	524
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	336	226	13

(Fonte: Sistema e-Gestão)

JUIZ SUBSTITUTO: JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	0	23	69
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	0	16	104
Extintos com resolução de mérito	0	0	11
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	0	0	2
Arquivamento	0	3	8
Desistência	0	0	1

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0	0
TOTAL	0	42	195
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	0	0	1

(Fonte: Sistema e-Gestão)

2.1. Processos Concluídos para Prolação de Sentença:

A listagem de processos concluídos aos magistrados, fornecida pelo Diretor de Secretaria, foi confrontada com os dados informados pelo Sistema e-Gestão e por aqueles registrados nas tarefas do Sistema PJe. Assim sendo, apurou-se que:

1) O Exmº. Juiz Titular, Dr. Mário Vivas de Souza Durando, possui **77 (setenta e sete)** processos concluídos para julgamento, sendo **60 (sessenta)** na fase de conhecimento, **03 (três)** execução, e **14 (quatorze)** embargos de declaração. Do total informado, **47 (quarenta e sete)** estão com prazo vencido.

Vale salientar, que durante as atividades de correição, o Exmº. Juiz Titular devolveu o processo nº 0000384-65.2014.5.05.0341, que se encontrava com prazo vencido desde 23/10/2018, convertendo o julgamento em diligência. Assim, permanecem pendentes de julgamento **76 (setenta e seis)** processos. Destes, **46 (quarenta e seis)** com prazo vencido.

2) O Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. José Luiz da Costa Paiva, possui **42 (quarenta e dois)** processos concluídos para julgamento, sendo **40 (quarenta)** na fase de conhecimento e **02 (dois)** embargos de declaração, todos dentro do prazo.

3) O Exmº. Juiz Substituto, Anderson Rico Moraes Nery, possui **07 (sete)** processos concluídos para julgamento, sendo **01 (um)** na fase de conhecimento e **06 (seis)** embargos de declaração. Do total informado, **06 (seis)** estão com prazo vencido.

4) O Exmº. Juiz Substituto, Dr. Maurício Lopez Freitas, possui **01 (um)** processo concluso para julgamento, na fase de embargos de declaração, fora do prazo.

3. PRAZO MÉDIO PARA JULGAMENTO

JUIZ TITULAR: MÁRIO VIVAS DE SOUZA DURANDO

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	58	87	54
Prazo Médio	11,09	6,20	15,91
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	567	522	329
Prazo Médio	11,30	16,28	16,22
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	140	219	125
Prazo Médio	79,61	86,21	49,14
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	23	62	27
Prazo Médio	16,70	9,10	8,41
Julgamento de Embargos de Terceiros			

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Nº de Processos	5	2	10
Prazo Médio	26	36,50	64,30

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: O Exmº. Juiz, Dr. Mário Vivas de Souza Durando, exerce a titularidade da Vara desde 07/11/2006.

JUIZ SUBSTITUTO: JOSÉ LUIZ DA COSTA PAIVA

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	0	1	17
Prazo Médio	0	16	13,06
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	0	14	110
Prazo Médio	0	31,07	12,45
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	0	3	46
Prazo Médio	0	1,67	12,39
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	0	0	0
Prazo Médio	0	0	0
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	0	0	0
Prazo Médio	0	0	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: O Exmº. Juiz Substituto Dr. José Luiz da Costa Paiva, foi designado para atuar na Unidade em 22/10/2018.

Segundo informado pelo Diretor, a Secretaria encaminha o processo para a tarefa "minutar sentença" (PJe) ou tramita "autos concluídos para julgamento" (Legado) imediatamente após encerrada a instrução processual, quando na fase de conhecimento e, nos casos de incidentes da execução, assim que os feitos se tornam aptos a julgamento.

IV – ASPECTOS DE INSPEÇÃO OBRIGATÓRIA CONFORME CORREGEDORIA GERAL JUSTIÇA DO TRABALHO

Nos termos do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CPCGJT, registram-se as seguintes informações prestadas pelo Diretor:

a) há pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos;

b) há o exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar exitosa a execução, mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD, CCS, SIMBA e aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC;

c) há o registro fidedigno, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz para julgamento;

d) em caso de valor incontroverso, o Juiz ordena, a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior;

e) há pouca inclusão em pauta de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação;

f) o Juízo adota o rito previsto no novo CPC, quanto à desconsideração da personalidade jurídica de empresas, e o incidente é processado nos próprios autos.

Destaque-se que os aspectos relacionados à assiduidade dos magistrados, pauta de audiências e principais prazos já foram anteriormente registrados nesta ata.

V – OUVIDORIA

Segundo informações da Coordenadoria da Ouvidoria, não existem relatos envolvendo processos da Unidade.

VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em resposta ao Questionário Pré-Correção o Diretor informou o seguinte:

a) a Vara continua migrando processos do legado para a CCLE, sempre que se torna apto para migração;

b) não há certificação da suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência ao ocorrido;

c) há realização de intimações eletrônicas de Órgãos Públicos e das grandes empresas que assim consentiram, visando a otimização dos trabalhos da Secretaria;

d) o arquivo provisório não conta com inspeção periódica. “PJE- é colocado na tarefa – Ag. Prazo./ SAMP – (Não temos essa hipótese.)”;

e) o arquivamento definitivo dos autos é precedido de vistoria;

f) é assegurada a pausa laboral de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (não deduzidos da jornada de trabalho) para Servidores e Magistrados que executam atividades repetitivas (Portaria TRT5 1904/2008);

g) quando qualquer das partes tem crédito remanescente a receber, mas não comparece à Secretaria, é realizada uma pesquisa no BACENJUD a respeito da existência de conta em seu nome, para posterior depósito do valor em sua conta-corrente, possibilitando, assim, o arquivamento definitivo do processo;

h) há Portaria instituindo Grupo de Avaliação de Documentos, (n.º 01/2010) nos moldes do Art. 4º da Resolução Administrativa N.º 016/2004 (NR pela RA 064/2004);

i) são utilizados os modelos padronizados de documentos para processos eletrônicos e físicos, a exemplo de precatórios e requisições de pequeno valor;

j) o Gestor da Unidade não utiliza o IGEST Regional como ferramenta de gerenciamento do acervo de processos e produtividade da Vara;

k) foi divulgado para os Servidores da Unidade a existência da plataforma Wiki-JT e das pastas “Manuais de Procedimento e Manuais de Sistemas”, sendo que tais ferramentas são muito pouco utilizadas por aqueles, enquanto que o Gestor da Unidade as utiliza.

VII – METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT5

1. JULGAMENTO DOS PROCESSOS ANTIGOS (CELERIDADE PROCESSUAL):

a) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2009 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2006: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

b) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2010 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2007: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

c) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2011 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2008: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

d) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2012 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2009: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

e) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2013 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2010: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

f) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2014 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2011: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

g) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2015 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2012 e 2013: A Vara, até o momento, julgou todos os processos de 2012 e julgou todos os processos de 2013, restando **cumprida** a meta.

h) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2016 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2014: A Vara, até o momento, julgou 99,54% dos processos distribuídos em 2014, constando 5 (cinco) processo(s) pendente(s) no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

i) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2017 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2015: A Vara, até o momento, julgou 99,76% dos processos distribuídos em 2015, constando 3 (três) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

j) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2018 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2016: A Vara, até o momento, julgou 99,29% dos processos distribuídos em 2016, constando 10 (dez) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

Foram **cumpridas** as Metas do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional – PEI de 2009 a 2014, inexistindo processos distribuídos anteriormente a 2012 ainda pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

A Exmª. Vice-Corregedora Regional parabenizou a Unidade pelas Metas já cumpridas, recomendando que fosse priorizado o julgamento das ações ainda pendentes de julgamento. Neste passo, registra a necessidade de especial atenção e prioridade aos seguintes processos, que já se encontram conclusos para julgamento:

0000364-65.2014.5.05.0341 RTOrd	0001265-62.2016.5.05.0341 ATOrd
0000741-36.2014.5.05.0341 RTOrd	0000216-49.2017.5.05.0341 ATOrd
0010072-42.2014.5.05.0341 ATOrd	0000496-17.2017.5.05.0342 ATOrd
0001134-24.2015.5.05.0341 ATOrd	0001098-11.2017.5.05.0341 ATOrd
0000177-86.2016.5.05.0341 ATOrd	0001229-83.2017.5.05.0341 ATOrd
0000925-21.2016.5.05.0341 ATOrd	0001351-96.2017.5.05.0341 ATOrd
0000952-04.2016.5.05.0341 ATOrd	0001375-27.2017.5.05.0341 ATOrd
0001264-77.2016.5.05.0341 ATOrd	0001428-08.2017.5.05.0341 ACPCiv

2. DAS METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5

Metas relativas a 2018 (metas aprovadas no TRT5 em 19/12/2014):

a) **Meta do Indicador 2.2** – Reduzir o prazo médio de duração da fase de conhecimento do processo na 1ª instância, no ano de 2018, em 4% em relação ao ano base 2016 (quando tal prazo foi de 262,84 dias) - No ano em questão, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, observa-se que a Vara obteve um prazo médio de 257,76 dias, apresentando uma redução de 1,93%, **não atingindo** a meta. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

b) **Meta do Indicador 2.3 (Meta 1 CNJ)** – Julgar o equivalente a 92% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente.

Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 145,98%. **Meta cumprida.** (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

c) Meta do Indicador 3.1 (Meta 3 CNJ) – Aumentar em 2 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de conhecimento, no ano de 2018, em relação ao biênio 2013/2014 (quando tal índice foi de 39,53%) – Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 36,79%. **Meta não cumprida.** (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

d) Meta do Indicador 3.2 – Aumentar em 6 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de execução, no ano em curso, em relação ao ano de 2013 (quando tal índice foi de 10,65%) – Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 1,50%, **não atingindo a meta.** (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

e) Meta do Indicador 4.1 (Meta 5 CNJ) – Baixar 92% do total de casos novos de execução do ano corrente – Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 109,13%. **Meta cumprida.** (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

f) Meta do Indicador 2.5 (Meta 6 CNJ) – Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015. Com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 112,24%, **atingindo a meta.**

3. ÍNDICE REGIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST

O Índice Regional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, é uma ferramenta que objetiva aprimorar a gestão das varas e contribuir para uma melhor efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível.

Para tanto, utiliza mesoindicadores, tais como **acervo, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho** adotados em consonância com os objetivos judiciais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, para aferir o desempenho de cada vara do trabalho, podendo ser possível contextualizar o desempenho de cada uma.

Neste passo, segundo o Igest, dentre o grupo composto **exclusivamente pelas Varas do Interior da Bahia**, classificadas na faixa entre 1.001 a 1.500 processos, a Vara do Trabalho correicionada apresentou as notas ponderadas abaixo transcritas:

Faixa de Casos Novos: Jul/2015 a Jun/2018	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
						Resultado
1001 a 1500	0,3818	0,3864	0,5394	0,4118	0,4168	0,4272

(Período de referência: 01/07/2018 até 30/06/2019)

VIII – INSPEÇÃO PROCESSUAL E VISTORIA DE PAPÉIS

Durante a correição presencial, foi examinado, por amostragem, um total de **135 (cento e trinta e cinco)** processos, sendo 6 (seis) de 2019, 42 (quarenta e dois) de 2018, 28 (vinte e oito) de 2017, 15 (quinze) de 2016, 12 (doze) de 2015, 9 (nove) de 2014, 6 (seis) de 2013, 4 (quatro) de 2012, 5 (cinco) de 2011, 3 (três) de 2010, 3 (três) de 2009, 2 (dois) de Outros anos,

Na vistoria de papéis foi analisada a listagem referente aos processos em carga, e verificou-se que a Unidade **nem sempre observa** os prazos e procedimentos relacionados à cobrança de autos com a adoção de medidas eficazes para este fim, a exemplo dos processos 0001260-43.2013.5.05.0341 e 0001039-62.2003.5.05.0341, com cargas em 02/04/2019 e 30/05/2019, respectivamente, e que cuja devolução se deu no início de setembro de 2019, sem que a Unidade houvesse expedida notificação de cobrança de autos.

Na mesma ocasião, solicitaram-se providências em relação às **06 (seis) ordens de bloqueio de crédito junto ao BacenJud sem a consequente determinação de transferência e/ou desbloqueio**, verificadas em consulta ao referido convênio, datando a mais antiga de **26/07/2019**. Até o final da Correição Presencial da Unidade as pendências foram resolvidas. Segundo o Diretor, o desbloqueio/transferência dos valores apreendidos ocorrem, “TEMPO REAL (no mesmo dia em que a informação de bloqueio resulta disponível pelo sistema.)”.

Em relação aos processos **eletrônicos** vistoriados, observou-se que:

a) o Escaninho “**Petições não apreciadas**” indicava a existência de **1.868 (mil oitocentos e sessenta e oito) petições não apreciadas**, dentre as quais **destacam-se 71 (setenta e uma) petições em processo com prioridade e 14 (catorze) petições em sigilo/segredo de justiça**;

b) o Escaninho “**Documentos Internos**” indicava a existência de **590 (quinhentos e noventa) documentos internos**, dentre os quais **02 (dois) documentos em processos com prioridade e 02 (dois) documentos em processos com sigilo/segredo**;

b) havia **10 (dez)** processos na tarefa **Triagem Inicial**;

c) havia **30 (trinta)** processos no fluxo das **Perícias** no PJe;

d) havia **38 (trinta e oito)** processos na tarefa **Prazos Vencidos**;

e) havia **128 (cento vinte e oito)** processos na tarefa **Aguardando Audiência**.

IX – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA UNIDADE

No Questionário Pré-Correição, **não** foram registradas queixas em relação às instalações e equipamentos da Unidade.

Da mesma forma, não se verificou a existência de solicitações pendentes junto à Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior - CAUI, à Secretaria de Administração – S.A. e, tampouco em face da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações.

X – VALORES ARRECADADOS

NATUREZA	ARRECAÇÃO EM 2018
Custas Processuais	R\$ 123.212,11
Emolumentos	R\$ 16,66
Contribuição Previdenciária	R\$ 464.824,38
Imposto de Renda	R\$ 8.372,40
TOTAL	R\$ 596.425,55
Valores Pagos Decorrentes de Multas Aplicadas por Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	R\$ 0,00
Custas Processuais Dispensadas	R\$ 325.358,65

(Fonte: Sistema e-Gestão)

XI – BOAS PRÁTICAS

O Diretor da Vara não apresentou procedimentos inovadores ou diferenciados, que possam ser considerados como boas práticas.

XII – DESPACHOS ESPECIAIS E VISTOS EM CORREIÇÃO COM REGISTRO EM ATA

Após as vistorias relatadas, foi exarado **01 (um) despacho especial**, com “Visto em Correição”, e específica menção de registro de ata, vazado nos seguintes termos:

Processo Nº 0001395-52.2016.5.05.0341

1. Visto em correição.

2. Depreende-se da análise do processo, que a exequente foi notificada, em 19/02/2018, pelo Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, para tomar ciência do despacho de Id. 768df9f, no qual há indicação do decurso do prazo para a parte interessada dar impulso à execução, e determina que os autos aguardem o prazo de dois anos, após o que deveriam voltar conclusos para decisão de extinção, por pronúncia da prescrição intercorrente.

Por conta desta determinação, a Secretaria simulou no PJe a expedição de notificação, registrando prazo de 720 (setecentos e vinte) dias, conforme se constata da aba “expedientes”, que expiraria em 02/06/2021.

2. Ocorre que a exequente peticionou nos autos, em 30/05/2018, o que provocou a prolação de despacho, em 19/07/2018, com várias determinações. A primeira das determinações foi cumprida em 03/08/2018. Desde então, o feito permanece injustificadamente paralisado, aguardando na tarefa de controle de prazos, em função do prazo registrado na notificação simulada não ter sido fechado na aba “expedientes” do PJe, a despeito das movimentações posteriores ocorridas nos autos.

3. Situação idêntica, envolvendo processos paralisados por mais de 180 (cento e oitenta) dias, em função do prazo continuar indevidamente aberto na aba “expedientes”, foi identificada nos processos: 0000272-82.2017.5.05.0341, 0000673-78.2017.5.05.0341, 0000960-78.2016.5.05.0341, 0000141-41.2016.5.05.0341, 0000603-35.2015.5.05.0341, 0001057-15.2015.5.05.0341, 0000131-34.2015.5.05.0341, 0000855-38.2015.5.05.0341.

4. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos a apreciação do Exmº Juiz Titular, para adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de situações dessa natureza.

Juazeiro, 10 de Setembro de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

XIII – RECOMENDAÇÕES

A Exmª Vice-Corregedora Regional, após o exame das informações e dados da Unidade, formula as seguintes recomendações:

01) Em caso de valor incontroverso, ordenar, seja de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior;

02) certificar a suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

03) incrementar a inclusão, em pauta, de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação;

04) priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento (ou garantia da execução), a fim de acelerar a execução, na hipótese de não terem sido quitados;

05) promover os necessários ajustes nas tramitações/movimentações dos processos, para regularizar os dados referentes à quantidade de feitos em andamento na Unidade e respectivas fases. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001301-07.2016.5.05.0341, 0000482-70.2016.5.05.0341, 0042900-67.2009.5.05.0341;

06) promover os necessários ajustes nas tramitações/movimentações dos processos, para regularizar os dados referentes à quantidade de feitos em andamento na Unidade e respectivas fases. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001301-07.2016.5.05.0341, 0000482-70.2016.5.05.0341, 0042900-67.2009.5.05.0341;

07) regularizar o andamento dos processos que estão sem movimentação por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e evitar que esse tipo de atraso volte a ocorrer. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000603-35.2015.5.05.0341, 0000350-76.2017.5.05.0341, 0000245-02.2017.5.05.0341, 0000696-61.2016.5.05.0341, 0000935-36.2014.5.05.0341, 0000997-42.2015.5.05.0341, 0000018-80.2015.5.05.0341, 0001405-62.2017.5.05.0341, 0000667-84.2011.5.05.0341, 0001321-32.2015.5.05.0341, 0000352-46.2017.5.05.0341, 0000789-53.2018.5.05.0341, 0000543-57.2018.5.05.0341, 0000623-21.2018.5.05.0341, 0001149-61.2013.5.05.0341;

08) cumprir as determinações judiciais em prazo razoável, sobretudo no que se refere a realização de cálculos e dos procedimentos deles dependentes. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000245-02.2017.5.05.0341;

09) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 1 (um) dia para conclusão dos autos aos magistrados. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000329-13.2011.5.05.0341;

10) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 5 (cinco) dias para cumprimento dos despachos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000144-91.2019.5.05.0341, 0000335-73.2018.5.05.0341, 0103300-47.2009.5.05.0341;

11) certificar com presteza nos processos o decurso de prazo/cumprimento das obrigações, possibilitando a remessa dos autos ao arquivo, e reduzindo o acervo da unidade. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000357-44.2012.5.05.0341, 0000918-92.2017.5.05.0341, 0000489-57.2019.5.05.0341;

12) impulsionar os processos em que as parcelas de acordo foram quitadas, para efeito de cobrança ou dispensa dos encargos legais, e posterior arquivamento dos autos. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000232-66.2018.5.05.0341;

13) registrar, regularmente, no lançador de movimentos, cada pagamento de parcela de acordo, para que esses dados integrem as informações do e-Gestão. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000736-72.2018.5.05.0341, 0000377-25.2018.5.05.0341, 0000796-45.2018.5.05.0341;

14) controlar com rigor os prazos de cumprimento dos atos relacionados às ordens de bloqueio de valores via sistema Bacenjud. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0001149.61.2013.5.05.0341;

15) cumprir com presteza as determinações judiciais a serem realizadas com a utilização dos convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000696-61.2016.5.05.0341;

16) cumprir a integralidade das determinações judiciais, notadamente em casos de despachos de múltiplos itens. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000144-91.2019.5.05.0341;

17) registrar nos “Atos de Comunicação” do PJe, (notificações, mandados, editais etc) o correto prazo legal ou judicial corresponde ao ato em cumprimento, para evitar dissonância com o contador de prazos do sistema. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000878-76.2018.5.05.0341, 0001248-89.2017.5.05.0341;

18) zelar pelo correto registro das tramitações/movimentações dos atos processuais nos sistemas informatizados, notadamente aqueles que se referem a pagamentos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001035-83.2017.5.05.0341, 0000579-12.2012.5.05.0341, 0102600-71.2009.5.05.0341;

19) atualizar as informações nos autos dos processos cujos créditos estão habilitados em acordos globais no Juízo de Conciliação de 2ª Instância. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000569-65.2012.5.05.0341;

20) especificar o motivo do cancelamento/adiamento de audiências anteriormente designadas. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 00001356-21.2017.5.05.0341;

21) registrar, sistematicamente, por certidão, o motivo do encerramento da conclusão dos processos para julgamento/decisão, bem como os cancelamentos de audiências. Os sucessivos registros de conclusão e cancelamento compromete a fidedignidade dos dados capturados pelo sistema e-Gestão, interferindo inclusive a produtividade dos magistrados. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000152-44.2014.5.05.0341, 0000591-94.2010.5.05.0341 e 0000018-17.2014.5.05.0341.

XIV – AUDIÊNCIAS/RECLAMAÇÕES

A Exmª. Vice-Corregedora designou a data de 10/09/2019, no turno matutino, para realização de audiência com os Magistrados, Servidores, Advogados, Partes e Interessados, a fim de tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços jurisdicionais da 1ª Vara do Trabalho de Juazeiro.

XV – DETERMINAÇÕES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Algumas situações detectadas na Unidade reclamam correção, fazendo-se necessário, também, o estabelecimento de prazos às respectivas finalidades de cumprimento. Assim, resolveu a Exmª Vice-Corregedora Regional:

1. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a Vara informar à Corregedoria o cumprimento do despacho especial.

2. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que seja revisada a Pauta de Perícias do PJe, quanto àquelas já realizadas, mas ali indicadas como pendentes de aprovação.

3. Determinar que a Vara proceda, em 30 dias, à revisão dos processos existentes na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”, para dar andamento aos acordos já vencidos.

4. Conceder o prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação desta Ata, para que seja atualizada e enviada à Corregedoria nova Portaria do Grupo de Avaliação, uma vez que a atual é integrada por Servidor que não se encontra mais lotado na Unidade.

Os prazos ora fixados, considerando sua natureza administrativa, serão contados em dias corridos, a partir da publicação desta Ata, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a Vice-Corregedoria deverá ser informada quando do cumprimento das determinações acima através do Proad n.º 6915/2019.

XVI – DETERMINAÇÕES PARA A SECRETARIA DA VICE-CORREGEDORIA

Dê-se ciência da presente Ata de Correição à Presidência e à Corregedoria deste Tribunal, através do Proad n.º 6915/2019.

XVII – ENCERRAMENTO

Ao término dos trabalhos correccionais, foi realizada uma reunião com a participação do Diretor de Secretaria, Luís Anselmo Ribeiro de Oliveira. Estiveram presentes, também, além da Equipe de Correição da Vice-Corregedoria, os seguintes Servidores da Vara: Alberto da Silva Nascimento, Ana Cristina dos Santos Valverde, Ana Raquel Barros Lopes, Célia Maria Fernandes de Souza, Hugo Ventura de Lima Oliveira, José Murilo Barbosa Duete, Marcelo de Lima Pereira, Maria José de Macedo Sobral, Samuel Freitas de Macedo e Yuri Bacelar Matos. A Exmª Vice-Corregedora Regional deu início à reunião agradecendo o acolhimento que lhe foi dispensado e à sua equipe e pela colaboração de todos nas atividades. Em seguida, a Vice-Corregedora recomendou a leitura atenta, por parte dos Juizes e de todos os Servidores, do quanto registrado nesta Ata, inclusive quanto ao cumprimento do despacho especial, das determinações e observância às recomendações. Franqueada a palavra, o Diretor da Unidade teve considerações sobre a adaptação dos Servidores à nova versão do PJe, o que tem provocado dificuldade no manejo do sistema. Tal circunstância, segundo expôs, terminou provocando a situação que deu ensejo ao despacho especial, em face do qual manifesta o seu repúdio. Justifica a ausência de movimentação dos processos referidos no despacho especial, com prazos em aberto, por uma leitura equivocada do sistema feita pelos Servidores da Secretaria os quais, registra, não receberam treinamento do Tribunal sobre a nova ferramenta. O servidor Marcelo registrou que vem enfrentando dificuldades no manejo do PJeCalc, acrescentando que o suporte técnico oferecido pelo do Tribunal nem sempre consegue auxiliá-lo a dirimir tais dúvidas nem corrigir as falhas apontadas. O servidor Hugo, que também exerce a função de calculista, entende que a queda do número de sentenças líquidas deve estar ocorrendo por falha no sistema ou, talvez na operação do sistema pelos servidores da Unidade, encarregados de realizar os lançamentos das sentenças líquidas. Destaca que não consegue selecionar a opção de sentença líquida e procedente em parte, simultaneamente, o que por certo deve ter provocado equívoco na apuração do número de sentenças líquidas. O Chefe de Gabinete, José Antônio Mello de Uzêda agradeceu a recepção que foi dispensada à equipe de correição, incentivou os servidores a continuarem se empenhando na prestação das atividades jurisdicionais, a fim de alcançarem avanços no padrão dos serviços prestados. Nada mais havendo a ser registrado, Sua Excelência determinou o encerramento dos trabalhos correccionais no dia 10 de setembro de 2019, agradecendo a presença e a colaboração de todos. E, para constar, eu, Daniela Pinheiro Bahiense, Assessora Chefe, lavrei a presente Ata, que depois de lida vai assinada por mim, pela Exmª. Desembargadora do Trabalho, Vice-Corregedora Regional da Justiça do Trabalho da Quinta Região e pelo Diretor de Secretaria da Vara. Entregue, neste momento, cópia da Ata para ciência a todos os Servidores e para cumprimento do despacho especial, das determinações e recomendações aqui contidas. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARIZETE MENEZES CORRÊA

Desembargadora do Trabalho Vice-Corregedora Regional

DANIELA PINHEIRO BAHIENSE

Assessora Chefe

LUÍS ANSELMO RIBEIRO DE OLIVEIRA

Diretor de Secretaria

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª. VARA DO TRABALHO DE JUAZEIRO

PROAD Nº6916/2019

Correição Ordinária realizada no período de 11 e 12 de setembro de 2019.

Em 11 de setembro de 2019, a Exmª. Vice-Corregedora Regional, Desembargadora do Trabalho MARIZETE MENEZES CORRÊA, instalou a Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Juazeiro, designada conforme Edital n.º 03/2019, divulgado no Diário de Justiça Eletrônico, Ano 11, nº 2.762, em 29/05/2019. A equipe da Vice-Corregedoria Regional esteve composta dos seguintes servidores: Adriana de Carvalho Luz, Assistente Administrativo 4, Daniela Pinheiro Bahiense, Assessora Chefe, Heliane Tinoco Andrade, Chefe de Seção; Jéferson Freitas da Silva, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança; José Antônio Mello de Uzêda, Chefe de Gabinete; Manoel Messias de Carvalho, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança e Renata Oliveira dos Santos, Assistente Administrativo.

Presentes o Exmº. Juiz Substituto Designado Dr. Gercílio Alves Moura, o Diretor de Secretaria Antônio Jorge de Oliveira Castro Marques, bem como os seguintes Servidores da Vara: Ariadine Oliveira Duboc Lima, Carlos Edmundo Placido de Menezes, Clóvis Ribeiro da Silva, Erick Michael Gonçalves de Souza, Frederico Augusto Lopes dos Santos, Hermenegildo Marzenta, Leon de Freitas Wacheux, Lucélia Cavalcanti Costa, Magno de Andrade Queiroz.

A Jurisdição da Unidade abrange o respectivo Município e os de Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho.

Lei de Criação: n.º 8.432 de 11/06/19992

Data de Instalação: 03/12/1993

Data Instalação do PJe: 24/10/2014

Data última correição: 05 a 09/09/2018

Acervo Físico/Acervo Total: 234 processos – 8,39%.

Acervo PJe/Acervo Total: 2.554 processos – 91,61%.

Faixa de Quantidade de Processos: 1.001 a 1.500

Após constatações feitas com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos deste TRT, dos dados estatísticos do Sistema e-Gestão, da Ferramenta BI – Business Intelligence, do Sistema e-Correição, dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Gestão Estratégica, bem como nos esclarecimentos prestados pela Vara do Trabalho, a Exmª. Vice-Corregedora Regional registrou as observações e recomendações constantes desta Ata.

Os dados estatísticos desta Ata foram coletados nos sistemas acima mencionados em 06/09/2019, referindo-se ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. As demais informações foram obtidas a partir da resposta do Diretor da Secretaria ao Questionário Pré-Correição encaminhado ao Núcleo de Correições em 05/09/2019 e das constatações decorrentes da inspeção processual e vistoria de papéis.

I – ESTRUTURA FUNCIONAL DA UNIDADE

1. JUÍZES

A Exmª. Juíza, Dra. Carla Fernandes da Cunha, exerce a titularidade da Vara desde 11/09/2015 e, de acordo com as informações cadastrais constantes no Sistema de Recursos Humanos deste TRT, reside na cidade de Salvador. Registre-se que a referida magistrada foi designada para exercer suas atividades na Central de Execução e Expropriação no biênio 2017/2019, através do Ato TRT5 n.º 0398 e 07/11/2017, que teve seu artigo 1º alterado pelo Ato TRT5 n.º 0200 de 29/07/2019.

O Exmº. Juiz Substituto, Dr. Gercílio Alves Moura, foi designado para atuar na Unidade em 08/09/2014.

Durante o período correccionado foram convocados para atuar na unidade os Magistrados abaixo relacionados:

JUIZ	INÍCIO DA CONVOCAÇÃO	FIM DA CONVOCAÇÃO
Mariella de Oliveira Garziera	27/08/2018	30/08/2018
Gabriela de Carvalho Meira Pinto	24/09/2018	27/09/2018
Anderson Rico Moraes Nery	15/10/2018	18/10/2018
Gabriela de Carvalho Meira Pinto	22/10/2018	31/10/2018

1.1. Afastamentos/Licenças (exceto Férias) no período correccionado:**ANO ANTERIOR:**

JUIZ	QUANTIDADE DE DIAS
Carla Fernandes da Cunha	37
TOTAL	37

Durante o ano de 2019, até o término dos trabalhos correccionais, não houve afastamentos/licenças (exceto férias) dos Magistrados que atuam na Unidade.

2. SERVIDORES**2.1. Lotação**

Verificou-se, com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos, que a Vara correccionada tem a lotação de **10 (dez)** servidores e, no período correccionado, até 06/09/2019 teve alteração de **04 (quatro)** servidores, conforme quadro abaixo.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSONADA	EXERCÍCIO NO TRT	LOTAÇÃO	
				INÍCIO	FIM
Antônio Jorge de Oliveira Castro Marques	Analista Judiciário / Judiciária	Diretor de Secretaria	15/09/2011	15/02/2016	
Ariadine Oliveira Duboc Lima	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	18/02/2013	16/10/2014	
Carlos Edmundo Plácido de Menezes	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	21/02/1985	10/03/2006	
Clóvis Ribeiro da Silva	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	13/12/1999	31/03/2009	
Edivaldo Teixeira Ribeiro				17/10/2016	16/12/2018
Erick Michael Gonçalves de Souza	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Juiz	26/02/2004	01/07/2010	
Francisco Carlos Albino dos Santos				17/10/2016	16/01/2019
Frederico Augusto Lopes dos Santos	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria	11/07/1994	07/07/1998	

Hermenegildo Marzenta	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente	18/08/2010	18/08/2010	
Leon de Freitas Wacheux	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Juiz	13/11/2009	21/09/2015	
Lucélia Cavalcanti Costa	Analista Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	15/01/1999	01/10/2014	
Magno de Andrade Queiroz	Técnico Judiciário / Apoio Especializado / Tecnologia da Informação	Assistente Administrativo 2	19/05/2017	21/05/2018	
Nayra Gonçalves Nagaya				21/09/2015	05/04/2019

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

Observa-se que o quadro de lotação atual da unidade é **adequado** para o seu porte: 1.001 a 1.500.

O Diretor da Unidade informou que 02 (dois) servidores exercem suas funções pelo Regime de Teletrabalho, atendendo às normas do Ato TRT5 N.º 298/2018, conforme os termos do PROAD 3032/2018.

2.2. Afastamentos/Licenças (exceto férias)**ANO ANTERIOR:**

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Erick Michael Gonçalves de Souza	9
Magno de Andrade Queiroz	10
TOTAL	19

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

ANO ATUAL:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Ariadine Oliveira Duboc Lima	5
Leon de Freitas Wacheux	5
Hermenegildo Marzenta	8
TOTAL	18

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

II – SITUAÇÃO PROCESSUAL – PRODUTIVIDADE DA VARA

Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, durante o ano correccionado até a data de geração da presente Ata, (06/09/2019), a situação da movimentação processual da Vara inspecionada é a que se vê das tabelas constantes deste capítulo.

1. PROCESSOS RECEBIDOS E PRODUTIVIDADE DA VARA:

TIPO	SITUAÇÃO		2017	2018	2019
Conhecimento	Recebidos		1.383	820	591
	Solucionados	Com Exame de Mérito	784	735	276
		Sem Exame de Mérito	271	172	63
		Conciliados	469	351	229
	Percentual		110,20%	153,41%	96,11%
Liquidação	Conciliados		2	5	4

TIPO	SITUAÇÃO	2017	2018	2019
	Iniciada	563	575	395
Execução	Encerrada	685	478	296
	Conciliados	15	19	8
	Percentual	121,67%	83,13%	74,94%
Sentenças	Ilíquidas (total sentenças - líquidas)	311	317	121
	Líquidas	350	306	102
	Percentual	52,95%	49,12%	45,74%
	Cumpridas	16	0	0
Cartas	Não Cumpridas	22	13	18
	Percentual	42,11%	0%	0%

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.1. Processos em Andamento:**Sistema: LEGADO**

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	0	0,14
	Aguardando encerramento da instrução	1	4,02
	Aguardando prolação de sentença	3	1,48
	Aguardando cumprimento de acordo	14	33,91
	Solucionados	0	0
	Pendentes de finalização	95	170,50
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	0,05
	Pendentes de finalização	7	39,55
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	113	395,82
	Encerrados pendentes de finalização na fase	0	0,68
	Pendentes de finalização	132	510,78
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	5,51
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	9	75,49
	TOTAL	375	1.237,92

(Fonte: e-Gestão e BI)

Sistema: PJe

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
	Aguardando primeira audiência	130	219,22

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando encerramento da instrução	149	231,69
	Aguardando prolação de sentença	127	139,93
	Aguardando cumprimento de acordo	154	182,07
	Solucionados pendentes de finalização na fase	0	0
	Pendentes de finalização	1.370	1.851,58
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	0,57
	Pendentes de finalização	222	271,08
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	794	1.051,14
	Encerrados pendentes de finalização na fase	0	1,60
	Pendentes de finalização	965	1.321,72
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	30	45,51
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	75	201,70
	TOTAL	4.016	5.517,81

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.2. Incidentes Processuais e Embargos de Declaração:

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
	01/01/2018 a 31/12/2018		Atual
Embargos de Declaração	231	192	3
Exceções de Incompetência	93	35	0
Antecipações de Tutela	96	63	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	14	6	6
Embargos à Execução	46	37	10
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	2	3
TOTAIS	484	335	22

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.3. Recursos:**Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2018**

TIPO	NOVOS	ADMITIDOS	NÃO ADMITIDOS
Recurso Ordinário	598	512	11

TIPO	NOVOS	ADMITIDOS	NÃO ADMITIDOS
Recurso Adesivo	41	38	1
Agravo de Petição	36	27	3
Agravo de Instrumento	6	1	Sem Informação
TOTAIS	681	578	15

(Fonte: e-Gestão e BI)

2. PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO (em dias)

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Prolação da Sentença na fase de Cognição	Rito Sumaríssimo	92,74	88,61	91,03
	Exceto Rito Sumaríssimo	234,09	295,40	218,08
Encerramento da Liquidação	Rito Sumaríssimo	606,50	904,50	426,83
	Exceto Rito Sumaríssimo	758,15	764,35	1.066,10
Extinção da Execução	Rito Sumaríssimo	507,58	592,61	551,58
	Demais Ritos (Entes Privados)	981,29	1.061,81	1.046,43
	Demais Ritos (Entes Públicos)	2.006,98	1.768,85	1.702,07

(Fonte: e-Gestão)

3. PAUTAS DE AUDIÊNCIAS

Consoante informado no Questionário Pré-Correção, a pauta da Unidade mantém, em média, a seguinte estrutura:

JUÍZA TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	Una	Inicial	Instrução	Conciliação	Intervalo entre Audiências	Total
Segunda	Manhã	03	04	03	01	05	11
	Tarde						
Terça	Manhã	03	04	03	01	05	11
	Tarde						
Quarta	Manhã	03	04	03	01	05	11
	Tarde						
Quinta	Manhã	03	04	03		05	10
	Tarde						
Sexta	Manhã						
	Tarde						

Foi informado pelo Diretor da Unidade que, até o dia da elaboração das respostas ao Questionário Pré-Correção, 05/09/2019, as audiências estavam sendo designadas para as datas abaixo indicadas.

JUÍZA TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

TIPO	AUDIÊNCIAS INAUGURAIS DE AÇÕES DISTRIBUÍDAS NESTA DATA E AUDIÊNCIAS ADIADAS, HOJE, FORAM DESIGNADAS PARA QUANDO?	REALIZADA NESTA DATA FORA DESIGNADAS HÁ QUANTOS DIAS?
INICIAIS/ Ord	21/10/2019	33
INICIAIS/ Sum		
UNAS/ Ord		
UNAS/Sum	03/10/2019	26
INSTRUÇÕES/ Ord	04/11/2019	33
INSTRUÇÕES/ Sum		
CONCILIAÇÃO	01/10/2019	27

3.1 Prazos Médios para Realização de Audiências*

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017		2018		2019	
		VT	TRT	VT	TRT	VT	TRT
Realização da 1ª Audiência	Rito Sumaríssimo	34,69	80,13	36,42	83,15	40,52	77,30
	Exceto Rito Sumaríssimo	69,00	105,34	57,43	121,00	38,25	76,21
Encerramento da Instrução	Rito Sumaríssimo	131,81	138,15	76,85	105,42	71,96	116,87
	Exceto Rito Sumaríssimo	239,66	272,91	236,30	324,85	164,86	327,19

(Fonte: Sistema e-Gestão).

(*) Os prazos médios consideram o número de dias decorridos entre as datas dos eventos – inicial e final – independente dos períodos de suspensão do expediente, cadastrados nos sistemas SAMP e PJ-e, inclusive do recesso forense.

Verifica-se que os prazos **não obedecem** ao previsto no art. 74, § 2º, do Provimento CR nº 04/2012. No entanto, a Vice-Corregedora considerou que o interstício médio das audiências está satisfatório levando-se em conta a realidade da Vara, e por estar abaixo da média do interstício praticado pelas Unidades do Regional.

3.2 Informações Sobre a Organização da Pauta

Ainda sobre a Pauta, o Diretor informou que:

a) a Unidade mantém Salas de Audiências configuradas para designação automática de audiência em todos os processos distribuídos, aptos à inclusão em pauta;

b) os Juízes se abstêm de realizar audiência inicial nas reclamações trabalhistas em que seja reclamado ente da Fazenda Pública, ou faculta a este seu comparecimento à sessão inaugural em casos de litisconsórcio com entes de Direito Privado, conforme recomendação CR nº 003/2017;

c) as reclamações que demandam perícia são mantidas fora de pauta;

d) nas ações com pedido de realização de prova pericial, a prova oral não é colhida em audiência antes da realização da prova técnica;

e) em relação ao pedido de homologação do acordo previsto no art. 855-B da CLT, o Juízo adota o procedimento previsto na Portaria n.º 01/2018.

4. PROCESSOS PENDENTES DE DESPACHO/CUMPRIMENTO DETERMINAÇÕES:

Segundo informações constantes do Questionário Pré-Correção, até 05/09/2019 existiam:

a) 65 (sessenta e cinco) processos pendentes para elaboração de despacho, datando o mais antigo de 15/08/2019;

b) 26 (vinte e seis) processos pendentes de cumprimento de despachos ou outras determinações judiciais, datando o mais antigo de 30/08/2019;

c) 129 (cento e vinte e nove) processos pendentes de elaboração de cálculos, sendo que 04 (quatro) estavam há mais de 40 dias úteis com os calculistas do Juízo, descontado o período do recesso, datando os dois mais antigos de 13/06/2019. O Diretor registrou que os calculistas utilizam o PJe-Calc.

Consta, ainda, do Questionário Pré-Correição que o Gestor da Unidade consulta e confere, periodicamente, os relatórios fornecidos pelo Sistema BI e do e-Gestão (Resumo/Espelho/Gerencial). Destacou, também, que: “Este Diretor, com o auxílio de outros servidores, tem inspecionado periodicamente o relatório BI, com o fim de impulsionar os feitos da forma mais célere possível, buscando evitar e/ou minimizar a ocorrência de processos paralisados sem razão para tanto.”.

Esclareceu o Diretor que os servidores da Unidade utilizam as abas específicas disponibilizadas para as Varas no BI.

Nessa ordem de ideias, noticiou o Diretor que distribui a demanda de serviços, quanto ao cumprimento das determinações judiciais, “Basicamente, por petição, por final de processo e por demanda.”. A tarefa de minutar os despachos, tem sua divisão feita da seguinte forma: “Prioritariamente, as minutas de despacho são elaboradas pelo Diretor de Secretaria e pelo Diretor Adjunto.

Além disso, segundo o relato do Questionário Pré-Correição, quanto ao cumprimento das determinações judiciais e os prazos administrativos, o controle ocorre: “Através do GIGS, bem assim de inspeções periódicas com o auxílio do relatório BI e dos próprios painéis, caixas e agrupadores do PJe.”.

A Vara prioriza os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento (ou garantia da execução), a fim de acelerar a execução, na hipótese de não terem sido quitados. Adotam tal procedimento: “Por exemplo, iniciando a execução de acordo não cumprido, certificando o decurso de prazo para oferecimento de embargos à execução e determinando a migração para o PJe com o despacho que ordena o início da liquidação do julgado.”.

Prioriza, igualmente, os atos processuais referentes aos processos com créditos a serem liberados.

As questões urgentes, no PJe, são controladas e identificadas por meio dos agrupadores, filtros/alertas e pelo GIGS. Registrou, nessa senda, o seguinte: “Procuo inspecionar os agrupadores, o escaninho e os painéis diariamente.”.

III – ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE - PRODUTIVIDADE – PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO

1. ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE

Conforme dados constantes do Questionário Pré-Correição, a Exmª. Juíza Titular, Dra. Carla Fernandes da Cunha, e o Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. Gercílio Alves Moura, comparecem à Unidade: “EM SEMANAS ALTERNADAS.”, o fazem “DE SEGUNDA À QUINTA-FEIRA, EM REGRA.”.

2.PRODUTIVIDADE

JUÍZA TITULAR: CARLA FERNANDES DA CUNHA

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	187	84	0
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	407	273	5
Extintos com resolução de mérito	1	1	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	53	18	0
Arquivamento	47	15	0

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
Desistência	18	20	0
Outras decisões sem resolução de mérito	27	9	0
TOTAL	740	420	5
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	229	177	4

(Fonte: Sistema e-Gestão)

JUIZ SUBSTITUTO: GERCÍLIO ALVES MOURA

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	282	238	192
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	368	406	198
Extintos com resolução de mérito	4	7	22
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	39	48	27
Arquivamento	41	28	15
Desistência	18	4	6
Outras decisões sem resolução de mérito	24	22	3
TOTAL	776	753	463
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	121	129	75

(Fonte: Sistema e-Gestão)

2.1. Processos Conclusos para Prolação de Sentença:

A listagem de processos conclusos aos magistrados, fornecida pelo Diretor de Secretaria, foi confrontada com os dados informados pelo Sistema e-Gestão e por aqueles registrados nas tarefas do Sistema PJe. Assim sendo, apurou-se que:

1) O Exmº. Juiz, Dr. Gercílio Alves Moura, possui 124 (cento e vinte e quatro) processos conclusos para julgamento, sendo 114 (cento e quatorze) na fase de conhecimento, 01 (um) liquidação, 05 (cinco) execução e 04 (quatro) embargos de declaração. Do total informado, 65 (sessenta e cinco) estão com prazo vencido.

2) O Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. José Luiz da Costa Paiva, possui 18 (dezoito) processos conclusos para julgamento, sendo 15 (quinze) na fase de conhecimento e 03 (três) embargos de declaração. Do total informado, 08 (oito) estão fora do prazo.

3) O Exmº. Juiz Substituto, Dr. Anderson Rico Moraes Nery, possui 01 (hum) processo concluso para julgamento, na fase de embargos de declaração, com prazo vencido.

4) O Exmº. Juiz Substituto, Dr. Carlos José Souza Costa, possui 01 (hum) processo concluso para julgamento, na fase de conhecimento, dentro do prazo.

3. PRAZO MÉDIO PARA JULGAMENTO

JUÍZA TITULAR: CARLA FERNANDES DA CUNHA

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	30	37	1

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Prazo Médio	8,13	12,51	4
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	438	262	3
Prazo Médio	8,68	16,22	6
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	53	88	9
Prazo Médio	3,26	5,69	5,78
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	29	7	0
Prazo Médio	4,97	4,86	0
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	1	3	0
Prazo Médio	1	16,67	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: A Exm^a. Juíza, Dra. Carla Fernandes da Cunha, exerce a titularidade da Vara desde 11/09/2015.

JUIZ SUBSTITUTO: GERCÍLIO ALVES MOURA

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	21	53	49
Prazo Médio	68,90	53,81	45,18
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	437	447	274
Prazo Médio	92,55	103,35	73,38
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	51	88	95
Prazo Médio	60,16	60,41	49,40
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	23	19	22
Prazo Médio	79,52	39,42	60,50
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	8	6	17
Prazo Médio	48,88	68,83	58,53

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: O Exm^o. Juiz Substituto, Dr. Gercílio Alves Moura, foi designado para atuar na Unidade em 08/09/2014.

Segundo informado pelo Diretor, a Secretaria encaminha o processo para a tarefa "minutar sentença" (PJe) ou tramita "autos conclusos para julgamento" (Legado) imediatamente após encerrada a instrução processual, quando na fase de conhecimento e, nos casos de incidentes da execução, assim que os feitos se tornam aptos a julgamento.

IV – ASPECTOS DE INSPEÇÃO OBRIGATÓRIA CONFORME CORREGEDORIA GERAL JUSTIÇA DO TRABALHO

Nos termos do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CPGJT, registram-se as seguintes informações prestadas pelo Diretor:

a) há pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos;

b) há o exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar exitosa a execução, mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD, CNIB e aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC. Entretanto, "Não utilizamos o SIMBA e o BACEN/CCS, em razão das dificuldades de sua operacionalização."

c) há o registro fidedigno, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz para julgamento;

d) em caso de valor incontroverso, o Juízo ordena, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior;

e) em regra, não há inclusão, em pauta, de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação. "PORÉM, SÃO INCLuíDOS EM PAUTA PARA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO, QUANDO HÁ PEDIDO DAS PARTES OU QUANTO NÃO SE CONSEGUE A GARANTIA DA EXECUÇÃO PELOS MEIOS MAIS SIMPLES (BACENJUD/RENAJUD E INFOJUD).";

f) o Juízo adota o rito previsto no novo CPC, quanto à desconsideração da personalidade jurídica de empresas, e o incidente é processado nos próprios autos.

g) a Unidade realiza os registros necessários, pelo Lançador de Movimentos do PJe, principalmente para retificação do "Tipo de documento", com a finalidade de dar baixa nos recursos/incidentes.

V – OUVIDORIA

Segundo informações da Coordenadoria da Ouvidoria, não existem relatos envolvendo processos da Unidade.

VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em resposta ao Questionário Pré-Correição o Diretor informou o seguinte:

a) a Vara continua migrando processos do legado para a CCLE, sempre que se torna apto para migração;

b) não há certificação da suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência ao ocorrido;

c) há realização de intimações eletrônicas de Órgãos Públicos e das grandes empresas que assim consentiram, visando a otimização dos trabalhos da Secretaria;

d) o arquivo provisório conta com inspeção periódica, ocorrido a última em 02/09/2019;

e) o arquivamento definitivo dos autos é precedido de vistoria;

f) é assegurada a pausa laboral de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (não deduzidos da jornada de trabalho) para Servidores e Magistrados que executam atividades repetitivas (Portaria TRT5 1904/2008);

g) quando qualquer das partes tem crédito remanescente a receber, mas não comparece à Secretaria, é realizada uma pesquisa no BACENJUD a respeito da existência de conta em seu nome, para posterior depósito do valor em sua conta-corrente, possibilitando, assim, o arquivamento definitivo do processo;

h) há Portaria instituindo Grupo de Avaliação de Documentos, (n.º 01/2016) nos moldes do Art. 4º da Resolução Administrativa N.º 016/2004 (NR pela RA 064/2004);

i) são utilizados os modelos padronizados de documentos para processos eletrônicos e físicos, a exemplo de precatórios e requisições de pequeno valor;

j) o Gestor da Unidade não utiliza o IGEST Regional como ferramenta de gerenciamento do acervo de processos e produtividade da Vara;

k) Sobre a plataforma Wiki-JT e das pastas “Manuais de Procedimento e Manuais de Sistemas”, registrou o Diretor da Unidade que “TENHO CONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DESSAS FERRAMENTAS PELA DIVULGAÇÃO NO SITE DO TRIBUNAL, MAS NÃO RECEBEMOS UMA ORIENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA A SUA UTILIZAÇÃO.”, sendo que os “os servidores não utilizam a plataforma Wiki-JT e os Manuais, já referidos.

VII – METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT5

1. JULGAMENTO DOS PROCESSOS ANTIGOS (CELERIDADE PROCESSUAL):

c) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2009 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2006: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

d) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2010 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2007: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

e) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2011 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2008: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

f) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2012 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2009: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

g) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2013 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2010: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

h) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2014 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2011: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

i) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2015 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2012 e 2013: A Vara, até o momento, julgou todos os processos de 2012 e julgou todos os processos de 2013, restando **cumprida** a meta.

j) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2016 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2014: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

k) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2017 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2015: A Vara, até o momento, julgou 99,92% dos processos distribuídos em 2015, constando 1 (um) processo pendente no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

l) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2018 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2016: A Vara, até o momento, julgou 99,79% dos processos distribuídos em 2016, constando 3 (três) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

Foram **cumpridas** as Metas do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional – PEI de 2009 a 2014, inexistindo processos distribuídos anteriormente a 2012 ainda pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

A Exmª. Vice-Corregedora Regional parabenizou a Unidade pelas Metas já cumpridas, recomendando que fosse priorizado o julgamento das ações ainda pendentes de julgamento. Neste passo, registra a necessidade de especial atenção e prioridade aos seguintes processos, que já se encontram conclusos para julgamento:

0000748-88.2015.5.05.0342 ATOrd	0001008-97.2017.5.05.0342 ATOrd
0000315-16.2017.5.05.0342 ATOrd	0001306-89.2017.5.05.0342 ATOrd
0000442-51.2017.5.05.0342 ATOrd	0001308-59.2017.5.05.0342 ATOrd
0000504-91.2017.5.05.0342 ATOrd	0001356-18.2017.5.05.0342 ATOrd
0000556-87.2017.5.05.0342 ATOrd	

2. DAS METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5

Metas relativas a 2018 (metas aprovadas no TRT5 em 19/12/2014):

a) **Meta do Indicador 2.2** – Reduzir o prazo médio de duração da fase de conhecimento do processo na 1ª instância, no ano de 2018, em 4% em relação ao ano base 2016 (quando tal prazo foi de 217,51 dias) - No ano em questão, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, observa-se que a Vara obteve um prazo médio de 255,49 dias, apresentando um aumento de 85,39%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

b) **Meta do Indicador 2.3 (Meta 1 CNJ)** – Julgar o equivalente a 92% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente. Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 157,25%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

c) **Meta do Indicador 3.1 (Meta 3 CNJ)** – Aumentar em 2 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de conhecimento, no ano de 2018, em relação ao biênio 2013/2014 (quando tal índice foi de 39,53%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 30,39%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

d) **Meta do Indicador 3.2** – Aumentar em 6 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de execução, no ano em curso, em relação ao ano de 2013 (quando tal índice foi de 10,65%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 3,30%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

e) **Meta do Indicador 4.1 (Meta 5 CNJ)** – Baixar 92% do total de casos novos de execução do ano corrente - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 98,69%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

f) **Meta do Indicador 2.5 (Meta 6 CNJ)** – Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015. Com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 102,04%. **Meta cumprida**.

3. ÍNDICE REGIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST

O Índice Regional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, é uma ferramenta que objetiva aprimorar a gestão das varas e contribuir para uma melhor efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível.

Para tanto, utiliza mesoindicadores, tais como **acervo**, **celeridade**, **produtividade**, **taxa de congestionamento** e **força de trabalho** adotados em consonância com os objetivos judiciais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, para aferir o desempenho de cada vara do trabalho, podendo ser possível contextualizar o desempenho de cada uma.

Neste passo, segundo o IGest, dentre o grupo composto **exclusivamente pelas Varas do Interior da Bahia**, classificadas na faixa entre 1.001 a 1.500 processos, a Vara do Trabalho correicionada apresentou as notas ponderadas abaixo transcritas:

Faixa de Casos Novos: Jul/2015 a Jun/2018	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST Resultado
1001 a 1500	0,3352	0,3607	0,5438	0,4209	0,4371	0,4195

(Período de referência: 01/07/2018 até 30/06/2019)

VIII – INSPEÇÃO PROCESSUAL E VISTORIA DE PAPÉIS

Durante a correição presencial, foi examinado, por amostragem, um total de **143** (cento e quarenta e três) processos, sendo 26 (vinte e seis) de 2019, 33 (trinta e três) de 2018, 27 (vinte e sete) de 2017, 17 (dezessete) de 2016, 8 (oito) de 2015, 12 (doze) de 2014, 11 (onze) de 2013, 1 (um) de 2012, 3 (três) de 2011, 1 (um) de 2010, 4 (quatro) de Outros anos,

Na vistoria de papéis foi analisada a listagem referente aos processos em carga, e verificou-se que a Unidade **observa** os prazos e procedimentos relacionados à cobrança de autos.

Na mesma ocasião, solicitaram-se providências em relação às **08 (oito) ordens de bloqueio de crédito junto ao BacenJud sem a**

consequente determinação de transferência e/ou desbloqueio, verificadas em consulta ao referido convênio, datando as duas mais antigas de 13/08/2019. Até o final da Correição Presencial da Unidade as pendências foram resolvidas. Segundo o Diretor, o tempo médio utilizado pelo Juízo para desbloqueio ou transferência dos valores bloqueados pelo BACENJUD é de “3 DIAS”.

Em relação aos processos eletrônicos vistoriados, observou-se que:

a) o Escaninho “Petições não apreciadas” indicava a existência de **213 (duzentos e treze) petições não apreciadas**, dentre as quais **destacam-se 5 (cinco) petições em processo com prioridade e 01 (uma) petição em sigilo/segredo de justiça**;

b) o Escaninho “Documentos Internos” indicava a existência de **1916 (mil novecentos e dezesseis) documentos internos**, dentre os quais **72 (setenta e dois) documentos em processos com prioridade e 44 (quarenta e quatro) documentos em processos com sigilo/segredo**;

1. havia **04 (quatro)** processos na tarefa **Triagem Inicial**;
2. havia **26 (vinte e seis)** processos na tarefa **Análise das Perícias**;
3. havia **192 (cento e noventa e dois)** processos na tarefa **Prazos Vencidos**;
4. havia **109 (cento e nove)** processos na tarefa **Aguardando Audiência**.

IX – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA UNIDADE

No Questionário Pré-Correição, foram registradas as seguintes queixas em relação às instalações e equipamentos da Unidade:

“Lentidão do SAMP, após a criação do PJe.

Fiação dos equipamentos de informática na Secretaria da Vara necessitando de organização/reparo.

Manutenção e limpeza dos aparelhos de ar condicionado, cortinas e estantes, inclusive retirada dos equipamentos em desuso.”.

Não se verificou a existência de solicitações pendentes junto à Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior - CAUI, à Secretaria de Administração - S.A.

No entanto, existem solicitações pendentes junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC, a saber: “Chamados técnicos para a SETIC, relacionados com o procedimento de migração e com a nova versão do PJe. Exs: 113253 e 113256.”.

X – VALORES ARRECADADOS

NATUREZA	ARRECAÇÃO EM 2018
Custas Processuais	R\$ 229.315,65
Emolumentos	R\$ 0,00
Contribuição Previdenciária	R\$ 691.648,41
Imposto de Renda	R\$ 11.533,72
TOTAL	R\$ 932.497,78
Valores Pagos Decorrentes de Multas Aplicadas por Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	R\$ 0,00
Custas Processuais Dispensadas	R\$ 357.136,46

(Fonte: Sistema e-Gestão)

XI – BOAS PRÁTICAS

O Diretor da Vara apresentou as seguintes boas práticas:

“Utilização de ata de audiência com força de alvará, para saque de FGTS e SEGURO DESEMPREGO;

Revisão periódica do arquivo provisório;

Determinação para a reclamada devedora apresentar seus cálculos de

liquidação, e, simultaneamente, depositar o valor reconhecido;

Dispensa do ente público de comparecer à audiência inaugural, quando devedor subsidiário, com regular apresentação de defesa escrita;

Retirada do feito da pauta de audiência, quando o ente público for réu exclusivo, com regular apresentação de defesa via sistema.”.

XII – DESPACHOS ESPECIAIS E VISTOS EM CORREIÇÃO COM REGISTRO EM ATA

Após as vistorias relatadas, **não** foram exarados despachos especiais.

XIII – RECOMENDAÇÕES

A Exm^a. Vice-Corregedora Regional, após o exame das informações e dados da Unidade, formula as seguintes recomendações:

01) incrementar a inclusão, em pauta, de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação;

02) certificar a suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

03) evitar equívocos nos registros das tramitações/movimentações dos processos, físicos e eletrônicos, quanto à indicação do tipo correto de conclusão e resultados de julgamentos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000121-55.2013.5.05.0342, 0000009-47.2017.5.05.0342, 0000711-27.2016.5.05.0342, 0000570-03.2019.5.05.0342, 0000545-87.2019.5.05.0342, 0000553-64.2019.5.05.0342, 0000761-24.2014.5.05.0342, 0000031-37.2019.5.05.0342;

04) regularizar o andamento dos processos que estão sem movimentação por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e evitar que esse tipo de atraso volte a ocorrer. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000759-15.2018.5.05.0342, 0000759-15.2018.5.05.0342, 0000366-32.2014.5.05.0342;

05) evitar demora no cumprimento dos atos processuais, a exemplo da cobrança e registro de custas e arquivamento dos autos. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000759-15.2018.5.05.0342;

06) observar os prazos legais para prolação de despachos/decisões. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000389-36.2018.5.05.0342;

07) cumprir as determinações judiciais em prazo razoável, sobretudo no que se refere a realização de cálculos e dos procedimentos deles dependentes. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000633-09.2011.5.05.0342, 0000663-73.2013.5.05.0342, 0000936-57.2010.5.05.0352;

08) observar a celeridade no cumprimento e devolução das cartas precatórias. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000418-52.2019.5.05.0342;

09) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 1 (um) dia para conclusão dos autos aos magistrados. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000726-98.2013.5.05.0342;

10) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 5 (cinco) dias para cumprimento dos despachos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000671-11.2017.5.05.0342, 0000366-32.2014.5.05.0342, 0000454-94.2019.5.05.0342, 0044700-79.1999.5.05.0342;

11) certificar com presteza nos processos o decurso de prazo/cumprimento das obrigações, possibilitando a remessa dos autos ao arquivo, e reduzindo o acervo da unidade. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000332-23.2015.5.05.0342, 0000712-41.2018.5.05.0342;

12) controlar os prazos para resposta das determinações/solicitações encaminhadas por ofício. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000748-25.2014.5.05.0342, 0001011-52.2017.5.05.0342, 0001203-82.2017.5.05.0342;

13) controlar o cumprimento das notificações de audiência, verificando se foram ou não entregues aos destinatários, a fim de evitar adiamentos desnecessários das sessões. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000277-33.2019.5.05.0342;

14) atentar para a necessidade de encerrar a fase de Liquidação, no PJe, com o registro da homologação dos cálculos, por meio de “Decisão”;

observando-se a orientação constante do link "<https://extranet.trt5.jus.br/gestao>", de 11/09/2018, a fim de evitar distorções no Sistema e-Gestão da CGJT. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000302-51.2016.5.05.0342, 0000500-59.2014.5.05.0342, 0001207-90.2015.5.05.0342, 0001044-42.2017.5.05.0342, 0000298-82.2014.5.05.0342, 0000564-30.2018.5.05.0342;

15) cumprir com presteza as determinações judiciais a serem realizadas com a utilização dos convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD. Exemplo de processo no(s) qual a situação foi identificada: 0000614-27.2016.5.05.0342;

16) cumprir a integralidade das determinações judiciais, notadamente em casos de despachos de múltiplos itens. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000039-48.2018.5.05.0342, 0001295-31.2015.5.05.0342;

17) retificar, sistematicamente, no "Lançador de Movimento", os erros na especificação do "Tipo de Documento", para evitar o comprometimento do controle estatístico da Unidade, bem como a produtividade dos Juízes. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000431-85.2018.5.05.0342, 0000724-55.2018.5.05.0342, 0001439-34.2017.5.05.0342, 0000785-13.2018.5.05.0342, 0000783-43.2018.5.05.0342;

18) registrar nos "Atos de Comunicação" do PJe, (notificações, mandados, editais etc) o correto prazo legal ou judicial corresponde ao ato em cumprimento, para evitar dissonância com o contador de prazos do sistema. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001712-85.2016.5.05.0342, 0000673-44.2018.5.05.0342;

19) impulsionar os processos em que as parcelas de acordo foram quitadas, para efeito de cobrança ou dispensa dos encargos legais, e posterior arquivamento dos autos. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000657-66.2013.5.05.0342;

20) atualizar as informações nos autos dos processos cujos créditos estão habilitados em acordos globais no Juízo de Conciliação de 2ª Instância. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001011-52.2017.5.05.0342, 0001110-61.2013.5.05.0342;

21) concluir aos Magistrados todos os processos aptos para julgamento, inclusive os que estiverem sob responsabilidade dos Assistentes de Juiz para análise, realizando adequado registro de tramitação (SAMP e E-SAMP) ou de movimentação (PJe), indicando que os autos estão conclusos para julgamento, com especificação do tipo de conclusão. A ausência desses registros impede a captura pelo sistema e-Gestão, comprometendo, inclusive, a produtividade dos magistrados. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000613-71.2018.5.05.0342.

XIV – AUDIÊNCIAS/RECLAMAÇÕES

A Exmª. Vice-Corregedora designou a data de 12/09/2019, no turno matutino, para realização de audiência com os Magistrados, Servidores, Advogados, Partes e Interessados, a fim de tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços jurisdicionais da 2ª Vara do Trabalho de Juazeiro, os quais, no entanto, não compareceram.

XV – DETERMINAÇÕES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Algumas situações detectadas na Unidade reclamam correção, fazendo-se necessário, também, o estabelecimento de prazos às respectivas finalidades de cumprimento. Assim, resolveu a Exmª Vice-Corregedora Regional:

1. Determinar ao Diretor de Secretaria que dê conhecimento imediato aos **calculistas** do teor desta ata, bem como da **concessão do prazo de 05 (cinco) dias para a devolução dos 04 (quatro) processos**, que estão em seu poder desses servidores há mais de 40 (quarenta) dias úteis para a realização de cálculos (ANEXO I).

Os prazos ora fixados, considerando sua natureza administrativa, serão contados em dias corridos, a partir da publicação desta Ata, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a Vice-Corregedora deverá ser informada quando do cumprimento das determinações acima através do **Proad n.º 6916/2019**.

XVI – DETERMINAÇÕES PARA A SECRETARIA DA VICE-CORREGEDORIA

Dê-se ciência da presente Ata de Correição à **Presidência e à Corregedoria** deste Tribunal, através do **Proad n.º 6916/2019**.

XVII – ENCERRAMENTO

Ao término dos trabalhos correccionais, foi realizada uma reunião com a participação do Diretor de Secretaria, Antônio Jorge de Oliveira Castro Marques, do Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. Gercílio Alves Moura. Estiveram presentes, ainda, além da Equipe de Correição da Vice-Corregedoria, os seguintes Servidores da Vara: Ariadine Oliveira Duboc Lima, Carlos Edmundo Plácido de Menezes, Clóvis Ribeiro da Silva, Erick Michael Gonçalves de Souza, Frederico Augusto Lopes dos Santos, Hermenegildo Marzenta, Leon de Freitas Wacheux. A Exmª Vice-Corregedora Regional deu início à reunião agradecendo o acolhimento que lhe foi dispensado e à sua equipe e pela colaboração de todos nas atividades. Em seguida, a Vice-Corregedora recomendou a leitura atenta, por parte dos Juizes e de todos os Servidores, do quanto registrado nesta Ata, inclusive quanto ao cumprimento das determinações e observância às recomendações. Franqueada a palavra, o Diretor da Unidade agradeceu as palavras elogiosas proferidas pela Vice-Corregedora em relação ao trabalho que desenvolveu como assessor do seu gabinete. Demonstrou sua gratidão em face da Vice-Corregedora e ao Chefe de Gabinete, com quem teve a oportunidade de aprender valiosas lições sobre seu mister de Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Juazeiro. Destacou que a Equipe da Vara tem apresentado elevado crescimento profissional, além de ter aprendido com os servidores, quando aqui chegou, como se dá o funcionamento da Unidade. O Chefe de Gabinete, José Antônio Mello de Uzêda agradeceu a recepção que foi dispensada à equipe de correição, destacando a alegria de poder reencontrar com o colega de trabalho e amigo Antônio Jorge, hoje Diretor da 2ª Vara do Trabalho de Salvador. Na sequência, incentivou os Servidores a continuarem se empenhando na prestação das atividades jurisdicionais, a fim de alcançarem avanços no padrão dos serviços prestados, quicá o nível de Excelência. O Juiz Substituto designado agradeceu pela forma como os trabalhos correccionais foram conduzidos, com harmonia, sutileza e caráter pedagógico. Tal circunstância motiva os servidores a aprenderem com eventuais falhas, tendendo a melhorar a qualidade dos serviços prestados. Agradeceu a menção elogiosa que a Vice-Corregedora fez à Unidade, registrando que, enquanto representante da Titularidade da Vara, se empenhará cada vez mais, para manter a qualidade dos serviços. Teceu elogios ao Diretor da Secretaria que aqui aprendeu a gerir a Unidade, criando um ambiente harmonioso, de coesão entre os servidores, o que muito auxilia as atividades jurisdicionais. Reconhece que a evolução da qualidade dos serviços tem sido constante, notadamente, diante das novas ferramentas que vem sendo implementadas na Justiça do Trabalho, as quais se revelam verdadeiro desafio até a seu exato conhecimento e adaptação. Os servidores enalteceram a dedicação do Diretor da Unidade e sua disponibilidade em auxiliar, orientar os colegas, sempre empenhado em solucionar as demandas, lhes dando acesso, inclusive, à sua biblioteca pessoal, composta por obras atualizadas e de autores renomados. Nada mais havendo a ser registrado, Sua Excelência determinou o encerramento dos trabalhos correccionais no dia 12 de setembro de 2019, agradecendo a presença e a colaboração de todos. E, para constar, eu, Daniela Pinheiro Bahiense, Assessora Chefe, lavrei a presente Ata, que depois de lida vai assinada por mim, pela Exmª. Desembargadora do Trabalho, Vice-Corregedora Regional da Justiça do Trabalho da Quinta Região, pelo Exmº. Juiz Substituto Designado e pelo Diretor de Secretaria da Vara. Entregue, neste momento, cópia da Ata para ciência a todos os Servidores e para cumprimento das determinações e recomendações aqui contidas. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARIZETE MENEZES CORRÊA

Desembargadora do Trabalho Vice-Corregedora Regional

GERCÍLIO ALVES MOURA

Juiz Substituto Designado

DANIELA PINHEIRO BAHIENSE

Assessora Chefe

ANTÔNIO JORGE DE OLIVEIRA CASTRO MARQUES

Diretor de Secretaria

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR
PROAD N.º 6926/2019
Correição Ordinária realizada no período de 4 a 6
de setembro de 2019.

Em 4 de setembro de 2019, a Exm^a. Vice-Corregedora Regional, **Desembargadora MARIZETE MENEZES CORRÊA**, instalou a Correição Ordinária presencial na **36ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR**, designada conforme os termos constantes do Edital n.º 03/2019, divulgado no Diário de Justiça Eletrônico, Ano 11, nº 2.762, em 29/05/2019, alterado pelo Aviso n.º 03/2019, publicado no DJ de 25/06/2019, Ano 11, nº 2.781. A Equipe da Vice-Corregedoria Regional esteve composta dos seguintes servidores: **Adriana de Carvalho Luz**, Assistente Administrativo 4; **Daniela Pinheiro Bahiense**, Assessora Chefe; **Heliane Tinoco Andrade**, Chefe de Seção; **Jéferson Freitas da Silva**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança; **José Antônio Mello de Uzêda**, Chefe de Gabinete; **Manoel Messias de Carvalho**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança e **Renata Oliveira dos Santos**, Assistente Administrativo.

Presentes a Exm^a. Juíza Substituta Designada, Dr^a. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, o Diretor de Secretaria, Cláudio Virgílio de Senna, bem como os seguintes Servidores da Vara: Alessandro Vicente Borges, Elizabete Maria Santos da Silva, Emanuelle Auxiliante Santana Teixeira Casal, Erika Santos Sampaio, Juliana Rossi Rey, Mariana Andrade Monteiro Oliveira, Mario Orlando Gomes Souza e Silva, Rebeca Fontes de Oliveira, Renata Passos Pitangueira.

No primeiro dia da correição presencial, a Equipe de Correição da Vice-Corregedoria Regional se reuniu com os servidores supracitados com o intuito de se apresentar, bem como os objetivos da correição, quais sejam: a observância da maneira como as atividades da Vara estão sendo realizadas, a revisão de procedimentos, a identificação de eventuais falhas e a proposição de soluções de aprimoramento na entrega da prestação jurisdicional.

A Jurisdição da Unidade Correicionada atende ao respectivo Município, bem como ao de Lauro de Freitas.

Lei de Criação: Lei nº 10.770 de 21/11/2003

Data de Instalação: 20/09/2005

Data Instalação do PJe: 05/08/2013

Data última correição: 17 a 19/07/2018

Acervo Físico/Acervo Total: 968 processos - 24,06%

Acervo PJe/Acervo Total: 3055 processos - 75,94%

Faixa de Quantidade de Processos: 1.001 a 1.500

Após constatações feitas com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos deste TRT, dos dados estatísticos do Sistema e-Gestão, da Ferramenta BI – *Business Intelligence*, do Sistema e-Correição, dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Gestão Estratégica, bem como nos esclarecimentos prestados pela Vara do Trabalho, a Exm^a. Vice-Corregedora Regional registrou as observações e recomendações constantes desta Ata.

Os dados estatísticos desta Ata foram coletados nos sistemas acima mencionados em 04/09/2019, referindo-se ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. As demais informações foram obtidas a partir da resposta do Diretor da Secretaria ao Questionário Pré-Correicional, encaminhada ao Núcleo de Correições em 28/08/2019, e das constatações decorrentes da inspeção processual e vistoria de papéis.

I – ESTRUTURA FUNCIONAL DA UNIDADE

1. JUÍZAS

A Exm^a. Juíza Titular, Dr^a. Lucienne Amélia de Quadros Veiga, exerce a titularidade da Vara desde 24/04/2015 e, de acordo com as informações cadastrais constantes no Sistema de Recursos Humanos deste TRT, reside na cidade de Salvador.

A Exm^a. Juíza Substituta, Dr^a. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, foi designada para atuar na Unidade em 17/08/2011.

Durante o período correicionado foram convocados para atuar na Unidade os Magistrados abaixo relacionados:

JUIZ	INÍCIO DA CONVOCAÇÃO	FIM DA CONVOCAÇÃO
Michelle Pires Bandeira Pombo	21/11/2018	21/11/2018
Hugo Nunes de Moraes	22/11/2018	22/11/2018
Lígia Mello Araújo Olivieri	23/11/2018	23/11/2018
Joalvo Carvalho de Magalhães	27/11/2018	29/11/2018
Gabriela de Carvalho Meira Pinto	03/12/2018	04/12/2018
Gabriela de Carvalho Meira Pinto	06/12/2018	06/12/2018
Mariella de Oliveira Garziera	11/12/2018	13/12/2018
Olga Beatriz Vasconcelos B. Alves	17/12/2018	19/12/2018
Naiara Lage Pereira Bohnke	18/03/2019	18/03/2019
Michelle Pires Bandeira Pombo	25/03/2019	25/03/2019
Cláudia Uzêda Doval	01/04/2019	01/04/2019
Thaís Mendonça Aleluia da Costa	22/04/2019	22/04/2019
Isabella Borges de Araújo	23/04/2019	23/04/2019
Priscila Cunha Lima Menezes	24/04/2019	24/04/2019
Alessandra D'Andrade Stern	29/04/2019	29/04/2019
Maria Ângela Magnavita Sampaio	30/04/2019	30/04/2019
Adriana Manta da Silva	02/05/2019	02/05/2019
Hineuma Márcia Cavalcanti Hage	06/05/2019	06/05/2019
Alessandra D'Andrade Stern	07/05/2019	07/05/2019
Priscila Cunha Lima Menezes	08/05/2019	08/05/2019
Thaís Mendonça Aleluia da Costa	13/05/2018	13/05/2018
Cintya Aguiar Pereira	14/05/2019	14/05/2019
Isabella Borges de Araújo	15/05/2019	15/05/2019

1.1. Afastamentos/Licenças (exceto Férias) no período correicionado:

ANO ANTERIOR:

JUÍZA	QUANTIDADE DE DIAS
Lucienne Amélia de Quadros Veiga	84
TOTAL	84

ANO ATUAL:

JUIZA	QUANTIDADE DE DIAS
Lucyenne Amélia de Quadros Veiga	150
TOTAL	150

2. SERVIDORES

2.1. Lotação

Verificou-se, com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos, que a Unidade tem a lotação de **11 (onze)** servidores e, no período correccionado, teve alteração de **02 (dois)** servidores, conforme quadro abaixo.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMMISSIONADA	EXERCÍCIO NO TRT	LOTAÇÃO	
				INÍCIO	FIM
Alessandre Vicente Borges	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria	01/10/1993	15/05/2015	
Cláudio Virgil de Senna	Analista Judiciário / Judiciária	Diretor de Secretaria	22/10/1985	27/04/2015	
Elizabeth Maria Santos da Silva	Analista Judiciário / Judiciária	Assistente de Juiz	06/02/1980	02/05/2019	
Emanoelle Auxiliane Santana Teixeira Casal	Analista Judiciário / Judiciária	Assistente	21/07/2011	06/07/2015	
Erika Santos Sampaio	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	18/04/2012	16/01/2017	
Juliana Rossi Rey	Analista Judiciário / Judiciária	Assistente de Juiz	13/03/2013	01/10/2014	
Maria do Carmo Santana Sales	Analista Judiciário / Administrativa	Calculista	18/05/1993	03/11/2015	
Mariana Andrade Monteiro Oliveira	Técnico Judiciário / Administrativa		18/02/2013	19/03/2018	
Mario Orlando Gomes Souza e Silva	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	12/04/1993	17/03/2008	
Rebeca Fontes de Oliveira	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente Administrativo 2	26/05/2014	05/10/2016	
Renata Passos Pitangueira	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	01/02/2013	08/09/2015	

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

Observa-se que o quadro de lotação atual da unidade é **adequado** para o seu porte: 1.001 a 1.500 processos.

2.2. Afastamentos/Licenças (exceto férias)

ANO ANTERIOR:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Rebeca Fontes de Oliveira	89
Erika Santos Sampaio	20
Renata Passos Pitangueira	2
TOTAL	111

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

ANO ATUAL:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Rebeca Fontes de Oliveira	91
Maria do Carmo Santana Sales	13
Cláudio Virgil de Senna	16
Alessandre Vicente Borges	2
TOTAL	122

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

II – SITUAÇÃO PROCESSUAL – PRODUTIVIDADE DA VARA

Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, durante o ano correccionado até a data de geração da presente Ata, a movimentação processual da Vara inspecionada é a que se vê das tabelas constantes deste Capítulo.

1. PROCESSOS RECEBIDOS E PRODUTIVIDADE DA VARA:

TIPO	SITUAÇÃO		2017	2018	2019
Conhecimento	Recebidos		1.355	709	500
	Solucionados	Com Exame de Mérito	740	728	330
		Sem Exame de Mérito	221	146	97
		Conciliados	452	354	242
	Percentual		104,28%	173,20%	133,80%
Liquidação	Conciliados		3	11	14
	Iniciada		494	281	248
Execução	Encerrada		493	545	261
	Conciliados		41	64	34
	Percentual		99,80%	193,95%	105,24%
Sentenças	Ilíquidas (total sentenças - líquidas)		558	585	242
	Líquidas		0	1	1
	Percentual		0%	0,17%	0,41%
	Cumpridas		60	0	1
Cartas	Não Cumpridas		89	110	84
	Percentual		40,27%	0%	1,18%

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.1. Processos em Andamento:

Sistema: LEGADO

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	0	0,14
	Aguardando encerramento da instrução	1	4,01
	Aguardando prolação de sentença	0	1,55
	Aguardando cumprimento de acordo	28	33,98
	Solucionados	0	0
	Pendentes de finalização	123	171,19
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	0,03
	Pendentes de finalização	103	39,72
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	670	398,90
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1	0,80
	Pendentes de finalização	742	514,15
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	5,55
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	27	76,22
TOTAL		1.696	1.246,22

(Fonte: e-Gestão e BI)

Sistema: PJe

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	155	221,74
	Aguardando encerramento da instrução	155	231,56
	Aguardando prolação de sentença	155	140,64
	Aguardando cumprimento de acordo	189	181,18
	Solucionados pendentes de finalização na fase	0	0
	Pendentes de finalização	1.717	1.853,11
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	1,23
	Pendentes de finalização	474	270,18
	Pendente de extinção da execução	825	1.047,75

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
EXECUÇÃO	Encerrados pendentes de finalização na fase	0	1,84
	Pendentes de finalização	864	1.317,59
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	24	45,58
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	34	201,40
TOTAL		4.592	5.513,80

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.2. Incidentes Processuais e Embargos de Declaração:

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
	01/01/2018 a 31/12/2018		Atual
Embargos de Declaração	484	464	35
Exceções de Incompetência	7	7	0
Antecipações de Tutela	105	97	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	72	42	67
Embargos à Execução	98	149	60
Embargos à Arrematação	0	1	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	16	19	3
TOTAIS	782	779	165

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.3. Recursos:

Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2018

TIPO	NOVOS	ADMITIDOS	NÃO ADMITIDOS
Recurso Ordinário	711	620	15
Recurso Adesivo	39	36	0
Agravo de Petição	134	104	2
Agravo de Instrumento	11	4	Sem Informação
TOTAIS	895	764	17

(Fonte: e-Gestão e BI)

2. PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO (em dias)

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Prolação da Sentença na fase de Cognição	Rito Sumaríssimo	128,55	118,39	149,39
	Exceto Rito Sumaríssimo	334,10	381,02	355,11

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Encerramento da	Rito Sumaríssimo	1.476	403,67	0
Liquidação	Exceto Rito Sumaríssimo	2.067,19	1.524,40	2.694,26
	Rito Sumaríssimo	2.711,03	3.107,77	3.396,33
Extinção da Execução	Demais Ritos (Entes Privados)	2.542,55	2.584,68	3.324,02
	Demais Ritos (Entes Públicos)	2.603,95	2.754,26	2.934,51

(Fonte: e-Gestão)

3. PAUTAS DE AUDIÊNCIAS

Conforme relatado no Questionário Pré-Correição a pauta da Unidade mantém, em média, a seguinte estrutura:

JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	Una	Inicial	Instrução	Conciliação	Intervalo entre Audiências	Total
Segunda	Manhã	03	05	04	01	05 min	13
	Tarde	–	–	–	–	–	–
Terça	Manhã	03	05	04	01	05 min	13
	Tarde	–	–	–	–	–	–
Quarta	Manhã	–	–	–	–	–	–
	Tarde	–	–	04	–	05 min	04
Quinta	Manhã	03	05	04	01	05 min	13
	Tarde	–	–	–	–	–	–
Sexta	Manhã	–	–	–	–	–	–
	Tarde	–	–	–	–	–	–

Foi informado pelo Diretor da Unidade que, até o dia da elaboração das respostas ao Questionário Pré-Correição as audiências estavam sendo designadas para as datas abaixo indicadas.

JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

TIPO	AUDIÊNCIAS INAUGURAIS DE AÇÕES DISTRIBUÍDAS NESTA DATA E AUDIÊNCIAS ADIADAS HOJE, FORAM DESIGNADAS PARA QUANDO?	REALIZADAS NESTA DATA FORAM DESIGNADAS HÁ QUANTOS DIAS
INICIAIS/ Ord	10/10/2019	43 corridos
INICIAIS/ Sum	--	--
UNAS/ Ord	--	--
UNAS/Sum	07/11/2019	90 corridos
INSTRUÇÕES/Ord	30/09/2019	84 corridos
INSTRUÇÕES/Sum	--	--
CONCILIAÇÃO	23/09/2019	26 corridos

3.1 Prazos Médios para Realização de Audiências*

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017		2018		2019	
		VT	TRT	VT	TRT	VT	TRT
Realização da 1ª	Rito Sumaríssimo	74,27	80,13	107,63	83,15	122,79	78,71
Audiência	Exceto Rito Sumaríssimo	92,79	105,34	84,89	121,00	54,69	77,35
Encerramento da	Rito Sumaríssimo	89,73	138,15	106,56	105,42	136,22	117,09
Instrução	Exceto Rito Sumaríssimo	285,60	272,91	320,89	324,85	304,93	328,26

(Fonte: Sistema e-Gestão).

(*) Os prazos médios consideram o número de dias decorridos entre as datas dos eventos – inicial e final – independente dos períodos de suspensão do expediente, cadastrados nos sistemas SAMP e PJ-e, inclusive do recesso forense.

Verifica-se que os prazos **não obedecem** ao previsto no art. 74, § 2º, do Provimento CR nº 04/2012.

Sobre a não observância do interstício mínimo previsto pelo Art. 74, §2º do Provimento CR 04/12, esclareceu o Diretor o seguinte: “Segundo a Juíza Titular, a quantidade de processos incluídos em pauta de audiência tem sido fixada, observando-se, racionalmente, a tentativa de equilibrar dias de interstício com média de processos conclusos para cara magistrada, levando em consideração a distribuição racional do trabalho e os prazos médios verificados nas demais Unidades de Salvador, encontrando-se a 36ª Vara posicionada, quanto aos prazos de audiências, na 22ª posição entre as Varas do Trabalho da Capital.”.

Ademais, destacou que: “De acordo com os Juízes desta Unidade, como plano de ação tem sido observado acréscimo de processo sob rito sumaríssimo.”.

3.2 Informações Sobre a Organização da Pauta

Ainda sobre a Pauta, o Diretor informou que:

a) a Unidade mantém Salas de Audiências configuradas para designação automática de audiência em todos os processos distribuídos, aptos à inclusão em pauta;

b) as Juízas se abstêm de realizar audiência inicial nas reclamações trabalhistas em que seja reclamado ente da Fazenda Pública, ou faculta a este seu comparecimento à sessão inaugural em casos de litisconsórcio com entes de Direito Privado, conforme Recomendação CR nº 003/2017. Outrossim, “Facultado o comparecimento não é declarada a revelia ou confissão, encerrando a instrução em audiência.”;

c) as reclamações que demandam perícia “continua em pauta com marcação de audiência de instrução, sendo apenas eventualmente, sob exame do magistrado, retirado de pauta.”;

d) nas ações com pedido de realização de prova pericial, em geral, “Geralmente, a perícia é feita antes da prova oral, salvo quando existe controvérsia sobre as questões de fato determinantes da tese relativa ao direito requerido.”;

e) Em relação ao pedido de homologação do acordo previsto no art. 855-B da CLT, o Juízo adota o seguinte procedimento: “É analisada a petição no prazo do art. 855-D, com inclusão do feito em pauta para que as partes ratifiquem os termos do acordo, conforme autoriza a nova regra celetista.”.

4. PROCESSOS PENDENTES DE DESPACHO/CUMPRIMENTO DETERMINAÇÕES:

Segundo informações constantes do Questionário Pré-Correicional, até 28/08/2019 existiam:

a) **177 (cento e setenta e sete) processos** pendentes para elaboração de despacho, datando o mais antigo de 12/08/2019;

b) **544 (quinhentos e quarenta e quatro) processos** se encontram pendentes de cumprimento de despachos ou outras determinações judiciais, datando o mais antigo de 21/07/2019;

c) **203 (duzentos e três) processos** pendentes de elaboração de cálculos, sendo que **123 (cento e vinte e três)** estavam há mais de 40 dias úteis com os calculistas do Juízo, descontado o período do recesso. O Diretor registrou que os calculistas utilizam o Pje-Calc “apenas para atualização de cálculos nesta Unidade.”, prestando, ainda, os seguintes

esclarecimentos relativamente aos processos pendentes de análise pela Calculista da Vara:

“Em relação aos processos pendentes de análise pela Calculista da Vara, presto os seguintes esclarecimentos:

1- Informo que, sem conhecimento da magistrada que assumiu a titularidade da Vara, a única servidora que exercia, de fato, as funções de cálculo na Secretaria desta Vara foi removida imediatamente após a designação da Exmª Srª Lucienne Amélia de Quadros Veiga como Juíza Titular desta 36ª Vara. Esclareço que a outra função de Calculista era ocupada por um servidor que somente exercia atividades da Secretaria, uma vez que informou não ter aptidão, nem conhecimentos para realizar tal função. Atualmente a Vara não conta com 2º calculista em razão das circunstâncias ora relatadas.

2- Encontrando a Vara sem calculista conforme acima informado, a Juíza Titular determinou que se mantivesse contato com SGP com o fim de solucionar tal pendência. Após um curto período, foi encaminhado um calculista. Acontece que, considerando que o referido funcionário não preencheu o perfil técnico esperado, como já ocorrido em outras unidades, buscou-se novamente auxílio no setor competente, o qual nos indicou a atual calculista, anteriormente lotada na 23ª Vara desta capital, e substituída por um outro servidor/calculista.

3- Em face do acima noticiado, a referida servidora, assumiu sua função já com alguns processos pendentes. Não houve a possibilidade de internamente agregar mais um calculista de fato à unidade, considerando o quanto referido no item 1, e, externamente, em face de cada vez mais se tratar de uma função extremamente especializada e sem servidores devidamente habilitados e disponíveis. Impende ressaltar, inclusive, que, com a limitação de número de servidores por Vara, há dificuldade até de permuta entre eles.

4- Ressalto, por oportuno, que com o advento da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que alterou o procedimento na liquidação, no que tange à fixação do débito mediante prévia impugnação de cálculos e obrigatoria remessa ao calculista para conferência, houve aumento significativo da demanda para o contador, somando-se àquelas já existentes.

5- Vale registrar, que a Calculista Maria do Carmo Santana Sales, em face de problemas médicos de natureza cardíaca, esteve de licença médica este ano em dois períodos, a saber, 02 dias a partir de 06/02/2019 (PROAD nº 1511/2019) e 11 dias a partir de 18/02/2019 (PROAD nº 1801/2019).

6- Com efeito, a Juíza Titular, no objetivo de sanar esta situação, continuou a busca por um segundo calculista, contudo, não obteve êxito, pois as Varas só liberariam mediante permuta com outro calculista. Tentou, também, capacitar servidores já lotados na unidade, encaminhando servidoras para realização do curso de Formação de calculista (cinco módulos). Primeiramente, a servidora Rebeca Fontes de Oliveira, matrícula 70132, a qual, apesar de ter mostrado interesse no exercício da função, sequer pode treinar em face da gravidez/licença gestante. Recentemente, procedemos à inscrição da servidora Renata Passos Pitangueira, matrícula 68278, no curso em comento, o qual tem cinco fases e se findará ao final deste mês.

7- Também, ainda, como plano de ação para regularização do passivo, informo que a Juíza titular designou como perito do Juízo o Sr. Marcelo Saar para apresentação de laudo em diversos processos em fase de impugnação de cálculos e embargos à execução (medida já implementada). Como, também, há previsão de recebimento de uma calculista no mês vindouro, já liberada pela sua Juíza, para completar o quadro de calculista da Vara, mediante PROAD.

8- Coloco-me à inteira disposição da douta Vice-corregedoria para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.”.

Informou, ainda, que consulta e confere, periodicamente, os relatórios fornecidos pelo Sistema BI e do e-Gestão (Resumo/Espelho/Gerencial). Destacou, também, que “Atualmente, o Diretor e o Assistente de Diretor de Secretaria utilizam o B.I.”.

Nesse sentido, noticiou o Diretor que distribui a demanda de serviços, quanto ao cumprimento das determinações judiciais: “Principalmente através da numeração final do processo, eventualmente com a utilização de “chips”, como também mediante a indicação de responsabilidade (Pje).”.

Relativamente à tarefa de minutar os despachos, sua divisão se dá entre o “Diretor de Secretaria e Assistente do Diretor de Secretaria.”. Além disso, segundo o relato do Questionário Pré-Correição, o controle do cumprimento das determinações judiciais e os prazos administrativos ocorre através do GIGS e BI. Registrou, também, o Diretor da Unidade que se valem da “Obtenção de relatórios com utilização de tramitação no SAMP.”.

A Vara prioriza os atos processuais referentes aos processos com créditos a serem liberados, bem como em relação aos feitos que aguardam pagamento (ou garantia da execução), a fim de acelerar a execução, na hipótese de não terem sido quitados. Na segunda hipótese, o fazem: “Por meio de consulta diária ao agrupador, visualização de filtros/alertas. Há, ainda, o cuidado de ao minutar os despachos relacionar os números dos processos para cumprimento prioritário.”.

As questões urgentes no PJe, são controladas e identificadas por meio dos agrupadores, filtros/alertas e GIGS. “Há, ainda, o cuidado de ao minutar os despachos relacionar os números dos processos para cumprimento prioritário.”, segundo informações registradas no Questionário Pré-Correição.

III – ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE - PRODUTIVIDADE – PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO

1. ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE

Conforme dados constantes do Questionário Pré-Correição, a Exmª. Juíza Titular, Drª. Lucienne Amélia de Quadros Veiga, comparece à Unidade às quartas e quintas-feiras, enquanto que a Exmª. Juíza Substituta Designada, Drª. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, o faz às segundas, terças e sextas-feiras.

2.PRODUTIVIDADE

JUÍZA TITULAR: LUCYENNE AMÉLIA DE QUADROS VEIGA

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	246	155	65
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	247	347	36
Extintos com resolução de mérito	0	3	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	22	39	16
Arquivamento	53	25	4
Desistência	26	23	16
Outras decisões sem resolução de mérito	14	3	0
TOTAL	608	595	137
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	0	0	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

JUÍZA SUBSTITUTA: VIVIANE CHRISTINE MARTINS FERREIRA HABIB

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	203	157	101
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	488	357	186
Extintos com resolução de mérito	3	0	3
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	8	9	5

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
Arquivamento	58	23	28
Desistência	11	3	4
Outras decisões sem resolução de mérito	27	12	2
TOTAL	798	561	329
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	0	1	1

(Fonte: Sistema e-Gestão)

2.1. Processos Concluídos para Prolação de Sentença:

A listagem de processos concluídos às magistradas, fornecida pelo Diretor de Secretaria, foi confrontada com os dados informados pelo Sistema e-Gestão e por aqueles registrados nas tarefas do Sistema PJe. De acordo com a relação apresentada, apurou-se o seguinte:

1) A Exmª. Juíza Titular, Drª. Lucyenne Amélia de Quadros Veiga, possui **17 (dezesete)** processos concluídos para julgamento, sendo **09 (nove)** na fase de conhecimento, **04 (quatro)** na fase de execução e **04 (quatro)** embargos de declaração. Do total informado, **01 (hum)** processo está com o **prazo vencido**.

2) A Exmª. Juíza Substituta Designada, Drª. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, possui **152 (cento e cinquenta e dois)** processos concluídos para julgamento, sendo **128 (cento e vinte e oito)** na fase de conhecimento, **09 (nove)** na fase de execução e **15 (quinze)** embargos de declaração. Do total informado, **97 (noventa e sete)** estão **fora do prazo**.

3) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Adriana Manta da Silva, possui **04 (quatro)** processos concluídos para julgamento, na fase de conhecimento, todos **fora do prazo**.

4) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Cintya Aguiar Pereira, possui **01 (um)** processo concluído para julgamento, na fase de conhecimento, **fora no prazo**.

5) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Cláudia Uzeda Doval, possui **01 (um)** processo concluído para julgamento, na fase de conhecimento, **dentro do prazo**.

6) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Hineuma Márcia Cavalcanti Hage, possui **01 (um)** processo concluído para julgamento, na fase de embargos de declaração, **dentro do prazo**.

7) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Lígia Mello Araújo Olivieri, possui **02 (dois)** processos concluídos para julgamento, na fase de conhecimento, todos **fora do prazo**.

8) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Maria Ângela Magnavita Sampaio, possui **01 (um)** processo concluído para julgamento, na fase de embargos de declaração, **fora do prazo**.

9) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Olga Beatriz Vasconcelos Batista Alves, possui **08 (oito)** processos concluídos para julgamento, na fase de conhecimento, **todos com prazo vencido**.

10) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Priscila Cunha Lima de Menezes, possui **01 (um)** processo concluído para julgamento, na fase de embargos de declaração, **fora do prazo**.

11) A Exmª. Juíza Substituta, Drª. Thaís Mendonça Aleluia da Costa, possui **09 (nove)** processos concluídos para julgamento, na fase de conhecimento, **todos com prazo vencido**.

Vale salientar que durante os trabalhos correicionais, a Exmª. Juíza Titular devolveu, com sentença, os processos números 0000747-06.2018.5.05.0036, 0074100-76.2005.5.05.0036 e 0060500-80.2008.5.05.0036. Destes, **01 (hum)** estava com **prazo vencido**. Assim, permanecem pendentes para julgamento **14 (quatorze)** processos, **todos dentro do prazo**.

Já a Exmª. Juíza Substituta, Drª. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, devolveu com sentença os processos números 0001365-25.2017.5.05.0036, 0001058-71.2017.5.05.0036, 0001321-06.2017.5.05.0036, 0001327-13.2017.5.05.0036 e 0000783-25.2017.5.05.0036, **todos com prazo vencido**. Restam, portanto, **147 (cento e quarenta e sete)** processos para julgamento. Destes, **92 (noventa e dois)** se encontram com **prazo vencido**.

3. PRAZO MÉDIO PARA JULGAMENTO

JUIZA TITULAR: LUCYENNE AMÉLIA DE QUADROS VEIGA

PRazos MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	32	51	28
Prazo Médio	13,63	24,78	1,43
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	332	407	62
Prazo Médio	65,86	93,71	12,06
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	133	242	75
Prazo Médio	64,93	69,81	11,76
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	49	54	16
Prazo Médio	48,76	58,07	40,75
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	0	7	1
Prazo Médio	0	104,14	32

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: A Exmª. Juíza Titular, Dra. Lucyenne Amélia de Quadros Veiga, exerce a titularidade da Vara desde 24/04/2015.

JUIZA SUBSTITUTA: VIVIANE CHRISTINE MARTINS FERREIRA HABIB

PRazos MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	26	29	41
Prazo Médio	123,50	42,72	65,90
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	458	334	159
Prazo Médio	121,69	87,86	118,91
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	164	197	121
Prazo Médio	24,81	19,03	21,82
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	56	57	10
Prazo Médio	18,66	27,72	76,40
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	4	4	2
Prazo Médio	113,75	58,50	112

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: A Exm^a. Juíza Substituta, Dr^a. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, foi designada para atuar na Unidade em 17/08/2011.

Segundo informado pelo Diretor, a Secretaria encaminha o processo para a tarefa “minutar sentença” (PJe) ou tramita “autos conclusos para julgamento” (Legado) imediatamente após encerrada a instrução processual, quando na fase de conhecimento e, nos casos de incidentes da execução, assim que os feitos se tornam aptos a julgamento.

IV – ASPECTOS DE INSPEÇÃO OBRIGATÓRIA CONFORME CORREGEDORIA GERAL JUSTIÇA DO TRABALHO

Nos termos do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CPCGJT, registram-se as seguintes informações prestadas pelo Diretor:

a) há pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos;

b) há o exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar exitosa a execução, mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD e aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC, com exceção do “SIMBA, em razão de sua complexidade e o tempo dispendido na sua utilização, com pesquisa e cruzamento de informações, em detrimento da rápida prestação jurisdicional no que tange ao cumprimento dos demais despachos exarados nos outros processos. A Unidade, portanto, carece de pessoal com disponibilidade, treinamento e tempo para a realização de tal tarefa, levando em conta inclusive o número de servidores que cumprem os despachos.”;

c) há o registro fidedigno, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz para julgamento;

d) em caso de valor incontroverso, o Juízo ordena, a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior;

e) há inclusão, em pauta, de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação;

f) o Juízo realiza o procedimento da desconsideração da personalidade jurídica de empresas nos próprios autos;

g) a Unidade realiza os registros necessários, pelo Lançador de Movimentos do PJe, principalmente para retificação do “Tipo de documento”, com a finalidade de dar baixa nos recursos/incidentes.

Destaque-se que os aspectos relacionados à assiduidade das magistradas, pauta de audiências e principais prazos já foram anteriormente registrados nesta Ata.

V – OUVIDORIA

Segundo informações da Coordenadoria da Ouvidoria, não existem relatos envolvendo processos da Unidade.

VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em resposta ao Questionário Pré-Correição o Diretor informou o seguinte:

a) a Vara, eventualmente, continua migrando processos do legado para a CCLE, pois “A rotina diária da unidade, dificulta a migração de outros processos do legado para a CCLE, considerando a necessidade de se dispor de um maior tempo com o fim de análise dos processos aptos (conferência de nome das partes, CPF, CNPJ, endereços, advogados cadastrados), além da exclusividade do uso do computador, diante do procedimento, com o fim, de gerar os atos processuais a serem migrados para o PJe.”. Restou esclarecido, também, que: “Atualmente, a Secretaria aguarda a finalização da migração nas Varas Pilotos, oportunidade na qual, provavelmente será oportunizado prazo para a rotina interna.”.

b) há certificação no processo eletrônico da suspensão da tramitação do feito, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

c) há realização de intimações eletrônicas de Órgãos Públicos e das grandes empresas que assim consentiram, visando a otimização dos trabalhos da Secretaria;

d) o arquivo provisório conta com inspeção periódica, tendo ocorrido a última em meados de agosto de 2019, sendo do tipo execução fiscal, a maioria dos processos ali existentes;

e) o arquivamento definitivo dos autos é precedido de vistoria;

f) é assegurada a pausa laboral de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (não deduzidos da jornada de trabalho) para Servidores e Magistradas que executam atividades repetitivas (Portaria TRT5 1904/2008);

g) quando qualquer das partes tem crédito remanescente a receber, mas não comparece à Secretaria, é realizada uma pesquisa no BACENJUD a respeito da existência de conta em seu nome, para posterior depósito do valor em sua conta-corrente, possibilitando, assim, o arquivamento definitivo do processo, nos termos do Ato n.º 07/2019;

h) há Portaria instituindo Grupo de Avaliação de Documentos, (n.º 1/2016) nos moldes do Art. 4.º da Resolução Administrativa N.º 016/2004 (NR pela RA 064/2004);

i) são utilizados os modelos padronizados de documentos para processos eletrônicos e físicos, a exemplo de precatórios e requisições de pequeno valor;

j) o Gestor da Unidade utiliza o IGEST Regional como ferramenta de gerenciamento do acervo de processos e produtividade da Vara;

k) foi divulgado para os Servidores da Unidade a existência da plataforma Wiki-JT e das pastas “Manuais de Procedimento” e “Manuais de Sistemas”, sendo que tanto aqueles quanto o Gestor da Unidade utilizam apenas os “Manuais de Procedimento e de Sistemas”.

VII – METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT5

1. JULGAMENTO DOS PROCESSOS ANTIGOS (CELERIDADE PROCESSUAL):

a) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2009 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2006: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

b) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2010 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2007: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

c) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2011 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2008: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

d) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2012 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2009: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

e) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2013 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2010: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

f) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2014 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2011: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

g) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2015 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2012 e 2013: A Vara, até o momento, julgou todos os processos de 2012 e julgou todos os processos de 2013, restando **cumprida** a meta.

h) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2016 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2014: A Vara, até o momento, julgou 99,83% dos processos distribuídos em 2014, constando 2 (dois) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

i) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2017 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2015: A Vara, até o momento, julgou 99,92% dos processos distribuídos em 2015, constando 1 (um) processo pendente no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

J) Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2018 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2016: A Vara, até o momento, julgou 99,08% dos processos distribuídos em 2016, constando 12 (doze) processos pendentes no 'processômetro', restando **cumprida** a meta.

Foram **cumpridas** as Metas do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2009 a 2014, inexistindo processos distribuídos anteriormente a 2012 ainda pendentes de julgamento no 'processômetro'.

A Exm^a. Vice-Corregedora Regional parabenizou a Unidade pelas Metas já cumpridas, recomendando que fosse priorizado o julgamento das ações ainda pendentes de julgamento. Neste passo, registra a necessidade de especial atenção e prioridade aos seguintes processos, que já se encontram conclusos para julgamento:

0000278-39.2014.5.05.0036 ATOrd	0000879-40.2017.5.05.0036 ATOrd
0000353-10.2016.5.05.0036 ATOrd	0000953-94.2017.5.05.0036 ATOrd
0000808-72.2016.5.05.0036 ATOrd	0001013-67.2017.5.05.0036 ATOrd
0001317-03.2016.5.05.0036 ATOrd	0001030-06.2017.5.05.0036 ATOrd
0000118-09.2017.5.05.0036 ATOrd	0001043-05.2017.5.05.0036 ATOrd
0000202-10.2017.5.05.0036 ATOrd	0001058-71.2017.5.05.0036 ConPag
0000380-56.2017.5.05.0036 TutCautAnt	0001154-86.2017.5.05.0036 ATOrd
0000433-37.2017.5.05.0036 ATOrd	0001164-63.2017.5.05.0026 ATOrd
0000541-66.2017.5.05.0036 ATOrd	0001165-18.2017.5.05.0036 ATOrd
0000551-13.2017.5.05.0036 ATOrd	0001199-90.2017.5.05.0036 ATOrd
0000560-72.2017.5.05.0036 ATOrd	0001260-48.2017.5.05.0036 ATOrd
0000575-41.2017.5.05.0036 ATOrd	0001326-37.2017.5.05.0033 ATOrd
0000608-31.2017.5.05.0036 ATOrd	0001349-71.2017.5.05.0036 ATOrd
0000757-27.2017.5.05.0036 ATOrd	0001353-11.2017.5.05.0036 ATOrd
0000766-86.2017.5.05.0036 ATOrd	0001367-92.2017.5.05.0036 ATOrd
0000783-25.2017.5.05.0036 ATOrd	0001428-50.2017.5.05.0036 ATOrd
0000785-92.2017.5.05.0036 ATOrd	0002242-08.2016.5.05.0421 ATOrd
0000842-13.2017.5.05.0036 ATOrd	

2. DAS METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5

Metas relativas a 2018 (metas aprovadas no TRT5 em 19/12/2014):

a) Meta do Indicador 2.2 – Reduzir o prazo médio de duração da fase de conhecimento do processo na 1ª instância, no ano de 2018, em 4% em relação ao ano base 2016 (quando tal prazo foi de 312,47 dias) - No ano em questão, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, observa-se que a Vara obteve um prazo médio de 337,60 dias, apresentando um aumento de 8,04%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

b) Meta do Indicador 2.3 (Meta 1 CNJ) – Julgar o equivalente a 92% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente. Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 180,66%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

c) Meta do Indicador 3.1 (Meta 3 CNJ) – Aumentar em 2 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de conhecimento, no ano de 2018, em relação ao biênio 2013/2014 (quando tal índice foi de 39,53%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 31,33%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

d) Meta do Indicador 3.2 – Aumentar em 6 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de execução, no ano em curso, em relação ao ano de 2013 (quando tal índice foi de 10,65%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 22,78%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

e) Meta do Indicador 4.1 (Meta 5 CNJ) – Baixar 92% do total de casos novos de execução do ano corrente. Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 206,69%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

f) Meta do Indicador 2.5 (Meta 6 CNJ) – Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015. Com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 102,04%. **Meta cumprida**.

3. ÍNDICE REGIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST

O Índice Regional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, é uma ferramenta que objetiva aprimorar a gestão das varas e contribuir para uma melhor efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível.

Para tanto, utiliza mesoindicadores, tais como **acervo**, **celeridade**, **produtividade**, **taxa de congestionamento** e **força de trabalho** adotados em consonância com os objetivos judiciais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, para aferir o desempenho de cada vara do trabalho, podendo ser possível contextualizar o desempenho de cada uma.

Neste passo, segundo o IGest, dentre o grupo composto **exclusivamente pelas Varas do Trabalho de Salvador – Bahia**, classificadas na faixa entre 1.001 e 1.500, a Vara do Trabalho correicionada apresentou as notas ponderadas abaixo transcritas:

Faixa de Casos Novos: Jul/2015 a Jun/2018	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST Resultado
1001 a 1500	0,4499	0,49990	0,5314	0,5783	0,4786	0,5074

(Período de referência: 01/07/2018 até 30/06/2019)

VIII – INSPEÇÃO PROCESSUAL E VISTORIA DE PAPÉIS

Durante a correição presencial, foi examinado, por amostragem, um total de **149 (cento e quarenta e nove)** processos, sendo 12 (doze) de 2019, 29 (vinte e nove) de 2018, 63 (sessenta e três) de 2017, 15 (quinze) de 2016, 15 (quinze) de 2015, 9 (nove) de 2014, 5 (cinco) de 2013, 1 (um) de outros anos.

Na vistoria de papéis foi analisada a listagem referente aos processos em carga, observando-se que a Vara **obedece** aos prazos e procedimentos relacionados à cobrança de autos.

Na mesma ocasião, verificou-se a existência de **03 (três)** ordens de bloqueio de crédito junto ao BACENJUD, datando, todas de 02/09/2019.

Em relação aos processos **eletrônicos** vistoriados, observou-se que:

a) o Escaninho “Petições não apreciadas” indicava a existência de **43 (quarenta e três) petições não apreciadas**, dentre as quais **destacam-se 05 (cinco) petições em processo com prioridade e 02 (duas) petições em sigilo/segredo**;

b) o Escaninho “Documentos Internos” indicava a existência de **75 (setenta e cinco) documentos internos**, dentre os quais **10 (dez) documento em processos com prioridade e 02 (dois) documentos em processos com sigilo/segredo**;

c) havia 17 (dezessete) processos na tarefa **Triagem Inicial**;

d) havia 69 (sessenta e nove) processos no **Fluxo da Tarefa das Perícias**;

e) havia 131 (cento e trinta e um) processos na tarefa **Prazos Vencidos**;

f) havia 180 (cento e oitenta) processos na tarefa **Aguardando Audiência**.

IX – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA UNIDADE

No Questionário Pré-Correição, não foram registradas queixas em relação às instalações e equipamentos da Unidade, nem solicitações pendentes junto à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC e, muito menos, perante a Secretaria de Administração – S.A.

X – VALORES ARRECADADOS

NATUREZA	ARRECADACÃO EM 2018
Custas Processuais	R\$ 625.056,73

NATUREZA	ARRECADAÇÃO EM 2018
Emolumentos	R\$ 963,75
Contribuição Previdenciária	R\$ 1.454.348,58
Imposto de Renda	R\$ 547.987,20
TOTAL	R\$ 2.628.356,26
Valores Pagos Decorrentes de Multas Aplicadas por Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	R\$ 0,00
Custas Processuais Dispensadas	R\$ 281.348,46

(Fonte: Sistema e-Gestão)

XI – BOAS PRÁTICAS

O Diretor da Vara apresentou as seguintes boas práticas:

– Confecções de atas e decisões com força de alvará para recebimento de FGTS e Seguro Desemprego.

– Utilização de formulário de autuação com cor diversa para diferenciar os processos migrados da CCLE.”

XII – DESPACHOS ESPECIAIS E VISTOS EM CORREIÇÃO COM REGISTRO EM ATA

Após as vistorias relatadas, **não foram exarados** despachos especiais.

XIII – RECOMENDAÇÕES

A Exmª. Vice-Corregedora Regional, após o exame das informações e dados da Unidade, formula as seguintes recomendações:

1) Evitar equívocos nos registros das tramitações/movimentações dos processos, físicos e eletrônicos, quanto à indicação do tipo correto de conclusão e resultados de julgamentos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0010474-05.2014.5.05.0036, 0001171-25.2017.5.05.0036 e 0001152-19.2017.5.05.0036;

2) evitar demora na movimentação dos processos com prazos vencidos, a fim de não comprometer o andamento do feito. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000474-67.2018.5.05.0036;

3) evitar demora no cumprimento dos atos processuais, a exemplo da cobrança de custas e arquivamento dos autos. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000843-95.2017.5.05.0036;

4) cumprir as determinações judiciais dentro dos prazos previstos em lei, sobretudo no que se refere a liberação de valores e aos procedimentos deles dependentes. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000083-83.2016.5.05.0036;

5) observar a celeridade no cumprimento e devolução das cartas precatórias. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000350-50.2019.5.05.0036;

6) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 1 (um) dia para conclusão dos autos aos magistrados. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000684-26.2015.5.05.0036 e 0001086-10.2015.5.05.0036;

7) evitar demora injustificável dos processos nas tarefas de transição a exemplo de “Imprimir Correspondência”, “Aguardando publicação DEJT” e “Intimações automáticas com pendências”. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0010327-76.2013.5.05.0036, 0000167-21.2015.5.05.0036 e 0000047-70.2018.5.05.0036;

8) realizar a triagem inicial e confeccionar a “Certidão de Triagem” em todos os processos novos, no prazo de até 15 dias da data de distribuição, para que haja tempo suficiente para adoção de eventuais providências que se façam necessárias antes da audiência designada, conforme o Provimento Conjunto GP/GCR TRT5 nº 0005 de 16 e maio de 2014. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000494-24.2019.5.05.0036;

9) observar o prazo de 48 horas para conclusão dos autos aos magistrados quando se tratar de PJe, e carga quando processo físico, para prolação de sentença. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000575-41.2017.5.05.0036, 0001058-71.2017.5.05.0036, 0000564-75.2018.5.05.0036, 0000110-61-2019.5.05.0036 e 0001422-43.2017.5.05.0036;

10) priorizar as intimações das partes para ciência das sentenças prolatadas. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000312-72.2018.5.05.0036;

11) não alterar o tipo das petições de impugnação de cálculos para “Impugnação à sentença de liquidação”, nem realizar a conclusão para julgamento, e sim para decisão geral, antes de, efetivamente, haver sido produzida nos autos a sentença de liquidação, observando-se a orientação constante do link “<https://extranet.trt5.jus.br/gestao>”, de 11/09/2018, a fim de evitar distorções no Sistema e-Gestão da CGJT. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000456-17.2016.5.05.0036, 0000674-79.2015.5.05.0036, 0000300-63.2015.5.05.0036, 0000940-32.2016.5.05.0036, 0000206-18.2015.5.05.0036 e 0000990-92.2015.5.05.0036;

12) os calculistas devem utilizar o PJe-Calc, na forma estabelecida pela Norma do CSJT.

XIV – AUDIÊNCIAS/RECLAMAÇÕES

A Exmª. Vice-Corregedora designou a data de 06/09/2019, no turno matutino, para realização de audiência com as Magistradas, Servidores, Advogados, Partes e Interessados, a fim de tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços jurisdicionais da 36ª Vara do Trabalho de Salvador, os quais, entretanto, não compareceram.

XV – DETERMINAÇÕES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Algumas situações detectadas na Unidade reclamam correção, fazendo-se necessário, também, o estabelecimento de prazos às respectivas finalidades de cumprimento. Considerando as justificativas apresentadas pelo Diretor da Unidade com relação a deficiência de servidores habilitados para a atividade de calculista, bem como a iminente lotação de servidor para a referida função, resolveu a Exmª. Vice-Corregedora Regional:

1. Conceder o **prazo de 120 (cento e vinte) dias para a regularizar a situação dos processos pendentes para elaboração/conferência de cálculos, principalmente aqueles 123 (cento e vinte e três) processos** que estão nessa situação, (ANEXO I), há mais de 40 (quarenta) dias úteis, observando a ordem cronológica da disponibilidade dos processos para a atividade correlata.

Os prazos ora fixados **serão contados em dias corridos**, considerando sua natureza administrativa, a partir da publicação desta Ata, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, e a Vice-Corregedoria deverá ser informada quando do cumprimento das determinações acima através do **Proad n.º 6926/2019**.

XVI – DETERMINAÇÕES PARA A SECRETARIA DA VICE-CORREGEDORIA

Dê-se ciência à Presidência e à Corregedoria deste Tribunal, através do **Proad n.º 6926/2019**.

XVII – ENCERRAMENTO

Ao término dos trabalhos correccionais, foi realizada uma reunião com a participação da Exmª. Juíza Titular Lucyenne Amélia de Quadros Veiga, da Exmª. Juíza Substituta Designada Drª. Viviane Christine Martins Ferreira Habib, o Diretor de Secretaria, Cláudio Virgil de Senna. Estiveram presentes, além da Equipe da Vice-Corregedoria, os seguintes Servidores da Vara: Alexandre Vicente Borges, Emanuele Auxiliante Santana Teixeira Casal, Erika Santos Sampaio, Juliana Rossi Rey, Mariana Andrade Monteiro Oliveira, Mario Orlando Gomes Souza e Silva, Rebeca Fontes de Oliveira, Renata Passos Pitangueira e estagiária Vanessa da Silva Bomfim. A Exmª. Vice-Corregedora Regional deu início à reunião agradecendo o acolhimento que lhe foi dispensado e à sua Equipe, bem como pela colaboração de todos nas atividades correccionais. Em seguida,

a Vice-Corregedora recomendou a leitura atenta, por parte das Juízas e de todos os Servidores, do quanto registrado nesta Ata, inclusive quanto ao cumprimento das determinações e observância às recomendações. Franqueada a palavra, a Juíza Titular, após os cumprimentos de estilo, parabenizou os servidores pela qualidade dos serviços desempenhados na Secretaria, sob o comando do Diretor e do seu Assistente. Comprometeu-se a envidar esforços para solucionar os problemas detectados pela correição, registrando que já existem um plano de ação para solucionar o passivo de processos com pendências nos cálculos e que, providenciando, igualmente, uma saída para diminuir o interstício das audiências de processos submetidos ao rito sumariíssimo. A Juíza Substituta Designada, por sua vez, agradeceu aos servidores pela dedicação e empenho no cumprimento das suas atividades profissionais, parabenizando a todos pelos resultados alcançados. Destacou, ainda, que o elástico interstício das audiências relativas aos processos submetidos ao rito sumariíssimo, se dá pela elevação desse tipo de ação, após a Reforma Trabalhista. No entanto, ratificou o compromisso feito pela Juíza Titular de buscarem ajustar esse prazo, conferindo celeridade à tramitação processual. O Diretor da Unidade agradeceu à Equipe de Correição pela forma como conduziu os trabalhos correicionais, pelos ensinamentos colhidos no período. Agradeceu a equipe de servidores pelo comprometimento e dedicação diário as atividades jurisdicionais. O Chefe de Gabinete, José Antônio Mello de Uzêda, agradeceu a recepção que foi dispensada à Equipe de correição, parabenizou os servidores pela qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria da Vara e estimulou todos a continuarem se empenhando na prestação das atividades jurisdicionais, a fim de manter e, se possível, melhorar o padrão dos serviços prestados. Nada mais havendo a ser registrado, Sua Excelência determinou o encerramento dos trabalhos correicionais no dia 06 de setembro de 2019, agradecendo a presença e a colaboração de todos. E, para constar, eu, Daniela Pinheiro Bahiense, Assessora Chefe, lavrei a presente Ata, que depois de lida vai assinada por mim, pela Exmª. Desembargadora do Trabalho, Vice-Corregedora Regional da Justiça do Trabalho da Quinta Região, pela Exmª. Juíza Substituta Designada e pelo Diretor de Secretaria da Vara. Entregue, neste momento, cópia da Ata para ciência a todos os servidores e para cumprimento das determinações e recomendações aqui contidas. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARIZETE MENEZES CORRÊA

Desembargadora do Trabalho Vice-Corregedora Regional

LUCYENNE AMÉLIA DE QUADROS VEIGA

Juíza Titular

DANIELA PINHEIRO BAHIENSE

Assessora Chefe

CLÁUDIO VIRGIL DE SENNA

Diretor de Secretaria

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI
PROAD Nº 6925/2019**

**Correição Ordinária realizada no período de 27 a 29
de agosto de 2019.**

Em 27 de agosto de 2019 a Exmª. Vice-Corregedora Regional, Desembargadora do Trabalho **MARIZETE MENEZES CORRÊA**, instalou a Correição Ordinária na 3ª Vara do Trabalho de Camaçari, designada conforme Edital n.º 03/2019, divulgado no Diário de Justiça Eletrônico, Ano 11, nº 2.762, em 29/05/2019. A equipe da Vice-Corregedoria Regional esteve composta dos seguintes servidores: **Adriana de Carvalho Luz**, Assistente Administrativo 4, **Daniela Pinheiro Bahiense**, Assessora Chefe, **Heliane Tinoco Andrade**, Chefe de Seção; **Jéferson Freitas da Silva**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança; **José Antônio Mello de Uzêda**, Chefe de Gabinete; **Manoel Messias de Carvalho**, Técnico Judiciário/Administrativa/Segurança e **Renata Oliveira dos Santos**, Assistente Administrativo.

Presentes a Exmª. Juíza Titular, Drª. Vivianne Tanure Mateus, o Diretor da Secretaria, Lázaro Cavalcante dos Santos, bem como os seguintes Servidores da Vara: Fernanda Maiara dos Santos Silva, Hildegath Dantas Von Czekus, Jamile Santana Moura, Juliana Coutinho Castelo Branco, Leilane Gama dos Santos, Lorena Ponce Pasini Campbell, Osvaldina Costa Manzini e Wilson Vieira de Souza Júnior.

A jurisdição da Unidade abrange o respectivo Município e os de Dias D'Ávila e Mata de São João.

Lei de Criação: n.º 7.729 de 16/01/1989

Data de Instalação: 02/02/1989

Data Instalação do PJe: 29/09/2014

Data última correição: 29, 30 e 31/10/2018

Acervo Físico/Acervo Total: 910 processos – 14,25%

Acervo PJe/Acervo Total: 5.476 processos – 85,75%

Faixa de Quantidade de Processos: 1.501 a 2.000

Após constatações feitas com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos deste TRT, dos dados estatísticos do Sistema e-Gestão, da Ferramenta BI – *Business Intelligence*, do Sistema e-Correição, dos dados fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Gestão Estratégica, bem como nos esclarecimentos prestados pela Vara do Trabalho, a Exmª. Vice-Corregedora Regional registrou as observações e recomendações constantes desta Ata.

Os dados estatísticos desta Ata foram coletados nos sistemas acima mencionados em 26/08/2019, referindo-se ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. As demais informações foram obtidas a partir da resposta do Diretor da Secretaria ao Questionário Pré-Correição encaminhado ao Núcleo de Correições em 26/08/2019 e das constatações decorrentes da inspeção processual e vistoria de papéis.

I – ESTRUTURA FUNCIONAL DA UNIDADE

1. JUÍZES

A Exmª. Juíza, Drª. Vivianne Tanure Mateus, exerce a titularidade da Vara desde 24/04/2015 e, de acordo com as informações cadastrais constantes no Sistema de Recursos Humanos deste TRT, reside na cidade de Salvador.

O Exmº. Juiz Substituto Dr. Alexei Malaquias de Almeida foi designado para atuar na Unidade em 24/02/2014.

Durante o período correicionado até o final dos trabalhos de correição não houve convocação de Magistrados para atuar na Unidade.

1.1. Afastamentos/Licenças (exceto Férias) no período correicionado:

ANO ANTERIOR:

JUIZ	QUANTIDADE DE DIAS
Vivianne Tanure Mateus	4
TOTAL	4

Do mês de janeiro de 2019 até o final dos trabalhos de correição não houve afastamentos e licenças, exceto férias de Magistrados.

2. SERVIDORES

2.1. Lotação

Verificou-se, com base na consulta dos dados cadastrais do Sistema de Recursos Humanos, que a Vara correicionada tem a lotação de **13 (treze)** servidores e, no período correicionado, a unidade teve alteração de **14 (catorze)** servidores, conforme quadro abaixo.

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NO TRT	LOTAÇÃO	
				INÍCIO	FIM
Carolina Machado de Carvalho	Analista Judiciário / Judiciária		11/05/2012	19/02/2019	
Cíntia Albuquerque Brando	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente Administrativo	09/11/2012	21/09/2015	06/03/2019

Dejanira Augusta da Silva Gonzaga Freitas	Analista Judiciário / Administrativa	Assistente Administrativo	18/11/1997	27/04/2015	21/01/2018
Fabiana da Ros	Cedido Por Outro Órgão	Assistente Administrativo 2	15/01/2015	15/01/2015	21/03/2018
Fernanda Maiara dos Santos Silva	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Juiz	26/05/2014	12/08/2014	
Hildegath Dantas Von Czekus	Cedido Por Outro Órgão	Assistente	02/04/2018	02/04/2018	
Jamile Santana Moura	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria	28/05/2013	04/10/2016	
José Raimundo da Silveira Costa	Técnico Judiciário / Administrativa		19/01/1993	25/10/2016	13/03/2018
Juliana Coutinho Castelo Branco	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente	15/09/2016	15/09/2016	
Laura Catarina Santana Carvalho	Analista Judiciário / Administrativa		03/05/2017	25/07/2018	
Lázaro Cavalcante dos Santos	Analista Judiciário / Judiciária	Diretor de Secretaria	21/09/2012	22/01/2018	
Leilane Gama dos Santos	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	24/04/2018	24/04/2018	
Lorena Ponce Pasini Campbell	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	06/12/2011	26/03/2012	
Osvaldina Costa Manzini	Cedido Por Outro Órgão	Assistente Administrativo 2	15/03/2017	15/03/2017	
Rodrigo de Araújo Lantyer Duarte	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	15/12/2016	05/02/2018	25/04/2018
Tiago César Fontes Wiltshire	Técnico Judiciário / Administrativa	Assistente de Juiz	13/03/2018	13/03/2018	
Valentina Batista Saraiva	Cedido Por Outro Órgão	Assistente Administrativo 2	16/08/2017	16/08/2017	13/05/2018
Vinícius Lantyer Oliveira Esquivel	Técnico Judiciário / Administrativa		09/06/2014	18/05/2015	08/02/2018
Wilson Vieira de Souza Júnior	Técnico Judiciário / Administrativa	Secretário de Audiência	19/09/2014	03/07/2018	
Zurishaddai Reimão Cardona	Técnico Judiciário / Administrativa	Calculista	07/08/2009	07/08/2009	

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

Observa-se que o quadro de lotação atual da unidade é adequado para o seu porte: 1.501 a 2.000 processos.

O Diretor de Secretaria informou que 01 (um) servidor exerce suas funções pelo Regime de Teletrabalho, atendendo às normas do Ato TRT5 N.º 298/2018, conforme os termos do PROAD n.º 4184/2019.

2.2. Afastamentos/Licenças (exceto férias)**ANO ANTERIOR:**

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Lázaro Cavalcante dos Santos	31
Cíntia Albuquerque Brando	14
TOTAL	45

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

ANO ATUAL:

SERVIDOR	QUANTIDADE DE DIAS
Laura Catarina Santana Carvalho	121
Carolina Machado de Carvalho	1
Lázaro Cavalcante dos Santos	6
TOTAL	128

(Fonte: TRT – Sistema de Recursos Humanos)

II – SITUAÇÃO PROCESSUAL – PRODUTIVIDADE DA VARA

Conforme dados extraídos do Sistema e-Gestão, durante o ano correccionado até a data de geração da presente Ata, a situação da movimentação processual da Vara inspecionada é a que se vê das tabelas constantes deste capítulo.

1. PROCESSOS RECEBIDOS E PRODUTIVIDADE DA VARA:

TIPO	SITUAÇÃO		2017	2018	2019
Conhecimento	Recebidos		1.604	938	556
	Solucionados	Com Exame de Mérito	655	792	504
		Sem Exame de Mérito	342	234	121
			Conciliados	391	418
	Percentual		86,53%	153,94%	156,47%
Liquidação	Conciliados		23	16	23
	Iniciada		830	416	269
Execução	Encerrada		466	898	547
	Conciliados		70	79	36
	Percentual		56,14%	215,87%	205,20%
Sentenças	Ilíquidas (total sentenças - líquidas)		542	667	434
	Líquidas		0	1	0
	Percentual		0%	0,15%	0%
	Cumpridas		103	1	1
Cartas	Não Cumpridas		106	108	33
	Percentual		49,28%	0,92%	2,94%

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.1. Processos em Andamento:

Sistema: LEGADO

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1	0,15
	Aguardando encerramento da instrução	13	4,09
	Aguardando prolação de sentença	1	1,60
	Aguardando cumprimento de acordo	27	34,16
	Solucionados	0	0
	Pendentes de finalização	291	172,55
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	0	0,09
	Pendentes de finalização	51	41,28
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	403	404,52
	Encerrados pendentes de finalização na fase	0	0,49
	Pendentes de finalização	568	520,31
	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	3	5,59
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	105	76,84
	TOTAL	1.463	1.261,67

(Fonte: e-Gestão e BI)

Sistema: PJe

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	310	223,33
	Aguardando encerramento da instrução	510	231,47
	Aguardando prolação de sentença	32	144,45
	Aguardando cumprimento de acordo	248	178,11
	Solucionados pendentes de finalização na fase	0	0
	Pendentes de finalização	2.349	1.852,73
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação de cálculos	0	0
	Liquidados pendentes de finalização na fase	1	0,66
	Pendentes de finalização	762	268,90
	Pendente de extinção da execução	2.149	1.044,65

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉDIA TRT
EXECUÇÃO	Encerrados pendentes de finalização na fase	1	1,91
	Pendentes de finalização	2.364	1.311,39
	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	89	44,72
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	213	199,65
	TOTAL	9.028	5.501,95

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.2. Incidentes Processuais e Embargos de Declaração:

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
	01/01/2018 a 31/12/2018		Atual
Embargos de Declaração	443	434	0
Exceções de Incompetência	17	52	0
Antecipações de Tutela	114	113	0
Impugnações à Sentença de Liquidação	32	58	0
Embargos à Execução	164	222	0
Embargos à Arrematação	0	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	29	0
TOTAIS	773	910	0

(Fonte: e-Gestão e BI)

1.3. Recursos:

Período de apuração: 01/01/2018 a 31/12/2018

TIPO	NOVOS	ADMITIDOS	NÃO ADMITIDOS
Recurso Ordinário	642	503	9
Recurso Adesivo	55	37	0
Agravo de Petição	82	91	4
Agravo de Instrumento	6	6	Sem Informação
TOTAIS	785	637	13

(Fonte: e-Gestão e BI)

2. PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO (em dias)

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
Prolação da Sentença na fase	Rito Sumaríssimo	156,71	101,34	76,67

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017	2018	2019
de Cognição	Exceto Rito Sumaríssimo	317,13	413,61	478,75
Encerramento da	Rito Sumaríssimo	1.007,15	949,64	599,86
Liquidação	Exceto Rito Sumaríssimo	1.169,83	1.156,19	1.072,01
	Rito Sumaríssimo	2.804,78	3.089,76	4.549,81
Extinção da Execução	Demais Ritos (Entes Privados)	2.867,85	3.273,02	3.731,91
	Demais Ritos (Entes Públicos)	2.504,19	2.485,04	3.289,11

(Fonte: e-Gestão)

3. PAUTAS DE AUDIÊNCIAS

Consoante informado no Questionário Pré-Correção, a pauta da unidade mantém, em média, a seguinte estrutura:

JUIZA TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	Una	Inicial	Instrução	Conciliação	Intervalo entre as audiências	Total
Segunda	Manhã		6	6	2 a 4	5 a 10 min	12 a 18
	Tarde						
Terça	Manhã	4		6	2 a 4	5 a 10 min	12 a 18
	Tarde						
Quarta	Manhã	4		6	2 a 4	5 a 10 min	12 a 18
	Tarde						
Quinta	Manhã		6	6	2 a 4	5 a 10 min	12 a 18
	Tarde						
Sexta	Manhã						
	Tarde						

Foi informado pelo Diretor da Unidade que até o dia da elaboração das respostas ao Questionário Pré-Correção, 26/08/2019, as audiências estavam sendo designadas para as datas abaixo indicadas.

JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

TIPO	AUDIÊNCIAS INAUGURAIS DE AÇÕES DISTRIBUÍDAS NESTA DATA E AUDIÊNCIAS ADIADAS, HOJE, FORAM DESIGNADAS PARA QUANDO?	REALIZADA NESTA DATA FORA DESIGNADAS HÁ QUANTOS DIAS?
INICIAIS/ Ord	11/09/2019	23 dias corridos
INICIAIS/ Sum		
UNAS/ Ord		
UNAS/Sum	15/10/2019	47 dias corridos

INSTRUÇÕES/ Ord	17/12/2019	196 dias corridos
INSTRUÇÕES/ Sum		
CONCILIAÇÃO	** Obs.1	12 dias corridos

**** Obs.1- A designação de audiência de conciliação é flexível, haja vista que a prática da Vara é, em havendo solicitação até no mesmo dia, estando as partes e advogados presentes, designa-se para o mesmo dia, ou para o dia seguinte ou semana seguinte, podendo levar até 15 dias, após despachada a petição que solicitou a inclusão em pauta para conciliação.**

3.1 Prazos Médios para Realização de Audiências*

DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ		2017		2018		2019	
		VT	TRT	VT	TRT	VT	TRT
Realização da 1ª	Rito Sumaríssimo	106,12	80,13	72,98	83,15	44,75	78,71
Audiência	Exceto Rito Sumaríssimo	135,72	105,34	158,96	121,00	48,30	77,35
Encerramento da	Rito Sumaríssimo	163,51	138,15	95,64	105,42	76,35	117,09
Instrução	Exceto Rito Sumaríssimo	319,62	272,91	413,60	324,85	479,90	328,26

(Fonte: Sistema e-Gestão).

(*) Os prazos médios consideram o número de dias decorridos entre as datas dos eventos – inicial e final – independente dos períodos de suspensão do expediente, cadastrados nos sistemas SAMP e PJ-e, inclusive do recesso forense.

Verifica-se que os prazos **não obedecem** ao previsto no art. 74, § 2º, do Provimento CR nº 04/2012, tendo o Diretor de Secretaria justificado tal situação: “em virtude do atual acervo desta Unidade e da complexidade das causas, as pautas se tornam pesadas. Acrescente-se ainda que o número de instruções e sumaríssimos colocados em pauta já demandam audiências cuja duração ultrapassa o limite legal, ocasionando pautas extensas.”.

A Exmª. Vice- Corregedora Regional recomendou que os Juízes encontrem solução razoável no sentido de reduzir os interstícios dos adiamentos das audiências, conforme artigo 74, §§ 2º e 3º, da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional – Provimento CR nº 04/2012.

3.2 Informações Sobre a Organização da Pauta

Ainda sobre a Pauta, o Diretor informou que:

a) a Unidade mantém Salas de Audiências configuradas para designação automática de audiência em todos os processos distribuídos, aptos à inclusão em pauta;

b) os Juízes se abstêm de realizar audiência inicial nas reclamações trabalhistas em que seja reclamado ente da Fazenda Pública, ou faculta a este seu comparecimento à sessão inaugural em casos de litisconsórcio com entes de Direito Privado, conforme recomendação CR nº 003/2017;

c) as reclamações que demandam perícia são mantidas fora de pauta;

d) nas ações com pedido de realização de prova pericial, a prova oral não é colhida em audiência antes da realização da prova técnica;

e) em relação ao pedido de homologação do acordo previsto no art. 855-B da CLT, o Juízo adota o seguinte procedimento: “Faz-se uma análise prévia da petição de acordo e via de regra, inclui-se em pauta em horário extra para as semanas seguintes, se entender necessário e, preenchidos os requisitos, profere-se a sentença homologatória.”.

4. PROCESSOS PENDENTES DE DESPACHO/CUMPRIMENTO DETERMINAÇÕES:

Segundo informações constantes do Questionário Pré-Correção, até 26/08/2019 existiam:

a) **539 (quinhentos e trinta e nove) processos pendentes para elaboração de despacho, datando o mais antigo de 28/05/2019;**

b) **1.506 (mil quinhentos e seis) processos pendentes de cumprimento**

de despachos ou outras determinações judiciais, datando o mais antigo de 20/05/2019. Sobre tais números, o Diretor registrou que; “duas servidoras da Secretaria entraram em licença gestante/maternidade no ano de 2019. Tal fato demandou um remanejamento da servidora do cumprimento para a função de 2ª Secretária de Audiência, gerando reflexos na Carteira de cumprimentos, que ficou com duas servidoras a menos.”.

c) 54 (cinquenta e quatro) processos pendentes de elaboração de cálculos, datando o mais antigo de 18/07/2019, sendo que todos estavam há menos de 40 dias úteis com os calculistas do Juízo. O Diretor registrou que os calculistas não utilizam o PJe-Calc na forma estabelecida pela norma do CSJT, justificando tal realidade nos seguintes termos: “A quantidade de processos encaminhados ao Setor de cálculos não viabilizou a utilização e a adequação a nova ferramenta, que por ser mais lenta atrasaria o cumprimento da tarefa, já que havia historicamente um represamento nesta tarefa.”.

Consta, ainda, do Questionário Pré-Correição que o Gestor da Unidade consulta e confere, periodicamente, os relatórios fornecidos pelo Sistema BI e do e-Gestão (Resumo/Espelho/Gerencial). Destacou, também, que os servidores da Unidade utilizam as abas específicas disponibilizadas para as Varas no BI, “Principalmente o Diretor, Assistentes de Juízes e Secretários de audiência.”.

Nesse sentido, noticiou o Diretor que distribui a demanda de serviços, quanto ao cumprimento das determinações judiciais, da seguinte forma:

“Ações Implementadas quanto à distribuição de tarefas:

a) Elevado para 3(três) o número de servidores que realiza pagamentos diversos.

Objetivo: aumentar a velocidade na liberação de crédito.

b) O atendimento ao balcão passou a ser realizado por apenas uma servidora, que em função da redução da demanda presencial pela redução da distribuição de ações, bem como pela melhoria no tempo de resposta ao jurisdicionado implementado pela Vara, houve a possibilidade desta servidora também ficar responsável pelo protocolo da Vara, além da validação dos depósitos, publicação da notificações e atualmente tem ajudado nos pagamento de acordo nas horas vagas.

Objetivo: Evitar a interrupção nos cumprimentos provocada pelo rodízio no balcão, o que favoreceu diretamente na celeridade.

c) Elevado para 4 (quatro) o número de servidores responsáveis pelos cumprimentos, já que foi excluída a carteira exclusiva de pagamento.

d) Os cumprimentos dos processos físicos e eletrônicos foram divididos por 4 (quatro) servidores.

Objetivo: dar maior velocidade no andamento dos processos físicos, os quais, impactam substancialmente na redução do acervo da Vara.

e) Retirada a atribuição de BACENJUD, antes exclusiva da calculista da Vara, e atribuída ao Setor do cumprimento. Atualmente os processos são registrados por todos os servidores no Sistema automático de bloqueio - SABB e o Diretor dá o comando para minutar as ordens semanalmente.

f) Mandados de citação para pagamentos passaram a ser subscritos pelo Diretor, “de ordem” em vez de serem apenas assinados pelos magistrados, o que contribui para o aumento da celeridade na fase de execução.”.

Relativamente à tarefa de minutar os despachos, sua divisão dá-se assim: “Três (03) pessoas apenas minutam os despachos ordinários de PJe e físicos (Diretor, Diretora-Adjunta e a Segunda Calculista) – A Vara ainda não adotou o e-despacho.”.

Além disso, segundo o relato do Questionário Pré-Correição, quanto ao cumprimento das determinações judiciais e os prazos administrativos, “São utilizados os relatórios do BI, exportando-se para o Excel e ali por meio de filtros de tarefas e situações gera-se listas por servidor.”.

Também adota como método de gestão os seguintes procedimentos:

“1. Por meio do Escaninho, utilizamos os filtros para identificar petições com situações específicas, a exemplo das petições de acordo, com recursos ordinários, com contrarrazões, etc o que nos permite trabalhar em lote para cada situação, observando-se as mais antigas.

2. Por meio do Painel Global identificamos os agrupamentos de tarefas com maior acúmulo de processos, e classificando por ordem dos mais antigos – coluna “desde”.

3. Sinalizações/observações/lembretes em processos com situações específicas inclusive por meio do GIGS, por exemplo: IDPJ, Certidão de crédito etc. Obs.: com a nova versão está havendo uma nova adaptação dos servidores à ferramenta.”.

A Vara prioriza os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento (ou garantia da execução), a fim de acelerar a execução, na hipótese de não terem sido quitados, assim procedendo: “Nos processos físicos, foram criados escaninhos específicos para pagamento. Nos eletrônicos, por enquanto, se utiliza subcaixas por nome de servidor, e ali são cumpridos os mais antigos.”.

A Unidade prioriza os atos processuais referentes aos processos com créditos a serem liberados.

As questões urgentes, no PJe, são controladas e identificadas por meio dos filtros/alertas e por meio do GIGS. “Nos físicos foram criados escaninhos “Conclusos Urgentes”, “Acordos”, “Recursos” e “Baixados_Julgados_TRT/TST”

Nos processos do PJe o escaninho já oferece um bom filtro, por tipo de petição, e por data.”.

Existiam 293 (duzentos e noventa e três) processos sem tramitação efetiva há mais de 90 (noventa) dias (considerando o SAMP e o PJe). Questionado sobre o motivo, o Diretor informou que: “Sim existem, em virtude do atual acervo desta Unidade e o volume dos processos para despachos e cumprimentos frente às alterações do contingente de Servidores da Unidade.”.

III – ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE - PRODUTIVIDADE – PRAZOS MÉDIOS PARA JULGAMENTO

1. ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS DA UNIDADE

Conforme dados constantes do Questionário Pré-Correição, a Exmª. Juíza Titular, Drª. Vivianne Tanure Mateus, comparece à Unidade às segundas e terças-feiras, e o Exmº. Juiz Substituto Designado, Dr. Alexei Malaquias de Almeida o faz às quartas e quintas-feiras. Ademais, “Em algumas sextas-feiras se alternam para comparecer a Vara para despachar com os servidores, ou realizar audiência quando necessário.”.

2.PRODUTIVIDADE

JUÍZA TITULAR: VIVIANNE TANURE MATEUS

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	169	191	114
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	260	251	176
Extintos com resolução de mérito	2	0	2
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	10	16	19
Arquivamento	58	46	15
Desistência	44	37	15
Outras decisões sem resolução de mérito	30	8	13
TOTAL	573	549	354
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	0	1	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

JUIZ SUBSTITUTO: ALEXEI MALAQUIAS DE ALMEIDA

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
COM EXAME DO MÉRITO			
Conciliações	222	227	106
Procedentes, Procedentes em Parte ou Improcedentes	376	513	239

PRODUTIVIDADE	2017	2018	2019
Extintos com resolução de mérito	9	26	9
Outras decisões com resolução de mérito	0	0	0
SEM EXAME DO MÉRITO			
Extintos sem resolução de mérito	14	15	8
Arquivamento	85	65	18
Desistência	53	22	17
Outras decisões sem resolução de mérito	48	25	2
TOTAL	807	893	399
Destaque: Processos com Sentença Líquida Proferida	0	0	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

2.1. Processos Concluídos para Prolação de Sentença:

Cabe ressaltar que a listagem de processos concluídos aos magistrados, fornecida pelo Diretor de Secretaria, foi confrontada com os dados informados pelo Sistema e-Gestão e por aqueles registrados nas tarefas do Sistema PJe. Assim sendo, apurou-se que:

1) A Exm^a. Juíza Titular, Dr^a. Viviane Tanure Mateus, possui **30 (trinta)** processos concluídos para julgamento, sendo **12 (doze)** na fase de conhecimento, **01 (hum)** liquidação, **09 (nove)** execução e **08 (oito)** embargos de declaração. Do total informado, **05 (cinco)** estão com prazo vencido.

2) O Exm^o. Juiz Substituto, Dr. Alexei Malaquias de Almeida, possui **30 (trinta)** processos concluídos para julgamento, sendo **23 (vinte e três)** na fase de conhecimento, **01 (hum)** liquidação, **05 (cinco)** execução e **01 (hum)** embargos de declaração, todos dentro do prazo.

3) A Exma. Juíza Removida, Dr^a. Marília Sacramento, possui **01 (hum)** processo concluído para julgamento, na fase de conhecimento, dentro do prazo.

3. PRAZO MÉDIO PARA JULGAMENTO

JUÍZA TITULAR: VIVIANNE TANURE MATEUS

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	14	30	24
Prazo Médio	1,29	7,03	2,75
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	286	269	178
Prazo Médio	4,20	4,69	4,79
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	106	101	54
Prazo Médio	14,77	22,58	13,67
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	71	86	32
Prazo Médio	11,89	10,41	13,03
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	1	0	0
Prazo Médio	1	0	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: A Exm^a. Juíza, Dra. Vivianne Tanure Mateus, exerce a titularidade da Vara desde 24/04/2015.

JUIZ SUBSTITUTO: ALEXEI MALAQUIAS DE ALMEIDA

PRAZOS MÉDIOS A PARTIR DA CONCLUSÃO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA	2017	2018	2019
Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	36	82	27
Prazo Médio	5,86	9,71	8,19
Exceto Rito Sumaríssimo			
Nº de Processos	436	517	251
Prazo Médio	12,19	13,29	12,15
Julgamento de Embargos de Declaração			
Nº de Processos	253	265	188
Prazo Médio	24,34	24,69	15,83
Julgamento de Embargos à Execução			
Nº de Processos	96	89	32
Prazo Médio	25,05	27,99	38
Julgamento de Embargos de Terceiros			
Nº de Processos	3	0	1
Prazo Médio	14,33	0	0

(Fonte: Sistema e-Gestão)

Obs.: O Exm^o. Juiz Substituto, Dr. Alexei Malaquias de Almeida, foi designado para atuar na Unidade em 24/02/2014.

Segundo informado pelo Diretor, a Secretaria encaminha o processo para a tarefa "minutar sentença" (PJe) ou tramita "autos conclusos para julgamento" (Legado) imediatamente após encerrada a instrução processual, quando na fase de conhecimento e, nos casos de incidentes da execução, assim que os feitos se tornam aptos a julgamento.

IV – ASPECTOS DE INSPEÇÃO OBRIGATÓRIA CONFORME CORREGEDORIA GERAL JUSTIÇA DO TRABALHO

Nos termos do art. 26 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho – CPGJT, registram-se as seguintes informações prestadas pelo Diretor:

a) há pronunciamento explícito acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos;

b) há o exaurimento das iniciativas do Juízo objetivando tornar exitosa a execução, mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD, CCS, CNIB e aplicação subsidiária dos artigos 772 a 777 do CPC. "Não se utiliza nesta Unidade o convênio SIMBA, dada a complexidade dos dados coletados, e pelo fato de aproveitamento dos dados extraídos de outros convênios para auxiliar nas diligências necessárias aos atos executórios.";

c) há o registro fidedigno, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao Juiz para julgamento;

d) em caso de valor incontroverso, o Juízo não ordena, seja de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior, "(...), uma vez que não houve ainda discussão das contas ou o trânsito em julgado da decisão.";

e) há inclusão, em pauta, de processos na fase de execução, para tentativa de conciliação;

f) o Juízo adota o rito previsto no novo CPC, quanto à desconsideração da personalidade jurídica de empresas e o incidente é processado nos

próprios autos. No entanto, “Existem alguns IDPJ em autos apartados em tramitação na Unidade, mas que foram autuados anteriormente à determinação para que se tramitasse nos próprios autos pela Corregedoria desta Regional.”;

g) a Unidade realiza os registros necessários, pelo Lançador de Movimentos do PJe, principalmente para retificação do “Tipo de documento”, com a finalidade de dar baixa nos recursos/incidentes.

Destaque-se que os aspectos relacionados à assiduidade dos magistrados, pauta de audiências e principais prazos já foram anteriormente registrados nesta ata.

V – OUVIDORIA

Segundo informações da Coordenadoria da Ouvidoria, existe um relato envolvendo processos da Unidade, a saber:

“1) Informamos que, no momento, existe um relato encaminhado à Secretaria da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari:

Relato nº 57510 – encaminhado em 15/08/19 - Prazo para resposta: 22/08/19, situação: vencido

“Demora no processo - Bom sou parte em um processo trabalhista, número antigo 01318, ano 2007, vara 133, e o processo tem dois meses parado, somente para liberar o dinheiro, tem anos no aguardo e agora saiu a liberação do resto do valor e estou pedindo que dêem preferência pq tem muito tempo no aguardo, falo com meu advogado ele diz que é com vcs, aí fica complicado pq basta o juiz assinar e acaba isso.”.

Durante os trabalhos da correição presencial, o processo supra indicado teve andamento regular, aguardando assinatura da magistrada na minuta de despacho.

VI – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em resposta ao Questionário Pré-Correição o Diretor informou o seguinte:

a) a Vara continua migrando processos do legado para a CCLE, sempre que se torna apto para migração;

b) não há certificação da suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência, exceto “numa situação específica, em que o processo que ficou preso na tarefa de “remessa para julgamento em 2ª Instância”;

c) há realização de intimações eletrônicas de Órgãos Públicos e das grandes empresas que assim consentiram, visando a otimização dos trabalhos da Secretaria;

d) o arquivo provisório conta com inspeção periódica, datando a última de 08 a 10/04/2019; oportunidade na qual “foi realizada inspeção em 300 processos físicos que estavam no Arquivo Provisório da Vara, resultando no pronunciamento da prescrição intercorrente em 215 processos.”;

e) o arquivamento definitivo dos autos é precedido de vistoria;

f) é assegurada a pausa laboral de 10 minutos a cada 50 minutos trabalhados (não deduzidos da jornada de trabalho) para Servidores e Magistrados que executam atividades repetitivas (Portaria TRT5 1904/2008);

g) quando qualquer das partes tem crédito remanescente a receber, mas não comparece à Secretaria, é realizada uma pesquisa no BACENJUD a respeito da existência de conta em seu nome, para posterior depósito do valor em sua conta-corrente, possibilitando, assim, o arquivamento definitivo do processo;

h) não há Portaria instituindo Grupo de Avaliação de Documentos, (n.º 01/2018) nos moldes do Art. 4º da Resolução Administrativa N.º 016/2004 (NR pela RA 064/2004);

i) são utilizados os modelos padronizados de documentos para processos eletrônicos e físicos, a exemplo de precatórios e requisições de pequeno valor;

j) o Gestor da Unidade utiliza o IGEST Regional como ferramenta de gerenciamento do acervo de processos e produtividade da Vara;

k) foi divulgado para os Servidores da Unidade a existência da plataforma Wiki-JT e das pastas “Manuais de Procedimento e Manuais de Sistemas”, sendo que tais ferramentas são utilizadas por aqueles, bem como pelo Gestor da Unidade.

VII – METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO TRT5

1. JULGAMENTO DOS PROCESSOS ANTIGOS (CELERIDADE PROCESSUAL):

1. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2009 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2006: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

2. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2010 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2007: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

3. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2011 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2008: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

4. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2012 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2009: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

5. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2013 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2010: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

6. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2014 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2011: **Cumprida**, sem processos pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

7. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2015 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2012 e 2013: A Vara, até o momento, julgou 99,81% dos processos distribuídos em 2012, constando 3 (três) processos pendentes no ‘processômetro’; e julgou 99,46% dos processos distribuídos em 2013, constando 8 (oito) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

8. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2016 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2014: A Vara, até o momento, julgou 99,51% dos processos distribuídos em 2014, constando 7 (sete) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

9. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2017 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2015: A Vara, até o momento, julgou 98,34% dos processos distribuídos em 2015, constando 25 (vinte e cinco) processos pendentes no ‘processômetro’, restando **cumprida** a meta.

10. Meta do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional - PEI de 2018 - julgar 98% dos processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) em 2016: A Vara, até o momento, julgou 96,34% dos processos distribuídos em 2016, constando 58 (cinquenta e oito) processo(s) pendente(s) no ‘processômetro’, restando **não cumprida** a meta.

Foram **cumpridas** as Metas do Indicador nº 2.4 do Planejamento Estratégico Institucional – PEI de 2009 a 2014, inexistindo processos distribuídos anteriormente a 2012 ainda pendentes de julgamento no ‘processômetro’.

A Exmª. Vice-Corregedora Regional parabenizou a Unidade pelas Metas já cumpridas, recomendando que fosse priorizado o andamento das ações ainda pendentes de julgamento, ajuizadas entre os anos de 2012 e 2017, registradas no “processômetro”, no total de 262 (duzentos e sessenta e duas). Neste passo, registra a necessidade de especial atenção aos seguintes processos, que já se encontram conclusos para julgamento:

0000447-89.2015.5.05.0133 ATOrd	0000750-35.2017.5.05.0133 ATOrd
0000534-48.2015.5.05.0132 ATOrd	0000907-08.2017.5.05.0133 ATOrd
0000913-83.2015.5.05.0133 ATOrd	0001335-90.2017.5.05.0132 ATOrd
0000978-78.2015.5.05.0133 ATOrd	0001506-44.2017.5.05.0133 ATOrd
0000117-58.2016.5.05.0133 ATOrd	0001598-22.2017.5.05.0133 ATOrd

2. DAS METAS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRT5

Metas relativas a 2018 (metas aprovadas no TRT5 em 19/12/2014):

a) Meta do Indicador 2.2 – Reduzir o prazo médio de duração da fase de conhecimento do processo na 1ª instância, no ano de 2018, em 4% em relação ao ano base 2016 (quando tal prazo foi de 253,81 dias) - No ano em questão, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, observa-se que a Vara obteve um prazo médio de 361,87 dias, apresentando um aumento de 42,58%, **não atingindo a meta**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

b) Meta do Indicador 2.3 (Meta 1 CNJ) – Julgar o equivalente a 92% da quantidade de processos de conhecimento distribuídos no ano corrente. Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 152,618%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

c) Meta do Indicador 3.1 (Meta 3 CNJ) – Aumentar em 2 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de conhecimento, no ano de 2018, em relação ao biênio 2013/2014 (quando tal índice foi de 39,53%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 33,66%. **Meta não cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

d) Meta do Indicador 3.2 – Aumentar em 6 pontos percentuais o índice de conciliação na fase de execução, no ano em curso, em relação ao ano de 2013 (quando tal índice foi de 10,71%) - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 18,99%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

e) Meta do Indicador 4.1 (Meta 5 CNJ) – Baixar 92% do total de casos novos de execução do ano corrente - Em 2018, com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 647,53%. **Meta cumprida**. (Fonte: Sistema de Apoio à Gestão).

f) Meta do Indicador 2.5 (Meta 6 CNJ) – Identificar e julgar, até 31/12/2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015. Com a versão atual do extrator de dados estatísticos do PJe, a Vara atingiu o percentual de 102,04%. **Meta cumprida**.

3. ÍNDICE REGIONAL DE GESTÃO DO DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO – IGEST

O Índice Regional de Gestão do Desempenho da Justiça do Trabalho – IGEST, desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, é uma ferramenta que objetiva aprimorar a gestão das varas e contribuir para uma melhor efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível.

Para tanto, utiliza mesoindicadores, tais como **acervo, celeridade, produtividade, taxa de congestionamento e força de trabalho** adotados em consonância com os objetivos judiciais estabelecidos no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020, para aferir o desempenho de cada vara do trabalho, podendo ser possível contextualizar o desempenho de cada uma.

Neste passo, segundo o IGEST, dentre o grupo composto **exclusivamente pelas Varas do Interior da Bahia**, classificadas na faixa entre 1.500 a 2.000 processos, a Vara do Trabalho correicionada apresentou as notas ponderadas abaixo transcritas:

Faixa de Casos Novos: Abr/2014 a Mar/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
						Resultado
1501 a 2000	0,5872	0,5322	0,5227	0,6591	0,6000	0,5802

(Período de referência: 01/07/2018 até 30/06/2019)

VIII – INSPEÇÃO PROCESSUAL E VISTORIA DE PAPÉIS

Durante a correição presencial, foi examinado, por amostragem, um total de 166 (cento e sessenta e seis) processos, sendo 4 (quatro) de 2019, 27 (vinte e sete) de 2018, 20 (vinte) de 2017, 21 (vinte e um) de 2016, 18 (dezoito) de 2015, 17 (dezessete) de 2014, 13 (treze) de 2013, 11 (onze) de 2012, 11 (onze) de 2011, 6 (seis) de 2010, 4 (quatro) de 2009, 14 (catorze) de Outros anos.

Na vistoria de papéis foi analisada a listagem referente aos processos em carga, quando verificou-se que a Unidade, nem sempre observa os prazos e procedimentos relacionados à cobrança de autos, a exemplo do processo 0042500-37.2005.5.05.0133.

Na mesma ocasião, solicitaram-se providências em relação às **81 (oitenta e uma) ordens de bloqueio de crédito junto ao BacenJud sem a consequente determinação de transferência e/ou desbloqueio**, verificadas em consulta ao referido convênio. Segundo o Diretor o desbloqueio/transferência dos valores apreendidos ocorrem, em média, dentro de 48 (quarenta e oito). Entretanto, segundo informação do Diretor de Secretaria, esses bloqueios são cadastrados por meio do Sistema SABB, e os desbloqueios se dão automaticamente.”.

Em relação aos processos eletrônicos vistoriados, observou-se que:

a) o Escaninho “Petições não apreciadas” indicava a existência de **1.868 (mil oitocentos e sessenta e oito) petições não apreciadas**, dentre as quais **destacam-se 71 (setenta e uma) petições em processo com prioridade e 14 (catorze) petições em sigilo/segredo de justiça**;

b) o Escaninho “Documentos Internos” indicava a existência de **590 (quinhentos e noventa) documentos internos**, dentre os quais **02 (dois) documentos em processos com prioridade e 02 (dois) documentos em processos com sigilo/segredo**;

c) havia 16 (dezesseis) processos na tarefa **Triagem Inicial**;

d) havia 181 (cento e oitenta e um) processos na tarefa **Perícias**;

e) havia 591 (quinhentos e noventa e um) processos na tarefa **Prazos Vencidos**;

f) havia 391 (trezentos e noventa e um) processos na tarefa **Aguardando Audiência**.

IX – CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA UNIDADE

No Questionário Pré-Correição, o Diretor registrou a seguinte queixa em relação às instalações e equipamentos da Unidade, a saber: “Foi solicitado cadeira ergonômica para o Secretário de audiência, no entanto, foi negado sob a alegação de que seria apenas para magistrados”.

Não se verificou a existência de solicitações pendentes junto à Coordenadoria de Apoio às Unidades do Interior – CAUI, à Secretaria de Administração – S.A. e, tampouco perante a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC.

Entretanto, frisou o Diretor da Unidade que: “As demandas foram informadas à Administração do Fórum. A exemplo: do mofo nas paredes da Secretaria da Vara, das cortinas danificadas na Secretaria, já solicitado manutenção.”.

X – VALORES ARRECADADOS

NATUREZA	ARRECAÇÃO EM 2018
Custas Processuais	R\$ 296.151,21
Emolumentos	R\$ 0,00
Contribuição Previdenciária	R\$ 1.629.971,99
Imposto de Renda	R\$ 197.807,95
TOTAL	R\$ 2.123.931,15
Valores Pagos Decorrentes de Multas Aplicadas por Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	R\$ 0,00
Custas Processuais Dispensadas	R\$ 473.957,86

(Fonte: Sistema e-Gestão)

XI – BOAS PRÁTICAS

O Diretor da Vara apresentou as seguintes boas práticas:

“1. Diligenciar os processos com petições de Acordo – Triagem dos

processos de acordo, diligenciar junto às partes por telefone para que sanem pendências de requisitos básicos para homologação, ex. Procurações com poderes, ratificação do acordo pela outra parte.

2. Além do E-mail, utiliza-se o contato via telefone com os peritos visando maior efetividade na cobrança de laudo.

3. Frustrada a 1ª tentativa de notificação do reclamante, notifica-se o seu patrono para que confirme a ciência do autor acerca da audiência.

4. Divulgação das peças processuais juntadas nos processos físicos/SAMP reduzindo a necessidade das partes comparecerem ao balcão e de carga.

5. Identificação das tarefas com repesamento e implementação de ação intensiva no tratamento das situações, com utilização de Mutirões, a exemplo de mutirões para retirar prazo, para migração, pagamentos, recolhimentos, remanescentes e arquivamento.

6. Identificação de partes notificadas por edital com uso do alerta.

7. Notificação de advogado para receber alvará eletrônico, salientando ser desnecessário seu comparecimento à Vara.

8. Criação de banco de dados – cadastro de reclamadas cujas tentativas de notificações se deram frustradas em outros processos, imprimindo maior celeridade, pois viabiliza, de plano, notificá-la por edital.

9. Triagem das petições nos processos físicos com a categorização por situação ex.: cálculos, acordo, recursos e urgentes.

10 - CRIAÇÃO DE SUBPASTA NO DIRETÓRIO “G” COM PASSO A PASSO DAS PRINCIPAIS ROTINAS DA VARA: A exemplo de: Passo a passo conectividade social, procedimento de migração, transferência de valor para outro processo ou transferência bancária, orientações SERASA, hasta pública, liberação de honorários, procedimento para divulgar peça processual na internet - como fazer, cumprimentos no processo físico – SAMP, etc.

11 – Estabelecimento de canal de comunicação do Diretor com as partes e advogados.”

XII – DESPACHOS ESPECIAIS E VISTOS EM CORREIÇÃO COM REGISTRO EM ATA

Após as vistorias relatadas, foram exarados **5 (cinco) despachos especiais**, com “Visto em Correição” e específica menção de registro de ata, vazados nos seguintes termos:

Processo nº 0000370-75.2018.5.05.013

1. Visto em correição.

2. Da análise dos autos verifica-se que em 30/08/2018 foi exarada decisão admitindo o recurso interposto pelo Município de Mata de São João e determinando notificação ao recorrido, a qual foi expedida na mesma data.

3. O reclamante apresentou suas contrarrazões em 18/12/2018, e o PJe registrou que o prazo decorreu em 01/02/2019. Desde então, o feito permanece injustificadamente paralisado.

4. Situação idêntica, em que o feito se encontra sem cumprimento de ordem exarada há mais de 180 (cento e oitenta) dias, foi identificada no processo: 0000238-91.2013.5.05.0133.

5. Situação similar foi constatada no processo 0001184-97.2012.5.05.0133, com registro de carga à PFN/BA em 11/08/2019. Nele, após a solicitação da sua inclusão no relatório de cargas encaminhado à equipe da Vice-Corregedoria durante os trabalhos correicionais, foi elaborada minuta de despacho, dando conta do equívoco no registro da movimentação da carga à PFN/BA.

6. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art.5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos à apreciação da Exmª. Juíza Titular, para conhecimento da situação relatada e adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de fatos desta natureza.

Camaçari, 29 de Agosto de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

Processo Nº 0001411-77.2011.5.05.0133

1. Visto em correição.

2. Da análise dos autos e das informações do Sistema Acompanhamento Processual (SAMP), verifica-se que houve a baixa do precatório em diligência em 25/04/2017, nos termos da certidão de fl. 134v. Contudo, não houve adequação das inconsistências apontadas. Apenas foram praticados diversos atos ordinatórios no sentido de se aguardar o pagamento de precatório.

3. Decorridos mais de 2 (dois) anos, não houve diligência da Secretaria da Vara no sentido de obter informações sobre o andamento do precatório, providência que identificaria a falta de solução do problema apontado e a remessa dos documentos ao setor competente para autuação do processo requisitório, minimizando o prejuízo da parte credora.

4. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art.5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos à apreciação da Exmª. Juíza Titular, para conhecimento da situação relatada e adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de fatos desta natureza.

Camaçari, 29 de Agosto de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

Processo Nº 0121100-33.2009.5.05.0133

1. Visto em correição.

2. Depreende-se da análise dos autos e do sistema informatizado desde Regional, que, em 30/06/2017, houve a baixa de Agravo de Instrumento em Agravo de Petição do TRT, com as peças indicativas do julgamento daquele recurso.

3. Em 16/10/2018 foi praticado um ato ordinatório no sentido de que se aguardasse a “Baixa de AI TST”, estando o feito injustificavelmente paralisado desde então. Do exame dos autos, constata-se que há saldo remanescente para liberação à reclamada, e essa já havia requerido o levantamento do crédito desde 06/10/2017.

4. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art.5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos à apreciação da Exmª. Juíza Titular, para conhecimento da situação relatada e adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de fatos desta natureza.

Camaçari, 29 de Agosto de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

Processo Nº 0023800-71.2009.5.05.0133

1. Visto em correição.

2. Da análise do processo em epígrafe verifica-se que, em 13/11/2018 o Proad nº 13220/2018 foi encaminhado à 3ª Vara do Trabalho de Camaçari, para juntada de documentos essenciais para a apreciação da requisição de honorários provisionais, nos termos da certidão de fl. 743.

3. Ocorre que nenhuma providência foi adotada pela Unidade. Apenas houve a prática de um ato ordinatório no sentido de se aguardar a resposta do Proad, que está paralisado esperando pelo envio de documentos para análise da solicitação.

4. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art.5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos à apreciação da Exmª. Juíza Titular, para conhecimento da situação relatada e adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de fatos desta natureza.

Camaçari, 29 de Agosto de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

Processo nº 0118100-64.2005.5.05.0133

1. Visto em correição.

2. Na análise do Sistema PJe, observa-se que no início dos trabalhos correicionais existiam mais de 400 (quatrocentos) processos na tarefa "Conclusos ao magistrado", nas fases de conhecimento, liquidação e execução, sem o devido encaminhamento para as tarefas de "minutar" correspondentes, por um período demasiadamente longo, sendo os mais antigos de maio de 2019.

3. O processo em epígrafe ilustra o ocorrido, pois, desde 14/06/2019 estava apto ao julgamento da Impugnação à Sentença de Liquidação, a conclusão ao magistrado só foi efetivada em 26/08/2019, e no dia seguinte a sentença foi proferida.

4. Situação similar foi identificada nos processos: 0001436-86.2014.5.05.0018, 0001162-68.2014.5.05.0133, 0056100-57.2007.5.05.0133, 0116300-98.2005.5.05.0133, 0000219-80.2016.5.05.0133, 0000624-29.2010.5.05.0133, 0001236-88.2015.5.05.0133, 0001166-13.2011.5.05.0133, 0000200-89.2007.5.05.0133, 0000460-25.2014.5.05.0133, 0001347-14.2011.5.05.0133, 0001087-68.2010.5.05.0133, 0001010-49.2016.5.05.0133, 0001316-86.2014.5.05.0133, 00095000-41.2009.5.05.0133, 0001601-50.2012.5.05.0133, 0000673-65.2013.5.05.0133, 0000136-69.2013.5.05.0133, 0001185-82.2012.5.05.0133, 0001517-20.2010.5.05.0133, 0001725-96.2013.5.05.0133, 0048600-08.2005.5.05.0133, 0001196-48.2011.5.05.0133, 0001223-94.2012.5.05.0133, 0000488-56.2015.5.05.0133, 0000497-57.2011.5.05.0133, 0000460-25.2014.5.05.0133, 0001324-34.2012.5.05.0133, 0000298-30.2014.5.05.0133, 0000525-88.2012.5.05.0133, 0001813-71.2012.5.05.0133, 0000172-19.2010.5.05.0133, 0000608-36.2014.5.05.0133, 0001059-95.2013.5.05.0133, 0000723-86.2016.5.05.0133, 0000440-63.2016.5.05.0133 e 0000963-51.2011.5.05.0133.

5. Destaca-se que a ausência dos registros e movimentações pertinentes à especificação do tipo de conclusão impede a captura de dados pelos sistemas e-Gestão e B.I./e-Correição, comprometendo, inclusive, o controle do número de processos conclusos e a produtividade dos magistrados.

6. Considerando a necessidade de observância ao princípio da celeridade processual, constante no art.5º, LXXVIII, da Constituição Federal, bem como aos prazos para a prática de atos pelos servidores, estabelecidos no art. 228 do novo CPC, submetam-se os autos referidos à apreciação da Exmª. Juíza Titular, para conhecimento da situação relatada e adoção das providências cabíveis, inclusive que previnam a reincidência de fatos desta natureza.

Camaçari, 29 de Agosto de 2019.

MARIZETE MENEZES CORRÊA
Vice-Corregedora Regional

XIII – RECOMENDAÇÕES

A Exmª Vice-Corregedora Regional, após o exame das informações e dados da Unidade, formula as seguintes recomendações:

01) Em caso de valor incontroverso, ordenar, seja de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal em favor do credor, após a liquidação de sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior;

02) certificar a suspensão da tramitação do feito, no processo eletrônico, em razão de problemas técnicos (abertura de chamado), para conferir publicidade e transparência;

03) promover os necessários ajustes nas tramitações/movimentações dos processos, para regularizar os dados referentes à quantidade de feitos em andamento na Unidade e respectivas fases. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001610-46.2011.5.05.0133, 0000550-62.2016.5.05.0133, 0001162-68.2014.5.05.0133, 0001436-86.2014.5.05.0018, 0001028-36.2017.5.05.0133;

04) diligenciar a realização dos recolhimentos fiscais e previdenciários, e o devido registro no sistema informatizado, uma vez que a arrecadação da Unidade mantém-se desproporcional ao volume de processos em tramitação. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000491-11.2015.5.05.0133, 0112000-54.2009.5.05.0133; 05) regularizar o andamento dos processos que estão sem movimentação por um prazo superior a 60 (sessenta) dias, e evitar que esse tipo de

atraso volte a ocorrer. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001514-21.2017.5.05.0133, 0000531-22.2017.5.05.0133, 0000531-22.2017.5.05.0133, 0001014-52.2017.5.05.0133, 0000341-25.2018.5.05.0133, 0000914-39.2013.5.05.0133, 0000005-21.2018.5.05.0133, 0000014-80.2018.5.05.0133, 0000370-75.2018.5.05.0133, 0000531-22.2017.5.05.0133, 0001744-34.2015.5.05.0133, 0010424-42.2014.5.05.0133, 0000390-37.2016.5.05.0133, 0000307-21.2016.5.05.0133, 0100000-56.2008.5.05.0133, 0001644-50.2013.5.05.0133, 0001634-98.2016.5.05.0133, 0001211-41.2016.5.05.0133, 0000741-44.2015.5.05.0133, 0000585-90.2014.5.05.0133, 0000551-76.2018.5.05.0133, 0000561-23.2018.5.05.0133, 0000314-42.2018.5.05.0133, 0000832-32.2018.5.05.0133, 0000885-47.2017.5.05.0133, 0027300-87.2005.5.05.0133, 0001878-32.2013.5.05.0133, 0000506-48.2013.5.05.0133;

06) evitar demora na movimentação dos processos com prazos vencidos, tais como aqueles constantes na tarefa "Aguardando término de prazo", a fim de não comprometer o andamento do feito e o encerramento de cada fase processual. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000980-77.2017.5.05.0133;

07) cumprir as determinações judiciais dentro dos prazos previstos em lei, sobretudo no que se refere a liberação de valores e aos procedimentos deles dependentes. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000357-81.2015.5.05.0133, 0001589-70.2011.5.05.0133, 0062800-79.1989.5.05.0133, 0011800-06.1990.5.05.0133, 0141700-75.2009.5.05.0133;

08) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 01 (um) dia para conclusão dos autos aos magistrados. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001582-78.2011.5.05.0133, 0001530-09.2016.5.05.0133, 0001763-40.2015.5.05.0133, 0001586-47.2013.5.05.0133, 0095000-41.2009.5.05.0133, 0093900-61.2003.5.05.0133, 0001270-32.2010.5.05.0006;

09) observar o prazo do art. 228 do Novo CPC, de 05 (cinco) dias para cumprimento dos despachos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000288-88.2011.5.05.0133, 0141700-75.2009.5.05.0133, 0000611-23.2013.5.05.0133;

10) impulsionar os processos em que as parcelas de acordo foram quitadas, para efeito de cobrança ou dispensa dos encargos legais, e posterior arquivamento dos autos. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0001338-47.2014.5.05.0133;

11) realizar a triagem inicial e confeccionar a "Certidão de Triagem" em todos os processos novos, no prazo de até 15 dias da data de distribuição, para haja tempo suficiente para adoção de eventuais providências que se façam necessárias antes da audiência designada, conforme o Provimento Conjunto GP/GCR TRT5 nº 0005 de 16 e maio de 2014. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000053-77.2018.5.05.0133, 0000796-58.2016.5.05.0133;

12) observar o prazo de 48 horas para conclusão dos autos aos magistrados quando se tratar de PJe, e carga quando processo físico, para prolação de sentença. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000428-78.2018.05.0133, 0000741-39.2018.05.0133, 0001446-42.2015.05.0133, 0000408-34.2011.05.0133, 0000597-65.2018.05.0133, 0000641-84.2016.05.0133;

13) priorizar as intimações das partes para ciência das sentenças prolatadas. Exemplo de processo no qual a situação foi identificada: 0000037-29.2018.5.05.0132;

14) concluir aos Magistrados todos os processos aptos para julgamento, inclusive os que estiverem sob responsabilidade dos Assistentes de Juiz para análise, realizando adequado registro de tramitação (SAMP e E-SAMP) ou de movimentação (PJe), indicando que os autos estão conclusos para julgamento, com especificação do tipo de conclusão. A ausência desses registros impede a captura pelo sistema e-Gestão, comprometendo, inclusive, a produtividade dos magistrados. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0104900-82.2008.5.05.0133, 0000088-37.2018.5.05.0133, 0001345-68.2016.5.05.0133, 0000776-96.2018.5.05.0133, 0000471-20.2015.5.05.0133;

15) cumprir com presteza as determinações judiciais a serem realizadas com a utilização dos convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SERPRO. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000818-48.2018.5.05.0133, 0000494-58.2018.5.05.0133, 0000314-42.2018.5.05.0133, 0000390-37.2016.5.05.0133;

16) cumprir a integralidade das determinações judiciais, notadamente em casos de despachos de múltiplos itens, e quando não seja possível a constatação do cumprimento por documentos produzidos nos autos. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0001231-03.2014.5.05.0133, 0000614-72.2016.5.05.0133,

0000912-06.2012.5.05.0133, 0000741-44.2015.5.05.0133, 0000649-95.2017.5.05.0133, 000611-25.2013.5.05.0133, 0000832-32.2018.5.05.0133, 0000885-47.2017.5.05.0133, 0112000-54.2009.5.05.0133, 0141700-75.2009.5.05.0133;

17) não alterar o tipo das petições de impugnação de cálculos para “Impugnação à sentença de liquidação”, nem realizar a conclusão para julgamento, e sim para decisão geral, antes de, efetivamente, haver sido produzida nos autos a sentença de liquidação, observando-se a orientação constante do link “<https://extranet.trt5.jus.br/gestao>”, de 11/09/2018, a fim de evitar distorções no Sistema e-Gestão da CGJT. Exemplos de processos nos quais a situação foi identificada: 0000856-31.2016.5.05.0133, 0000061-59.2015.5.05.0133, 0001545-12.2015.5.05.0133, 0010293-67.2014.05.0133, 0001215-49.2014.05.0133, 0000591-29.2016.05.0133, 0010349-03.2014.05.0133.

XIV – AUDIÊNCIAS/RECLAMAÇÕES

A Exmª. Vice-Corregedora designou a data de 29/08/2019, no turno matutino, para realização de audiência com os Magistrados, Servidores, Advogados, Partes e Interessados, a fim de tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços jurisdicionais da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari.

Nesse sentido, esteve presente com a Vice-Corregedora os Bacharéis Lázaro Luis Brito da Rocha, OAB/BA n.º 26.803, Caíque Berbert, OAB/BA n.º 49.220, Antônio Brito, OAB/BA n.º 29.320-E, Cejas Guerreiro Vasconcelos, OAB/BA n.º 7.790, Paulo Cesar Sales, OAB/BA n.º 47.425, Paulo Nóvoa, OAB/BA n.º 25.292, bem como as Bacharelas Alessandra Moreira dos Santos, OAB/BA n.º 30.273, Vanusa Berbert, OAB/BA n.º 14.800 e Luzia Peres, OAB/BA n.º 20.608.

Na oportunidade, o principal pleito apresentado pelos advogados atuantes na jurisdição da 3ª Vara do Trabalho de Camaçari diz respeito ao quantitativo de servidores atuando na Unidade. Segundo registraram, o número de servidores tem se revelado baixo para o volume de processo em tramitação, impactando, por conseguinte, na celeridade da entrega da prestação jurisdicional, notadamente na fase de execução. Destacaram que, a despeito de todo o empenho do Diretor da Unidade, sempre solícito e eficiente, a marcha processual, via de regra, fica represada em alguma fase por causa da falta de recurso humano. Consignaram, também, que por força da Meta do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o qual exige que as sentenças sejam líquidas, notam que a fase de execução ficou prejudicada, pois os calculistas são demandados em dois momentos durante a marcha processual: na prolação da sentença e na execução propriamente dita. Tal cenário, caracteriza, inclusive, retrabalho por parte desses servidores e, quiçá dos calculistas do Segundo Grau de Jurisdição, onde, muitas vezes ocorre a reforma do julgado e das respectivas contas. Demonstraram, ainda, insatisfação com o tempo que leva para serem expedidos os alvarás para percepção do benefício do Seguro Desemprego e saque do FGTS + multa de 40%. Segundo, expuseram, o sistema da Justiça do Trabalho não permite a expedição simultânea dos alvarás, circunstância que causa demora na entrega dos créditos dos reclamantes. Sobre o pedido de aumento do número de servidores na Unidade, a Exmª. Desembargadora Vice-Corregedora registrou que, por força da restrição orçamentária a qual foi submetida a Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região não tem como realizar nomeação de novos servidores ou até mesmo a realização de concurso público para preenchimento das vagas existentes e daquelas que existirão por força de aposentadorias que vem sendo requeridas. No entanto, exortou os advogados presentes a sempre cobrarem dos servidores a célere entrega da prestação jurisdicional, contactarem a Ouvidoria e a Corregedoria para apresentarem suas reivindicações, pois as críticas fazem parte do processo de melhoria do serviço público. Nada mais havendo a ser registrado, a Vice-Corregedora colocou-se à disposição dos advogados, bem assim os servidores do Núcleo da Vice-Corregedoria para eventual necessidade, após agradecer a presença de todos nessa assentada e colaboração na melhoria da entrega da prestação jurisdicional, através das críticas construtivas e elogios, determinou o encerramento da sessão.

Posteriormente, na sequência, a Exmª. Vice-Corregedora reuniu-se com a Exmª. Juíza Titular Dr. Vivianne Tanure Mateus, bem assim com o Exmº. Juiz Substituto Designado Dr. Alexei Malaquias de Almeida, para tratar de assuntos relacionados à produtividade da 3ª Vara do Trabalho, apresentando, inclusive, relatório constante do Anexo I da presente Ata.

XV – DETERMINAÇÕES PARA MAGISTRADOS E SERVIDORES

Algumas situações detectadas na Unidade reclamam correção, fazendo-se necessário, também, o estabelecimento de prazos às respectivas finalidades de cumprimento. Assim, resolveu a Exmª Vice-Corregedora Regional:

1. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para a Vara informar à Corregedoria o cumprimento dos despachos especiais.

2. Conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que seja revisada a tarefa “Perícias” do PJe, quanto àquelas já realizadas, mas ali indicadas como pendentes de aprovação.

3. Conceder o prazo de 20 dias para que a Unidade edite portaria instituindo o Grupo de Avaliação de Documentos, (n.º 01/2018) nos moldes do Art. 4º da Resolução Administrativa N.º 016/2004 (NR pela RA 064/2004).

Os prazos ora fixados, considerando sua natureza administrativa, serão contados em dias corridos, a partir da publicação desta Ata, no DEJT – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e a Vice-Corregedoria deverá ser informada quando do cumprimento das determinações acima através do Proad n.º 69252019.

XVI – DETERMINAÇÕES PARA A SECRETARIA DA VICE-CORREGEDORIA

Dê-se ciência da presente Ata de Correição à **Presidência** e à **Corregedoria** deste Tribunal, através do **Proad n.º 6925/2019**.

XVII – ENCERRAMENTO

Ao término dos trabalhos correccionais, foi realizada uma reunião com a participação da Equipe de Correição, da Exmª. Juíza Titular Dr. Vivianne Tanure Mateus, do Exmº. Juiz Substituto Designado Dr. Alexei Malaquias de Almeida, do Diretor de Secretaria, Lázaro Cavalcante dos Santos, bem como os seguintes Servidores da Vara: Fernanda Maiara dos Santos Silva, Hildegard Dantas Von Czekus, Jamile Santana Moura, Juliana Coutinho Castelo Branco, Leilane Gama dos Santos, Lorena Ponce Pasini Campbell, Osvaldina Costa Manzini, Tiago César Fontes Wiltshire, Valentina Batista Saraiva, Wilson Vieira de Souza Júnior e Zurihaddai Reimão Cardona. A Exmª Vice-Corregedora Regional deu início à reunião agradecendo o acolhimento que lhe foi dispensado e à sua equipe e pela colaboração de todos nas atividades. Em seguida, a Vice-Corregedora recomendou a leitura atenta, por parte dos Juizes e de todos os Servidores, do quanto registrado nesta Ata, inclusive quanto ao cumprimento dos despachos especiais, das determinações e observância às recomendações. Franqueada a palavra, a Magistrada Titular registrou a satisfação de ouvir os elogios apresentados não só pela Vice-Corregedora como pelos advogados atuantes na Unidade aos serviços desenvolvidos pela equipe de trabalho, a qual reconhece tem grande capacidade de produção. Destacou o empenho e excelência dos trabalhos desenvolvidos pelo Diretor e sua Equipe, que se revela engajada e que dedica seu amor à Instituição. O diretor da Unidade registrou que a sua atuação na Unidade não é isolada, resulta do trabalho de equipe, na retaguarda que os servidores lhe oferecem, de modo que possa estar sempre que presente junto aos advogados e jurisdicionados. O Chefe de Gabinete, José Antônio Mello de Uzêda agradeceu a recepção que foi dispensada à equipe de correição, incentivou os servidores a continuarem se empenhando na prestação das atividades jurisdicionais, a fim de alcançarem avanços no padrão dos serviços prestados. Nada mais havendo a ser registrado, Sua Excelência determinou o encerramento dos trabalhos correccionais no dia 29 de agosto de 2019, agradecendo a presença e a colaboração de todos. E, para constar, eu, Daniela Pinheiro Bahiense, Assessora Chefe, lavrei a presente Ata, que depois de lida vai assinada por mim, pela Exmª. Desembargadora do Trabalho, Vice-Corregedora Regional da Justiça do Trabalho da Quinta Região, pela Exmª. Juíza Titular e pelo Diretor de Secretaria da Vara. Entregue, neste momento, cópia da Ata para ciência a todos os servidores e para cumprimento dos despachos especiais, das determinações e recomendações aqui contidas. A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARIZETE MENEZES CORRÊA

Desembargadora do Trabalho Vice-Corregedora Regional

VIVIANNE TANURE MATEUS

Juíza Titular

DANIELA PINHEIRO BAHIENSE

Assessora Chefe

LÁZARO CAVALCANTE DOS SANTOS

Diretor de Secretaria

Diretoria Geral

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO: PROAD 14833/2018.
PREGÃO: 84/2018. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento por GPS/GPRS e SISTEMA DE GESTÃO PELA WEB dos veículos do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região. Autoridade homologadora: Tarcísio Filgueiras - Diretor-Geral do TRT da 5ª Região.
Empresa vencedora:

Empresa	Lote	Valor Total (R\$)
SHOW PRESTADORA DE SERVICO DO BRASIL LTDA CNPJ: 09.338.999/0001-58	Único	64.981,80

Secretaria de Gestão de Pessoas**SUBSTITUIÇÃO**

0797/2019-SUELI ANDRADE MONTEIRO-ILTON ARCIERI LOPES-VARA DO TRABALHO DE SANTO AMARO-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-02/09/2019 a 06/09/2019 (Processo PROAD: 10104/2019).

0810/2019-MAMORU TOMITA-JOSE JESSE NASCIMENTO BORGES-25ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR-FC05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-12/09/2019 a 16/09/2019 (Processo PROAD: 10387/2019).

Coordenadoria Administrativa de Pessoas**PROCESSO****PROAD: 871/2019**

Requerente: Eutides Maria Moraes Pires

Assunto: Averbação de Tempo de Contribuição

Decisão: Conforme informação supra, averbe-se o tempo de contribuição registrado na certidão de doc. 23, totalizando 1.096 (um mil e noventa e seis) dias de serviço público estadual, que poderão ser averbados para efeito de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o art. 103, I da Lei 8.112/90.